



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 16

Sessão ordinária de Setembro

2ª Reunião de 09-10-1998

Aos nove dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Pedro Simões Dias e pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raul Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Libério da Silva Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Continuando deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais: João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl e Armando Manuel Dinis Vieira, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Presidente da Mesa:

“Vejo que a ‘galeria’ (assim chamada) tem público, suponho que os munícipes que aqui vieram hoje gostariam de poder intervir, penso que não vai ser possível. Penso que essa intervenção teria a ver com um documento que me fizeram chegar às mãos, que eu mandei fotocopiar, para em sucedâneo fazê-lo distribuir pelo diversos grupos parlamentares e também pela Câmara.

O Sr. Presidente João Barbosa, fará o favor de dizer para o que pede a palavra.”

Vogal João Barbosa:

“Eu estou a pedir a palavra, porque se me fosse permitido intervir em nome daqueles Senhores residentes da minha freguesia. Eu pediria se me fosse dado licença, um período de antes da ordem do dia, só para ler o comunicado que eles estariam interessados em que fosse conhecido por esta Assembleia.”

Presidente da Mesa:

“Já vamos decidir sobre isso. O documento que me chegou às mãos diz no primeiro parágrafo que, se trata de uma exposição para exprimir publicamente a indignação, o desespero e a angústia, de vários pais, na sua qualidade de moradores da Vera Cruz e de Municípios da Cidade, relativamente aos últimos acontecimentos ocorridos no Centro Social e Paroquial da Vera Cruz.

As bancadas vão receber um documento, com cinco folhas e três papeis de instrução, não o vou ler por ser extenso, mas as bancadas ficarão informadas e se quiserem no decurso dos trabalhos, poderão pedir naturalmente aos serviços, que tirem mais fotocópias.”

De seguida, a pedido do Vogal João Barbosa, o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a existência de um Período de Antes da Ordem do Dia, com o limite máximo de trinta minutos, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Vogal Gaspar Albino:

“Sr. Presidente, meus Senhores. Redigi este texto que vos vou passar a ler:

«Voto de Congratulação

Todos nós soubemos, ontem, que ao escritor português José Saramago, foi atribuído o Prémio Nobel da Literatura.

São palavras do escritor: “A Literatura Portuguesa teve de esperar quase um século” para que um seu cultor fosse distinguido.

Custou, mas a distinção deve-se ao talento de José Saramago.

Pesem embora todas e quaisquer divergências de natureza política e religiosa, sempre respeitáveis, é por força da grande admiração que temos pelo ora laureado que se propõe um voto de congratulação a José Saramago, marco inultrapassável da Cultura Portuguesa.

Se, como cremos, tal voto vier a ser aprovado, o mesmo deverá ser transmitido ao escritor, como manifestação do espírito de tolerância e de saudável convivência democrática tão próprios das gentes de Aveiro que esta Assembleia representa.»”

Entretanto saiu da sala o Vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira e entrou o Vogal Henrique Manuel Morais Diz.

Vogal António Salavessa:

“Não queria tomar a iniciativa de propor um voto como este, porque sabia que nesta Assembleia alguém o iria fazer. Não tinha qualquer dúvida a esse respeito. Foi o Sr. Gaspar Albino que o fez, outro o podia ter feito, a iniciativa está tomada, é sobre ela que temos que nos pronunciar. Ouvi a notícia da atribuição do Nobel a José Saramago, num sítio muito curioso; estava a comprar um livro numa livraria, quando a rádio deu a notícia e fui eu quem disse ao livreiro e quem disse a outras pessoas, de tal maneira fiquei entusiasmado, com aquilo que acabava de ouvir; quase que nem queria acreditar. E durante muito tempo estive nervoso. Nervoso, porque este prémio me tocou simultaneamente várias cordas, que ainda continuam a vibrar. É evidente, não o nego, tocou uma corda ideológica, uma corda de comunista, mas não foi a única. Tocou-me uma corda patriótica, não custa dizê-lo e tocou-me uma corda de alguém que gosta de ler, não lê muito, mas gosta de ler e que aprecia o Escritor e que vê assim reconhecida uma obra que já é longa e que tem momentos particularmente interessantes. É por isso que não posso deixar de me associar a este voto que foi proposto, embora discorde duma expressão, de uma única expressão, que é um

«marco inultrapassável». Ora, quando nós dizemos que um marco é inultrapassável, estamos a escrever alguma coisa de definitivo e o futuro nós não o conhecemos. Penso que era uma expressão que podia ser melhor apresentada, acho que o próprio Saramago não gostaria de receber um voto em pusesse essa qualidade. Mas é a única objecção que tenho de facto, é uma objecção, um pormenor, de resto estou de acordo com o conteúdo da totalidade do voto apresentado.»

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós não podíamos deixar de nos associar à felicidade que reina nesta sala, pela atribuição do Nobel a José Saramago. Não apenas por aquilo que representa o prémio Nobel para este Escritor, mas também por aquilo que representa para todos os escritores de língua portuguesa, espalhados pelo mundo. É pena que o Comité Nobel, tenha deixado passar ocasiões, de contemplar com este prémio pessoas merecedoras dele. É pena que de facto, Fernando Namora e Miguel Torga, para não citar outros, não tenham sido eles próprios também objecto de um reconhecimento internacional, que bem mereciam. No entanto, permitam-me que lhes diga, que ao atribuir este prémio a José Saramago, é sem dúvida uma acção, que não só premeia a qualidade do Escritor, como premeia também a qualidade do homem e do Português, embora exilado, com muita pena minha, devo dizer-lhe, na Ilha de Lanzarote. Portanto, não é a altura penso eu, de nos atermos às questões ideológicas, mas de nos atermos como Saramago muito bem fez, nas intervenções que fez, de nos atermos às questões da língua portuguesa e daquilo que ela representa no mundo.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, sobre este tema apenas em nome da bancada do Partido Socialista, associar de forma entusiasta e endossar também um voto de felicitações pela atribuição de tão honrosa distinção a um escritor português e também congratular-me, com a intervenção que me antecede, porque vinda da bancada de onde vem, merece particular destaque, porque de facto, urge também, porque todos nós temos em memória, que ao escritor José Saramago, estará sempre associada a figura ominosa do Secretário de Estado do PSD, o Dr. Sousa Lara, que a este escritor hoje laureado com o prémio Nobel, ousou vetá-lo aquando da nomeação ao Prémio Europeu de Cultura. Portanto, congratula-me com o facto de hoje, a referência a José Saramago, constituir um pólo e um elemento de união entre todos os portugueses.”

Vogal Nuno Tavares:

“Sr. Presidente muito obrigado. Mas eu permitia-me fazer uma correcção, aquilo que o nosso querido amigo, Dr. Filipe Brandão, afirmou. O subsecretário de Estado da Cultura da altura, o Dr. António Sousa Lara, meu correligionário não apenas no PSD, não apenas no PPD, não vetou o Escritor, vetou uma determinada obra do escritor proposta para o efeito; que foi “O Evangelho segundo Jesus Cristo”, que é quer queiramos quer não, do ponto de vista de um cristão, daqueles que professam valores e princípios cristãos, é um livro em si blasfemo e que não veio acrescentar nada ao brilhantismo da pena e à genialidade como Escritor, de José Saramago. Mas eu permitia-me fazer, sem embargo de entender e ter sentido, a atribuição do Prémio Nobel a José Saramago, como um facto que me alegrou profundamente como português, que vem fazer com que o nome de Portugal, através de José Saramago, tenha sido ontem, hoje e provavelmente por bastante tempo, muito mais falado em todo o mundo. Só para lembrar, uma coisa é o escritor José Saramago e outra coisa, é a personalidade e atitudes que José Saramago tomou no passado e que nós não podemos de maneira nenhuma esquecer; não queiramos pôr a cabeça debaixo da areia. Em 1975, no

Verão de 1975, em pleno Gonçalvismo, quando Portugal corria o risco de ser submetido a uma ditadura Marxista, Comunista, e José Saramago foi nomeado pelo Governo Gonçalvista, subdirector do Diário de Notícias, era director um antigo elemento graduado da Mocidade Portuguesa, o Luís Barros, comunista na altura. José Saramago tomou a iniciativa e a atitude, de a pretexto de se tratar de “fascistas”, tomou a iniciativa de despedir, deixando sem emprego, vinte e quatro colegas seus do Diário de Notícias; foi o celebre grupo dos vinte e quatro. Sem embargo de o meu voto ser totalmente favorável, apoiar inteiramente esta moção ao escritor José Saramago, eu queria só precisar estes dois factos que me parecem importantes.”

Presidente da Mesa:

“Pedia-lhes o favor de não perderem de vista, que aparentemente - e não quero querer que só aparentemente - a Assembleia Municipal de Aveiro, se queira congratular com a atribuição do Prémio Nobel a um escritor de língua portuguesa; peço-vos isso.”

Vogal Henrique Diz:

“Se o Sr. Presidente me dá licença, eu gostaria apenas de lamentar o facto, de numa altura em que nós nos estamos a congratular com o sucesso de um Escritor Português e com o sucesso da língua portuguesa e dos escritores de língua portuguesa, lamentar o facto, que nesta altura sejam chamadas questões de pequena política para o assunto. Porque se assim é, então muito teremos que falar sobre as pessoas que foram tiradas dos sítios onde se encontravam pelos diversos governos que este país teve desde mil novecentos e setenta e quatro.”

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Presidente da Mesa:

“Como vem sendo praxe e é regimental, não poderei pôr este voto à votação, se houver alguém que a isso se oponha. Ninguém se opondo, gostaria eu próprio de lembrar que Portugal só tinha até há data um outro galardado com o Prémio Nobel, que era um homem do nosso Distrito - o Prof. Egas Moniz - Prémio Nobel em Medicina. É portanto, uma segunda e moderna honra para Portugal e sobretudo para a Língua Portuguesa, desde logo, ser um escritor Português laureado antes de algum escritor Brasileiro, que tem um grande stock de escritores notáveis, ter sido um Português a abrir essa porta.

Quanto ao voto de congratulação, o texto que me foi entregue tem três momentos e vou lê-lo por causa da emenda feita pelo proponente.

Primeiro Momento - «Todos nós soubemos, ontem, que ao escritor português José Saramago foi atribuído o Prémio Nobel da Literatura.

São palavras do escritor: “a Literatura Portuguesa teve de esperar quase um século” para que um seu cultor fosse distinguido.

Custou, mas a distinção deve-se ao talento de José Saramago.»

Segundo Momento - «Pesem embora todas e quaisquer divergências de natureza política e religiosa, sempre respeitáveis, é por força da grande admiração que temos pelo ora laureado que se propõe um voto de congratulação a José Saramago, marco inamovível da cultura portuguesa.»

Terceiro Momento - «Se, como cremos, tal voto vier a ser aprovado, o mesmo deverá ser transmitido ao escritor, como manifestação do espírito de tolerância e de saudável convivência democrática tão próprios das gentes de Aveiro que esta Assembleia representa.»

Esta última parte é uma espécie de recomendação à Mesa, sobre a comunicação que haja de ser feita, se o voto for aprovado, ao escritor José Saramago.

Pedia ao autor da proposta e à Assembleia, que permitam que a Mesa redija a carta, porque penso que é limitativo, esta referência a um espírito de tolerância, que é uma manifestação de espírito de tolerância. É pelo menos discutível, se é prudente, equilibrado ou justificado, ou se não é contraproducente esta referência. Portanto, como não pertença ao voto, o voto é esse: propomos um voto de congratulação a José Saramago, a propósito do Prémio Nobel da Literatura que lhe foi atribuído, reputando, marco inamovível da Cultura Portuguesa. Penso que isto é o lugar geométrico desta tomada de decisão.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia o Voto de Congratulação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com duas abstenções da bancada do PS.

Presidente da Mesa:

“Será comunicado o voto pela Mesa, em tempo útil, ao referenciado.”

Vogal Armando Vieira:

“A pouco quando o Sr. Prof. Henrique Diz, estava a fazer a sua intervenção em nome de todos nós, aqui da bancada do PSD, algumas pessoas sorriram porque se calhar entendem que há portugueses de primeira e portugueses de segunda. E eu fico surpreendido com isso, há portugueses que têm direito a congratular-se, porque são o poder instituído e outros não têm não têm direito a congratular-se. Se calhar são os direitos, como nos tempos passados das monarquias feudais, onde enfim, aconteciam muitas situações dessas. Se calhar estamos a caminho de qualquer coisa do género. Porque para mim, independentemente e quero dizer, que para nós, antes de sermos militantes ou simpatizantes de qualquer partido somos portugueses e nessa perspectiva, estamos com certeza felizes como tal.”

Vogal Virgínia Veiga:

“Não fora a intervenção anterior e de facto não tinha pedido a palavra. Sendo assim e com o direito generalizado que foi atribuído, gostaria de esclarecer que me abstive, não obviamente pela razão de voto de louvor, que essa é de tal ordem evidente que não faria qualquer sentido, mas atendendo ao último parágrafo, que deixa de algum modo para quem lê à distância, ou poderá deixar, a ideia de que Aveiro apenas votou, numa atitude agora esporádica de democracia. Como não tenho problemas dessa natureza, os votos de louvor, para José Saramago e outros escritores são sempre, agora mais reforçados. Não gostei desse último parágrafo, razão da abstenção.”

Presidente da Mesa:

“Como estamos na segunda reunião da Sessão, o Regimento não permite a intervenção do público (permitiu na primeira agora não permite). Eu sou escravo, embora não muito submetido do Regimento, não posso dar a palavra, mas pelos vistos o Deputado João Barbosa, irá ser uma espécie de porta voz de alguns aspectos da vossa exposição, que já foi circulada.”

Vogal João Barbosa:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu realmente vou só ser o porta voz dos residentes da freguesia a que eu, muito honrosamente, presido.

«A razão da presença destes pais nesta Assembleia prende-se com a situação que vivem actualmente. Não querendo fazer-vos perder tempo, porque os factos estão explicados na

carta que eles assinada deram entregue aos líderes de bancada. E querem eles através de mim, na sua qualidade de pais e moradores da Vera Cruz, relembrar um decálogo aprovado em 20 de Novembro de 1959.

“A criança deve ter os seus direitos respeitados ...”, as últimas semanas fizeram-nos repensar estes direitos que julgavam inalienáveis. O direito à livre escolha, foi ameaçado quando lhes quiseram impor uma alteração radical ao ritmo dos filhos, alterando a frequência da escola oficial de manhã, para de tarde.

“A criança tem o direito de ser protegida contra a maldade os maus tratos e o abandono.”

O direito de protecção, deixou de fazer sentido em 18 de Setembro quando duas das crianças com apenas seis anos foram proibidas de entrar no autocarro do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz e deixadas sem alimentação até às duas da tarde desse dia. A insegurança continuou quando se viram obrigados a assumir a alimentação e a guarda deles de um modo rotativo, porque mesmo a assunção de uma situação de compromisso foi recusada pela Direcção. O mal estar persiste porque apesar de provisoriamente numa instituição, se sentem em casa alheia. Cabe aqui um parêntesis muito especial dos pais, para louvar uma instituição que também privada, também de solidariedade social, soube compreender o desespero dos pais. Irónico, a Direcção da Instituição que sempre conheceram, lhes ter virado as costas. Inconcebível, receber a dois de Outubro, quase em segredo, a decisão da Direcção quanto à devolução do dinheiro da matrícula e da gratuidade da frequência do mês de Setembro, quando ao seu lado e por autorização da Directora mais um aluno era inscrito no ATL do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz.

“A criança tem direito de ser protegida contra a maldade, os maus tratos e o abandono.”

Ao escolherem a educação, que na perspectiva deles, melhor se adequa às capacidades dos seus filhos, viram bruscamente cortada a ligação que os ligava a uma casa. A separação foi dolorosa e traumatizante. Três semanas passadas sobre os acontecimentos, as sequelas continuam mais que visíveis, vômitos, choros, comportamentos anómalos, são o quotidiano destes pais. Constantemente questionados pelos filhos sobre a data de regresso à escolinha e aos amigos de sempre, gostariam estes de lhes poder dar resposta. A inflexibilidade da Direcção não o permite. Daí conseqüentemente o apelo às forças vivas desta cidade, aos Aveirenses que sempre pugnaram por uma sociedade mais justa que os ajudem. Relembro que o Município contribuiu generosamente para esta instituição. A verificarem-se situações como esta, deverá repensar a sua política de distribuição de fundos.

Será que apesar de sermos todos iguais em alguns lados, uns são mais iguais que outros?

Para terminar querem os pais presentes relembrar o último ponto da declaração universal dos direitos da criança que tem sido citada ao longo desta intervenção: “A criança tem o direito de ser protegida de preconceitos sejam eles sociais ou religiosos e devem viver num ambiente de paz e de boa vontade”».

Vogal Armando Vieira:

“Pedi a palavra para antes de mais, desejar em nome da bancada do PSD e obviamente suponho de todos nós, os senhores dirão, um voto de rápidas melhoras aos nossos colegas de Assembleia, Sr. Manuel Madaíl e Sr. Major Lucas Amaro, que foram esta semana internados para operações cirúrgicas. Com certeza que todos estamos com eles, neste momento difícil da sua vida.

Depois para comentar aquilo que com certeza, o Sr. Presidente da República fez com uma boa intenção, que foi convidar os Srs. Presidentes de Junta para um almoço no dia cinco de Outubro, no Dia da República. A que eu tive a infelicidade de não estar presente. Fui convidado, cheguei a dizer que estaria, depois não estive e tive a infelicidade, mas até acabei por ficar satisfeito, de não ter estado. E para dizer que é lamentável, uma vez mais, que uma classe que tanto dá ao serviço da sua comunidade e do todo Nacional, que tanto

trabalha gratuitamente, tenha sido tratado daquela maneira. É miserável o que aconteceu. Com certeza a situação não é imputável ao Sr. Presidente da República, mas aos serviços que tiveram a responsabilidade de organização daquele almoço. Algumas pessoas não sabem o que se passa, parece-me que não sabem, mas como devem ter visto na televisão, havia uma enorme revolta em muitos Presidentes de Junta. Uns não almoçaram porque não tinham almoço e outros almoçaram cá fora sentados na relva. E eu como Presidente de Junta que sou, acho que é inadmissível o que aconteceu e sinto uma enorme revolta por isso e pela forma como fomos tratados, embora admita que tenha sido involuntariamente. Daqui, o meu protesto. E para dizer também, que melhor seria, e disso darei nota ao Sr. Presidente da República aos seus serviços, através de um ofício que lhe dirigirei: “que cuidassem de dignificar os Presidentes de Junta, reforçando-lhes as competências, nomeadamente reforçando-lhes os meios financeiros, para que possam executar cabalmente as suas atribuições”. Como todos nós sabemos e isto também é para o Sr. Presidente da Câmara, ainda ontem numa Assembleia eu dizia que, a nossa função tem um tanto de ridícula. Eu muitas vezes sinto-me fortemente magoado e revoltado comigo próprio por estar nela, porque nós muitas vezes, desculpem-me, mas fazemos figura de palhaços. Porque nós somos pessoas com cabeça para pensar como os outros, mas somos tratados como cidadãos de segunda e de menor qualidade. Veja-se por exemplo e isto não é criticar este ou aquele governo, é a todos, porque todos nos trataram de igual maneira. Veja-se por exemplo, o simples facto, de que há problemas enormes de habitação social, nós com o nosso engenho, a nossa boa vontade, as ajudas, a nossa iniciativa, o nosso trabalho, o nosso labor, o nosso fazer sentir às populações locais as necessidades dessas pessoas, resolveríamos se calhar muitos problemas. Mas meus senhores, nós somos cidadãos de segunda, a nossa massa cinzenta, não é cinzenta se calhar é negra ou outra cor qualquer. Não somos capazes de gerir e de poder gerir, uma candidatura para habitação social. É lamentável, é um protesto. Não é contra ninguém, é um desabafo a favor de todos nós e da dignificação dos Presidentes de Junta. E isto vou procurar dizer aos serviços do Sr. Presidente da República. Obviamente ele nunca lerá o ofício que lhe vou dirigir, mas talvez um dia alguém lhe faça reflectir isto. Era uma forma de dignificar os Presidentes de Junta, o reforço dos meios financeiros postos à sua disposição e de uma vez por todas, acabar com aquela discriminação vergonhosa de nós não nos podermos candidatar a determinadas coisas, entre elas, essa dos programas de habitação social.

Depois Sr. Presidente, tenho estado atento à questão da problemática da Regionalização e tenho lido muito e ouvido e sempre com muito agrado, V.Ex.a é uma pessoa, pela sua forma de estar frontal, aberta, que eu aprecio muito, digo-lhe: podemos discordar, mas aprecio. V.Ex.a é uma pessoa que eu admiro como Aveirense, pela frontalidade que põe nas coisas que defende e nessa perspectiva, como na minha humildade e não pretendendo comparar-me a V.Ex.a, ponho-lhe uma questão, também de uma forma muito frontal e muito clara; ainda há pouco, V.Ex.a Sr. Presidente dizia e bem, ser escravo do Regimento ou relativamente escravo do Regimento desta Assembleia. Logo, suponho eu na minha ignorância, logo das pessoas que o mesmo pretende servir, nesta conformidade Sr. Presidente, pergunto-lhe: se como estamos certos, o Não à Região da Beira Litoral vencer esmagadoramente, (é o que vai acontecer no dia oito de Novembro) pergunto Sr. Presidente: V.Ex.a como um defensor do SIM à Regionalização, que a nosso ver é um crime contra Aveiro e contra o Distrito de Aveiro, se tirará daí as ilações e porá o seu lugar de Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro à disposição?”

Presidente da Mesa:

“Eu devo dizer já agora, como houve um vocativo directo, eu tenho muito gosto em responder, o que farei da seguinte maneira.

Espero não terminar a minha carreira política, não direi sem pertencer a uma Junta de Freguesia, mas seguramente sem pertencer a uma Assembleia de Freguesia. Penso que me falta esse elo para a minha carreira, modesta, mas continuada de parlamentar. Isso significa a minha estima e o meu apreço pelo primeiro estrato da estrutura autárquica do Poder Local.

Agora que se fala no terceiro estrato, ou seja as regiões, independentemente do que se pense sobre isso em geral, ou em especial, em relação ao figurino previsto e porque está na Constituição. Os representantes do povo devem esgotar as suas atribuições, reclamar e exercer as suas atribuições até ao limite prático da sua competência, da sua capacidade de exercer; é o princípio de Peter. Portanto, os problemas que possam ser resolvidos ao nível da Paróquia, ao nível da Freguesia, devem ser solucionados todos eles a esse nível. Os que não poderem subirão para o nível do Município e aí identicamente. Aqueles para os quais, os Municípios e porventura nem sequer as Associações de Municípios tenham capacidade de efectivação, devem então subir para um terceiro estrato, que serão e constitucionamente são, as regiões. Significa que a todos estes níveis, é presumida a competência, a capacidade e a dedicação dos autarcas à coisa pública. E diria de outra maneira, sem desprimor, não há um exército eficaz no combate pelo desenvolvimento, pela modernidade, sem soldados, sargentos, capitães e generais. Quem pensar o contrário é nefelibático, não está neste mundo. Daí que, não sei o que se passou em Lisboa, a intenção do Presidente da República teria sido boa, penso eu, ainda que naturalmente, também com algum cautelismo por fazer algo que nunca ninguém tinha feito, uma espécie de homenagem aos autarcas da primeira instância. Não posso avaliar totalmente o sentido da sua intervenção, por carência de elementos, mas vou ver isso.

Em matéria de regionalização, temos pontos de vista diferentes. Eu não penso que a falta de regionalização seja culpada totalmente ou principalmente, do nosso atraso das nossas dificuldades, não penso isso. E também não penso, que a regionalização seja a panaceia universal, seja o remédio, que nos vai dar um grande impulso para a frente e para o sucesso, também não penso isso, mas sou a favor da regionalização, já no outro dia aqui o disse; regionalizações há várias, com vários lotes de atribuições e jurisdição e com vários figurinos no terreno. Eu pessoalmente, sou a favor desta regionalização. Penso que esta regionalização é boa para o nosso País e é boa para todos os Concelhos do actual Distrito de Aveiro. Esta é a síntese da minha posição.

Se a regionalização não passar, bem isso vamos ver como é que é, porque há duas perguntas: há a pergunta sobre a regionalização geral e há a pergunta sobre a regionalização confinada, região a região. Não sei como vai acontecer, de todo o modo penso que, mesmo com uma abstenção superior a cinquenta por cento, se o SIM for maioritário, a regionalização deve ser implementada. Por uma razão simples, que é evidente. Não quero que se repita o que se passou com o plebiscito com a Constituição de tinta e três, em que as abstenções contaram como sim. Se não fosse como preconizo e acabei de dizer, aconteceria que as abstenções contariam pelo não, o que é uma interpretação democrática, pelo menos discutível. Quanto à minha posição e à minha atitude em termos de reacção contra o que possa parecer mal, se eu ponho o lugar à disposição? O lugar não é meu, o lugar é de V.Ex.as. E portanto, o meu lugar está sempre à vossa disposição. Nessa altura, hoje, e até ao fim do mandato. Portanto eu acatarei democraticamente qualquer censura ou atitude, ou exigência de solidariedade que me seja pedida. Mas se houver que tomar uma atitude, em vez de ser eu a pedir a demissão, antecipo e sugiro, que toda a Câmara peça a demissão, até é mais interessante. Porquê só eu, se eu sou o vosso

representante. Quem tem boca não manda assoprar. Se acham que deve haver uma atitude firme de demissão, comecem os senhores membros da Assembleia por pedir a sua própria demissão, que eu irei por arrastamento ainda que por ventura contrariado. Mas a ver vamos, por ventura no dia seguinte ao dia oito, vamos a ver o que é que resulta. Na próxima reunião eu trago aí um papel muito interessante sobre os perigos da regionalização ou do insucesso da regionalização, que são vários.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, eu estava quase predisposto a prescindir, mas em virtude desta petição, deixava apenas uma nota: dado que a Câmara Municipal é financiadora através de subsídios deste Centro que é aqui referido, sugeria que a Câmara também usasse dos seus bons ofícios, no sentido da resolução deste problema, porque o que me parece que há aqui é essencialmente falta de diálogo e falta de um pouco de pressão por parte das entidades que contribuem de forma generosa para o funcionamento dos ATL, além da participação dos próprios pais, pelas despesas, pelas mensalidades que pagam. Parece-me que, independentemente do que é relatado, houve critérios absolutamente absurdos nas medidas que foram tomadas. Portanto a Câmara pode e deve ter uma palavra junto da Direcção desta Instituição.”

Entraram na sala os Vogais Jorge Manuel do Nascimento e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado Sr. Presidente. Queria lembrar que o Sr. Junqueiro Fidalgo, Director do Semanário “O Aveiro”, faleceu ontem e foi hoje o seu funeral. Foi um ilustre Aveirense por opção, um homem leal, defensor das suas ideias, sem desrespeito pelas dos outros. Defensor intransigente pela escrita, de valores que calam fundo nos Aveirenses. Para ele a solidariedade não era palavra vã. Venho portanto, propor a esta Assembleia, um voto de pesar pelo falecimento de Henrique Junqueiro Fidalgo. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa:

“Tenho que submeter à Assembleia sobre se alguém se opõe a que seja submetido à votação este voto de pesar. Se ninguém se opuser assim se fará, se alguém se opuser isso não prejudica as intervenções que sobre o tema sejam produzidas. Alguém se opõem. Dizem-me aqui que não é da praxe votar votos de pesa. Portanto, sobre o tema alguém que intervir mais? Não havendo ninguém, eu direi o seguinte: conhecia o Sr. Junqueiro Fidalgo há muitos, muitos anos; sempre estive nos antípodas dos seus pontos de vista e até de algumas das suas atitudes de jornalista de combate. Não obstante a tradição que Aveiro tem de um certo tipo de esgrima de palavras mais ou menos contundente. O Junqueiro Fidalgo deixa amigos do peito e deixa inimigos convictos. As pessoas polémicas, normalmente são assim. É difícil enquadrá-lo ideologicamente (e então pôr rótulos às pessoas é tramado), não tinha um enquadramento ortodoxo, porque era monárquico, mas era filiado no PSD. Eu estive a pensar como é que o classificaria, e entendo que era um conservador nacionalista utópico. Foi um lutador pelas suas causas, no seu estilo, mas foi também um lutador a favor da Imprensa Regional. E gostarei de lembrar isso, quanto mais não seja, se por outras razões não fosse, fará falta à animação política e ao debate em Aveiro. E fará falta com certeza à sua própria família e ao Jornal “O Aveiro”, a quem pessoalmente apresento os meus sentimentos e já apresentei.”

Vogal Nuno Tavares:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Era exactamente sobre este tema e quero apenas associar-me inteiramente às palavras ouvidas da sua parte. Identifico-me inteiramente com as palavras que proferiu e congratulo-me de facto, pelo elevado sentido de convivência democrática de que V.Ex.a acaba uma vez mais de dar, uma prova muito eloquente. Limitar-me-ei a acrescentar, que de facto o Henrique Junqueiro Fidalgo, era um homem que sabia juntar encontros e debates, em que à volta da mesma mesa sabiam conviver e habituaram-se a conviver, pessoas dos quadrantes de pensamento mais diferentes. Foi um homem perfeitamente integrado nesse sentido, no espirito de Aveiro e que muita falta, como V.Ex.a muito bem disse, vai fazer à sua gente naturalmente, à sua pequena comunidade, mas a nós todos e eu particularmente que fui amigo dele e estive muitas vezes, embora com discordâncias, nas mesmas trincheiras de combate. E a qualificação ideológica, que V.Ex.a lhe acaba de lhe dar é curiosíssima e eu vou durante alguns minutos, mas à partida concordo inteiramente; é um ponto de vista muito bem expresso. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Eu serei particularmente breve, dadas as audíveis condições degradadas. Em primeiro lugar, para me associar a este voto de pesar, para com o falecimento do Sr. Henrique Junqueiro Fidalgo, em meu nome pessoal e em nome da bancada do Partido Popular.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, para enviar uma palavra de compreensão aos pais que aqui vieram no seu legítimo direito defender-se de uma situação que considero anómala. Mas também para criticar frontalmente, a atitude mais uma vez classificada, talvez, como um brilharete fácil, do Sr. Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz, que ao que sei, não fez uma única diligência junto da Direcção do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, não fez uma única diligência junto da Escola Básica N.º 1 da Vera Cruz, não fez uma única diligência junto do Sr. Bispo de Aveiro, entidade eclesiástica, como todos sabemos, que superintende e bem, este Centro Social. Não fez, para terminar, uma única diligência junto da Sub-Região para a área educativa dirigida pelo Sr. Dr. Valente. Fez isso sim, uma curta intervenção desconexa nesta Assembleia, que atingiu laivos de alguma chantagem psicológica sobre os membros desta Assembleia. Porque é óbvio, que nenhum pai, Sr. Barbosa e caros colegas de Assembleia, gosta que o seu filho fique até às duas da tarde sem comer. Mas aquilo que eu li, Sr. Barbosa e caros colegas de Assembleia, na carta que estes senhores pais entregaram a esta Assembleia, é que tanto a entrada no autocarro que foi vetada (não discuto se bem se mal), como o facto de as crianças ficarem sem almoçar, foi presenciada pelos pais, está escrito aqui. E eu pergunto-lhe directamente Sr. Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz, se isto não é uma chantagem psicológica. Qual é o pai que deixa uma criança sem almoçar até às duas horas, para depois escrever uma carta, com este teor, qual é o pai?

Em segundo lugar, eu gostaria de perguntar se alguma vez na sua intervenção e pergunto directamente, através de si Sr. Presidente da Mesa, se alguma vez na sua intervenção o Sr. João Barbosa, ilustre representante dos moradores da Freguesia da Vera Cruz, mencionou o facto, das três listagens sucessivamente afixadas pela Escola Básica N.º 1 da Vera Cruz, que acarretaram e que causaram todo este problema? Se alguma vez mencionou este facto, que pode parecer um pormenor irrelevante, mas que está na génese deste problema?

Gostaria em terceiro lugar de perguntar, Sr. Presidente da Mesa, se alguma vez na intervenção do Sr. João Barbosa, aqui se ouviu dizer que a posição da entidade eclesiástica, que superintende o Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, nomeadamente o Bispo de Aveiro, D. António Marcelino, se alguma vez aqui frisou que a sua posição está solidária com a Direcção do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz? Gostava de saber se o Sr. Barbosa aqui referiu isso, porque ou eu estava distraído ou não referiu. Gostava também de

saber se aqui foi referido, em algum momento da sua intervenção, que a posição do já referido Dr. Valente, da Sub-Região para a área educativa que superintende estas actividades, que todos nós sabemos e quando estamos de boa fé temos que o dizer, que é favorável à decisão, certamente difícil e traumática, não só para as crianças, que estão em primeiro lugar, mas também para a própria Direcção do Centro. Certamente difícil e traumática, para as duas partes envolvidas. Gostava de saber, se alguma vez aqui foi aduzido o argumento de que o Dr. Valente, da Sub-Região para a Área Educativa, está solidário e foi ele que transmitiu indicações concretas à Direcção do Centro, para actuar desta maneira. Por outro lado, gostava de saber também Sr. Presidente, é claro que é uma brutalidade, crianças sem almoçar até às duas da tarde, obviamente que é. Mais brutal se torna ainda com os pais ao lado. Obviamente que sim e eu sou pai e afirmo com todo o direito e com toda a legitimidade que esse facto me dá; para depois serem transcritos demagogicamente, chantagisticamente, numa carta destas. E digo-lhe mais Sr. Presidente, na medida em que a voz me permite, as minhas filhas frequentam o mesmo Centro Social e Paroquial, não andam no ATL porque não têm seis anos, são bebês; se uma situação dessas me acontece-se, a minha atitude seria de igual forma desesperada e desesperante. Se uma situação dessas me acontece-se, provavelmente a desilusão seria enorme, obviamente que sim. Daí eu estar solidário com os pais. Agora, há locais certos, correctos e apropriados, para se fazerem os protestos, para se lutar pelos interesses e o Sr. Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz sabe-o bem e não o fez e há testemunhas que nunca o fez. E portanto Sr. Presidente, de demagogia já chega. Faço aqui um voto de louvor às Florinhas do Vouga, que realmente conseguiram com toda a solidariedade que se lhes reconhece, resolver o problema. Da nossa parte, da bancada do Partido Popular, vai um voto de solidariedade para com os pais destas crianças e mais, aqui afirmo publicamente para que possam ouvir, que se de algum aconselhamento jurídico ou de qualquer teor necessitarem, as nossas portas estão abertas para que no silencio dos gabinetes, onde se tomam e onde se resolvem as situações, podermos com bom senso, com calma e com tranquilidade, sempre que precisarem podermos ajudar-vos.

Um último ponto Sr. Presidente, para terminar. Ouvimos ontem na comunicação social que o Hospital Distrital de Aveiro já tem patrono; o infante D. Pedro V ... um Infante. Soubemos também, que esta decisão foi tomada por votação não unanime no Conselho Geral do Hospital, onde está representada esta Assembleia, através do Sr. Braga Alves. Gostava, Sr. Presidente, de questionar esta Assembleia, através da Mesa, das razões porque, sendo os dois nomes em cima da Mesa, um o do Infante D. Pedro, outro o de S.ta Joana Princesa, gostava de saber das razões, em primeiro lugar, porque é que esta Assembleia não foi devidamente consultada, quanto ao seu sentir em relação à atribuição do nome do patrono do Hospital Distrital de Aveiro? Porque estou certo, que o sentido maioritário desta Assembleia seria para S.ta Joana Princesa. Eu escuso-me de fazer aqui ironias do estilo, Saramago/Sousa Lara, o Sousa Lara vetou porque era religioso, se calhar o vetar S.ta Joana veio da parte dos que não são, não sei? Agora gostava sinceramente que me explicassem porque é que esta Assembleia não foi consultada? Qual o sentido de voto do representante desta Assembleia, nesse Conselho Geral do Hospital e porque é que não foi feito sentir ao Conselho Geral do Hospital, que para Aveiro era importante, que o Hospital se chamasse S.ta Joana Princesa, até para não fugir à tradição dos Hospitais deste país, como S.to António, S.ta Maria, S. João, etc. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, permita-me que eu lamente o estado de saúde do Sr. Deputado Diogo Machado, porque certamente isso vai tirar algum brilho à Sessão de hoje, dado que as suas intervenções são sempre emotivas e que requerem uma garganta em bom estado.

Eu queria chamar a atenção para dois factos que ocorreram recentemente. Um, o discurso do Sr. Presidente da República, por ocasião do 5 de Outubro e um outro, uma entrevista que o Sr. Dr. Mário Soares deu aos órgãos de comunicação social, a propósito das conferências que neste momento se realiza sobre a terceira via.

Sobre a questão do Sr. Presidente da República, eu não gostaria de deixar de me congratular, pelo facto de o Sr. Dr. Jorge Sampaio, ter finalmente falado de algo que nos é muito caro, que é a descentralização. Eu não quero aqui trazer o problema da regionalização, infelizmente ele já foi aqui trazido anteriormente contra a decisão dos líderes parlamentares desta casa e à revelia. Porque se alguém quer discutir a regionalização, então vamos discuti-la abertamente e numa Sessão para isso. Se infelizmente algumas pessoas têm medo e portanto, não discutem! ...

Na verdade não posso deixar de me congratular, porque estamos finalmente a falar do que é importante; que é a passagem de poderes reais, para níveis mais baixos da estrutura do Estado. Esse é o primeiro ponto. Aliás, esta possível passagem, levantou reacções dentro do Partido do Governo que a mim muito me surpreendem, porque eu já não estou a perceber muito bem, se a regionalização que alguns defendem, traduz ou não traduz uma vontade de descentralização. Talvez alguns dos regionalistas mais ferozes estejam neste momento em branco, como parece estar um ilustre regionalista, que hoje não conseguiu assinar um artigo de opinião no “Diário de Notícias”, é possível que seja esse o problema.

Quanto à entrevista do Sr. Dr. Mário Soares, eu não posso deixar de chamar à atenção para o facto, do Sr. Dr. Mário Soares, referir o perigo do marketing político como ele existe hoje. E referir o perigo que existe, pelo facto, de cada vez mais os governos se afastarem das linhas ideológicas, que afinal parecem defender quando estão na oposição. Não posso deixar de referir outro facto, Sr. Presidente, que é a celebre carta a Garcia. Carta a Garcia que afinal, se calhar já não existe, era pessoal e portanto não devia ter sido divulgada, que foi salva finalmente pela atribuição do Prémio Nobel a José Saramago. Eu devo dizer que o José Saramago, não merecia na minha óptica, ser ele o Salvador de Sousa Franco e do Sr. Ministro João Cravinho, que aliás não merecia salvação pela arrogância com que cada vez mais responde aos ataques democráticos que lhe são dirigidos. Arrogância que se manifestou na forma como se dirigiu ao Sr. General Garcia dos Santos, mas arrogância também que se manifestou num colóquio em Lisboa, no qual falou da infantilidade existente (palavras do Sr. Ministro João Cravinho), na regionalização. Talvez ele mais uma vez, se referi-se ao célebre defensor que não conseguiu assinar o artigo. E se me permitem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de facto é a altura de uma parte substancial da classe política que nos dirige voltar ao Conde de Abranches, talvez tenham muito a aprender.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, serei particularmente breve. Do que foi dito apenas duas notas, a primeira endossada ao meu querido amigo Diogo Machado, apenas quero desejar-lhe obviamente as melhores.

Finalmente, apesar de não estar mandatado para tal, gostaria de fazer a defesa do Sr. Presidente da República. Obviamente que ele não precisa, mas o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, criticou há pouco o facto de a reunião com os Sr. Presidentes de Junta, ter decorrido em condições menos dignas para esses Presidentes de Junta. É evidente, que se o Sr. Armando Vieira lá tivesse estado, certamente não teria proferido essas críticas por uma razão muito simples: V.Ex.a, a pessoa educada e cordata que todos nós conhecemos, recebeu um convite para lá estar e se se tivesse dirigido lá, teria ido pessoalmente e sozinho, porque o convite dirigido a todos os Presidentes de Junta foi pessoal. É evidente que o que se passou lá, foi que infelizmente, alguns Presidentes de Junta não do gabarito de V.Ex.a, fizeram-se acompanhar do cão, do gato, dos vizinhos e da prima.

Finalmente, V.Ex.a estava visivelmente bem disposto e resolveu lançar aqui um repto com alguns laivos de anedota, que seria ligar o resultado da Regionalização à sorte da Presidência da Assembleia Municipal de Aveiro. Eu apenas quero dizer, que também houve a vitória do NÃO ao aborto e não vi por este país fora nenhum Presidente da Junta que se tenha demitido. Eventualmente a relação seria mais directa, do que o resultado do referendo à regionalização.”

Vogal Armando Vieira:

“Efectivamente interpretei como disse o convite, ele era claro. Mas também tenho que lhe dizer que houve descuido nos serviços e sei que houve. E também tenho que lhe dizer que, o convite era pessoal para os Presidentes de Junta e eu recebi dois convites. Isto demonstra a ligeireza com que os serviços que trataram deste assunto o trataram. Uma classe que deveria merecer algum respeito por mais humildes que sejam as pessoas. Porque repare, eu fiquei sem saber se aquele convite, que era muito claro no seu texto (uma vez que recebi dois), se era um para mim e outro para a minha Presidente de Assembleia de Freguesia, fiquei sem saber. Claro que me inscrevi e depois verifiquei que não podia estar presente e disse que não podia estar, comuniquei esse facto, parece que também houve pessoas que não o fizeram. De qualquer modo houve descuido, desconsideração e uma atitude de ligeireza para com uma classe que poderia merecer, insisto, mais respeito.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu pedi o direito de resposta porque senti-me diversas vezes atacado. E, lamentavelmente, esta é que é a verdade, o meu amigo Diogo Machado, que faz o favor de ser meu amigo e que eu considero meu amigo, mas muitas vezes está nesta bancada transtornado. E hoje, não só transtornado, está doente. E eu depois de o ouvir, chego quase a pensar que o Diogo Machado está é mal enterrado e vou dizer porquê: se o Diogo Machado, ouvisse aquilo que eu disse desde o principio, veria que eu não fiz uma intervenção pessoal. Eu li uma missiva dos pais, que pediram ao Sr. Presidente desta Assembleia, para serem eles a transmitirem a esta Assembleia e como não puderam, eu li aquilo numa situação de residentes da Vera Cruz. E eu como Presidente e sempre disponível, para aquilo que os residentes me pedem, não fiz mais que o meu dever. Queria chamar à atenção do Diogo Machado, que falou aqui em chantagem, em demagogia, e quero-lhe dizer, que me conhece bem, que eu enquanto Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz, nunca fiz política, porque felizmente, não ando à procura de emprego. E aquilo que eu faço é realmente ajudar os residentes, ou tentar ajudar, e como me pediram para ler esta carta, eu li a carta, com muito prazer. E quero dizer aqui, que o Diogo Machado os estava ali a insultar, porque eu vi-os ali a chorar, os pais sentem-se lesados. Quanto à situação do Presidente de Junta, eu quero dizer que não é o Diogo Machado, que me diz o que devo fazer ou o que não devo fazer.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, felizmente que na sua já longa carreira de parlamentar ilustre, provavelmente ninguém lhe chamou transtornado. Diria muito sucintamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, o seguinte: para além do debate parlamentar, a nossa amizade prevalece. Simplesmente há uma diferença fundamental entre nós; uma é a demagogia, outra é a realidade. Se os pais por ventura estavam a chorar, durante a minha intervenção, quero-lhe comunicar, Sr. Presidente, que tive a hombridade e a honestidade, quanto mais não seja intelectual, de me dirigir a esses mesmos pais, para lhes explicar o teor da minha intervenção, que eu creio que eles aceitaram. Mais, para

recolher mais dados, para de uma forma ou de outra, me disponibilizar para ajudar neste assunto.

Em segundo lugar, o facto de eu estar transtornado ou não, felizmente que não é o Sr. João Barbosa que avalia, são outras instancias, essas sim superiores, essas sim que nos regem a todos nós. Muito obrigado.”

Vogal Fernando Leitão Miranda:

“Era para responder ao nosso colega de Junta de Freguesia, Armando Vieira, que quando focou a nossa deslocação a Lisboa por ocasião do feriado 5 de Outubro e procurando que a figura do nosso Presidente da República, não fique um tanto ou quanto ofuscada, devo dizer que a explicação já foi dada pelo Filipe Brandão, mas não atingido só a classe de Presidentes da Junta, porque também lá vi Presidentes de Câmara, acompanhados das suas esposas, vi muitos oficiais do exército acompanhados das suas esposas, a explicação também é essa. Concordo em absoluto, com o Armando Vieira, na medida em que diz que o espaço não tinha condições para receber tanta gente. Já critiquei também o Sr. Presidente da Câmara, que não teve connosco, o mesmo gesto que outros Presidentes da Câmara tiveram de Norte a Sul, fazendo deslocar os Presidentes da Junta, em autocarros camarários.

Agora eu não posso é partilhar da sua mentira. E vir dizer, não tendo estado presente, que passamos fome, não concordo com isso e o Presidente da República não merece uma citação dessas. Ora então, quem poderá dizer que passou ou não passou fome, não é ele que não esteve, pode então falar com o Presidente da Junta de Esgueira, pode falar com o Presidente Arede, com o Pontes e com o Dinis; ninguém passou fome Armando.

Em relação aos dois convites, ele não sabe ler. É que um convite era para a Sessão Solene e o segundo convite era para o almoço, está explicado.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. presidente, é que o meu colega Presidente da Junta, cometeu uma inverdade, porque eu não disse que passaram fome. Portanto, não é verdade.

Eu não disse, lá por ser rural aprendi aquelas letras da instrução primária e penso que ainda sei ler, mal infelizmente, mas ainda sei ler. Eu recebi três convites, três impressos. Eu recebi efectivamente dois convites para o almoço, não estou a falar da Sessão, isso é outra questão.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu início à agenda de trabalhos para esta Sessão.

PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, eu estou disponível para fazer a minha intervenção. Bem, facto a Comunicação está distribuída, vou procurar só sublinhar e frisar os aspectos que me pareçam ter agora alguma oportunidade e serem mais importantes.

O primeiro é obviamente a instalação dos Serviços Camarários e a possibilidade, que está acordada em termos políticos, de concentrar todos os serviços da Câmara, na Antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos, onde já funciona como sabemos o Centro de Congressos, o Centro de Emprego e o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Há de facto vontade política de ambas as partes, no sentido de que a Câmara construa um novo Centro de Formação Profissional e que o Instituto nos ceda aquele imóvel na sua totalidade. São estes em traços largos os termos do negócio, do acordo que foi feito. Penso que é um acordo muito bom para a Câmara, que vai permitir dotar a Câmara e os seus Serviços, de

um imóvel com características ímpares, localizado numa das áreas que será uma das áreas mais bonitas e mais centrais de Aveiro. Permite resolver de uma forma mais rápida, do que qualquer outra, o problema da dispersão dos serviços; continuamos como toda a gente sabe dispersos por sete ou oito edifícios administrativos. E por outro lado o Centro de Emprego, não teria exactamente nada a perder do ponto de vista da consecução dos objectivos funcionais que tem. Porque no edifício onde estão, têm alguns problemas a esse nível; não foi feito de raiz e debatem-se sempre com alguns problemas. É uma obra que vai obrigar a Câmara a fazer um esforço importante no próximo ano, aliás o esforço começará a ser feito ainda este ano. A ideia é que a Câmara entregue o Centro, chave na mão, digamos assim, sendo obviamente todo o equipamento, que já lá existe transferido, para o novo Centro.

Depois gostava também de realçar que o Edifício dos Paços do Concelho, aqui fronteiro, como tem vindo a ser anunciado, (temos a garantia agora assinada em documento que é protocolo, com o Sr. Ministro João Cravinho e o Sr. Secretário de Estado) temos a garantia de vir a recuperar o Edifício e as obras começarão ainda este ano, num montante de 214 mil contos. O respectivo concurso público está lançado e vamos recuperá-lo com as seguintes ideias mestras: ao nível do rés do chão do lado esquerdo, haverá uma sala para exposições, temporárias ou permanentes; ao mesmo nível do lado direito, haverá um ponto de atendimento aos munícipes, mas onde estarão apenas duas ou três pessoas, terminais de computadores e que permitam inclusivamente que a pessoa possa consultar o seu processo numa espécie de uma máquina multibanco. Portanto, vai ao computador, identifica-se e tentar obter informações sobre o seu processo. É evidente que implica pôr abaixo todas as divisórias interiores que ali estão e a remodelação completa dos espaços, em dois espaços muito amplos para esse efeito. Ao nível do primeiro andar, ficarão os gabinetes para Vereadores e ao nível do segundo andar, ficará o gabinete da Presidência, serviços de apoio e haverá um novo Salão Nobre. O Salão que temos, tem obviamente uma graciosidade que é de registar, mas é um Salão pequenino para as dimensões de uma Cidade como Aveiro, se compararmos com outras Câmaras Municipais. Portanto, vamos aproveitar aquele espaço sem o desvirtuar, mantendo obviamente os painéis de cerâmica que lá estão e tudo o que lá está tem valor e será aproveitado para outros efeitos. E haverá o Salão Nobre do outro lado, na ala direita do edifício no segundo andar, com um pé direito com o dobro do que tem o actual, portanto com muito maior imponência, se quiserem, também com vitrais, para cujos motivos e decoração, será aberto concurso. Além de todas as obras que imaginam tem que se fazer, como vidros duplos, aquecimento, calhas para os computadores, o reboco das paredes, a placa ao nível do segundo piso, absolutamente urgente, porque o grande risco do imóvel neste momento está aí. Aquilo ainda está com placas de madeira e se houver um incêndio corremos ali um risco sério. Portanto, será uma remodelação que vai respeitar estritamente a traça do edifício, devolvendo-lhe a dignidade que ele merece enquanto edifício setecentista.

Esta entrada em obras até ao fim do ano implica que os serviços tenham que sair e como ainda não temos a Fábrica Campos disponível, a ideia e com toda a franqueza, neste momento é uma ideia que eu não tenho a certeza de poder concretizar, dadas as inundações que ocorreram na semana passada. Mas a ideia, é que parte dos serviços passassem para o primeiro andar das Finanças, que estão de malas aviadas para se transferir para a zona de Força Vouga. E por outro lado, com a vossa permissão, na sequência de uma carta que a Câmara tem de endereçar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendente a esse efeito. A Assembleia Municipal seria, não vou dizer desalojada daqui, mas as reuniões da Assembleia Municipal, passariam a desenrolar-se noutra edifício e estamos a pensar mais concretamente no Centro de Congressos, em termos provisórios, até que acabassem as obras naquele edifício dos Paços do Concelho e o prazo será de um ano, se tudo correr bem. Ou seja, ia permitir ocupar o primeiro andar para os serviços administrativos e este piso

onde nos encontramos, para vereadores e presidência poderem acompanhar os serviços todos, aqui neste imóvel. Como solução provisória, era uma solução muito aceitável.

Bom, depois gostava de lembrar para quem não teve oportunidade de lá estar, que encerrou a Expo e que conseguimos ter de facto uma presença muito importante na Expo. O Dia da Ria de Aveiro da Expo, creio que constituiu um assinalável êxito, nomeadamente a Fanfarra de S. Bernardo e sem desprimor para todos os outros que actuaram nesse dia, atravessou aquela avenida e conseguiu cativar a atenção de muitíssima gente que por ali circulava. Além destes aspectos mais efémeros, conseguimos produzir um CD Rom e um Web Site e dois vídeos que servem agora como material promocional e de actualização no caso do Web Site de toda a actividade ligada à Ria de Aveiro. E portanto, associamos a uma componente turística, a uma componente de divulgação da nossa paisagem e dos nossos problemas ambientais e creio que foi um bom momento de divulgação da Ria de Aveiro. Na mesma ocasião e porque são duas iniciativas, simbólicas, mas às quais a Câmara atribui muita importância, decidimos, (e já concretizamos isso, em abertura de concurso) adquirir vinte cinco Barcos Moliceiros, para os oferecer às Associações Culturais, Clubes Desportivos, Universidades, Escolas, que os queiram aceitar. A ideia é simples; é que por um lado é necessário preservar os Moliceiros e a arte de os fazer; reanimamos com isso os Estaleiros Artesanais, que ainda têm este saber. Conseguimos também que os jovens que vão tripular, aprendam a manejar um Moliceiro, é um saber que se vai perdendo e obviamente isto trará algumas contrapartidas, eles serão obrigados a concorrer todos os anos a um concurso de proas, se possível, se tiverem tripulações à altura, a concorrer ao concurso de barcos e a Câmara consegue sem fazer um grande esforço, recompor a paisagem dos Moliceiros, pelos Canais Centrais e por esses canais como todos nos habituamos a ver.

Além disso, temos também aprovada uma decisão que consideramos importante, de promover o estudo de recuperação do Salgado de Aveiro. Encomendar a um gabinete de economistas, o estudo que avalie exactamente o que é que se está a passar com o Salgado de Aveiro; quantas marinhas estão a produzir, com que condições, quais são os custos de produção, como é que se faz a comercialização, que dinheiro é que precisam para recuperar os muros, que investimento é que necessitam para que todos os palheiros e os muros e todo o ciclo de produção possa ser feito em boas condições. A Câmara irá dar o exemplo, vai recuperar a Marinha da Troncalhada, vai concluí-la enquanto centro preparativo de sal e enquanto pólo que os turistas possam visitar. A Câmara estará disponível além disso, para sempre que haja um rombo, numa Marinha importante, está disponível para com as suas máquinas acorrer a situações de emergência e com entulhos e com os materiais normalmente utilizados suster esses rombos. É uma forma de colaboração entre a Câmara e os Marnotos, que eu não sei se já alguma vez existiu, mas que esta Câmara desde já manifesta disponibilidade para o fazer.

Bom, de resto eu vou abreviando porque há aqui muitas coisas que tiveram oportunidade de ler. Gostava sublinhar que o desporto conheceu múltiplos eventos dignos de registo, neste período. A inauguração da Pista de Atletismo, uma obra que esteve ansiada há imenso tempo, não havia nenhuma Pista de Atletismo em Aveiro e era a única Cidade, talvez o único Distrito em que não havia uma Pista com estas características. Este atraso favoreceu-nos de algum modo porque, estamos agora dotados de uma Pista com um dos melhores pisos sintéticos do mundo. E portanto, é uma melhoria muitíssimo boa, vamos ver agora se temos possibilidade de avançar para a segunda fase, que é a construção das bancadas.

Realizou-se no complexo das Piscinas Municipais o Campeonato do Mundo de Kayak Pólo. Foi um êxito, trouxe até nós trinta selecções e penso que além da competitividade desportiva, foi uma semana em que os nossos jovens se divertiram bastante. Paralelamente à organização do campeonato, promoveu vários espectáculos de música, etc. E portanto foi por todos reconhecida, a excelente organização e o êxito deste campeonato. Além disso

foram assinados dois protocolos, um relativo à celebração do Campeonato do Mundo de Basquete em Juniores em Aveiro, no Pavilhão do Galitos, isso irá ocorrer em Julho, está garantido. Vai ser aberto o concurso para o arranjo da zona envolvente ao Pavilhão do Galitos e está pronto o projecto de adaptação desse Pavilhão.

Assinei também um protocolo com o Estado, relativo a realização em Aveiro do novo estádio de futebol, para o Campeonato da Europa de 2004. Mantiveram-se de facto as características que tinham sido anunciadas na televisão o Estado vai participar com cerca de vinte e cinco por cento, no caso de Aveiro, corresponde a um milhão e meio de contos. E para nós Aveirenses é um grande desafio que temos pela frente, vamos ter que encontrar nestes próximos seis anos, os milhões que faltam. A nossa candidatura, foi uma boa candidatura, penso que se aperceberam que há para aí uns comentários menos felizes acerca do processo, mas vêm de Entidades que ficaram de fora. Eu penso que fizemos o nosso trabalho e não gostaria de entrar em comentários, sobre os comentários que tenham ouvido.

Além disso também, foi durante este período, que inaugurámos, que lavamos a cara ao Estádio Mário Duarte. O Mário Duarte nunca esteve assim na vida. Quem não foi lá, eu convido-o a ir lá ver. Nunca, desde que o Estádio Mário Duarte, é Mário Duarte, esteve tão bom como está agora. Está de facto com boas condições, dentro do possível das limitações estruturais que tem, mas está de facto com condições como nunca esteve. Instalaram-se dez mil cadeiras amarelas e algumas pretas, pintaram-se os acessos, há casas de banho novas, bares, enfim, penso que estão reunidas condições mínimas para que a primeira divisão possa funcionar com decência.

Outro facto importante, em termos desportivos foi a assinatura de um protocolo entre o Estado e o Sporting Clube de Aveiro, para a conclusão da sua Piscina. A obra estava parada há anos, a Câmara teve aqui também uma contribuição muito importante no desbloquear desta verba. E é a primeira vez, friso bem, que a Vera Cruz vai ter um importante equipamento desportivo. De facto a Vera Cruz não tinha equipamentos desportivos e vai passar a dispor de uma piscina de boa qualidade.

Além disso o Executivo aprovou também, a localização do Pavilhão multi-usos e decidiu abrir concurso de concessão e projecto, para a execução desse mesmo Pavilhão. Pensamos que é muito urgente avançarmos nesta via. Vai ficar implantado, como aí se diz, na zona baixa de Vilar, do lado esquerdo quem avança em direcção a S.ta Joana e do lado direito ficará instalado o novo Parque de Feiras, cujo concurso de concessão e construção também já foi aberto, embora não conste aqui da Comunicação, porque quando escrevi a Comunicação ainda não tínhamos tomado essa decisão.

Recordo e é importante, que o novo troço do eixo estruturante de 650 metros, que irá até à rotunda, que depois vai distribuir o trânsito pela zona de S.ta Joana e de Vilar, está adjudicado à Firma “Rosas Construtores”, por cento e trinta e tal mil contos e, portanto, devemos ter essa obra pronta nos próximos meses.

Aprovamos também, a participação da Câmara na Sociedade Anónima Desportiva do Aveiro Basket e sobre isto vamos falar daqui a pouco, portanto vou avançar. E gostava de dizer que as obras do saneamento prosseguem em ritmo excelente. Quer em S.ta Joana, Taboeira, na zona industrial da Taboeira e S. Bernardo e Mataduchos, são tudo locais em que infelizmente temos provocado alguns incómodos aos moradores, mas estamos a fazer o saneamento e queremos atingir níveis muito altos de satisfação das pessoas em breve.

Bem, deixem-me também, já agora chamar a atenção, acho que merece uma referência especial, para a inauguração do Fórum. As obras foram inauguradas a 29 de Setembro e penso que devemos congratular-nos com o conjunto que está ali implantado. Sei evidentemente, que nestes empreendimentos de grandes dimensões no Centro Histórico da Cidade, há sempre divisões, gostos diferentes e sensibilidades diferentes. A minha diz que,

*está ali um conjunto equilibrado, que muito vai valorizar a Cidade a todos os níveis e foi possível já na última fase introduzir elementos susceptíveis de evitar ali alguns pontos de conflito muito importantes; o túnel por baixo das pontes, as pontes novas, etc.
Sr. Presidente, ficava por aqui, porque o resto vamos desenvolver mais tarde.”*

Presidente da Mesa:

“O regimento não é muito claro, mas tem uma norma que permite este ponto de vista que é o meu. Diz o regimento no artigo 44, que «a palavra para esclarecimentos limita-se a formulação concisa da pergunta e da resposta, sobre a matéria em dúvida, enunciada pelo orador». O que no meu entender leva a que nesta fase de pedidos de esclarecimento, seja, pedir esclarecimentos sobre o que foi dito, é uma espécie de em termos de processo, de instância, e não exactamente um pedido de esclarecimento do género: ... diga lá porque é que não fez isto?... penso eu. É uma interpretação discutível, naturalmente.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, ao qual se seguiu um intervalo para jantar.

2ª PARTE

Pelas 22.00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Pedro Simões Dias e pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa. Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Libério da Silva Santos, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lucas Amaro Rodrigues, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Presidente da Mesa:

*“Estamos no ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, foi feita a exposição do Presidente da Câmara, vamos agora abrir um período de intervenções dos Srs. Deputados. A Mesa tem um entendimento amplo, acha que isto é um ponto de discussão política onde cabe tudo, apreciação do que foi dito, crítica do que não foi dito, abstenção do que foi feito, crítica do que não foi feito, do que está para fazer, do que se deve fazer “tutti quanti”.
Há aqui um impresso que eu vou circular a pedido do STAP, para efeitos estatísticos e de registos. Há vários impressos que os serviços já preencheram e fizeram seguir. Há aqui um, que os serviços não têm todos os elementos, para o qual se pede o vossa boa vontade no seu preenchimento.”*

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, um pouco prejudicada a minha intervenção, por culpa minha obviamente, pelo simples facto de este óptimo jantar que nos foi servido, ainda por cima comido em vinte minutos, complica um bocado aqui o esquema, mas vamos dizer aquilo que pensamos.

Uma vez que o Sr. Presidente disse que nós deveríamos intervir na medida em que nos fosse permitido comentar ou pedir esclarecimentos, sobre o que o Sr. Presidente da Câmara nos dissesse. Eu devo dizer que até concordaria com isso, se porventura o Sr. Presidente da Câmara tivesse dito tudo, mas a meu ver, não disse tudo. Logo não podemos comentar, nem podemos pedir esclarecimentos sobre aquilo que não foi dito. Provavelmente V.Ex.a estará de acordo comigo, porque assim tenho que dar razão ao Sr. Salavessa, quando não concorda com esta situação (e eu que não sou um especialista de leis, ando aqui a ouvir quem sabe e procuro aprender alguma coisa).

Quanto à exposição que o Sr. Presidente fez na sua Comunicação, que foi exaustiva, muito importante, falar em obras muito importantes, na sua esmagadora maioria falou de intenções. Obviamente que falou também de coisas concretizadas recentemente e que também são importantes. Mas sendo esta Assembleia, uma Assembleia que pretende avaliar do cumprimento do Plano de Actividades da Câmara do ano em curso, penso que ressalta da Comunicação do Sr. Presidente, uma tendência para falar do futuro e não do passado, que teria de ser referido, que eram os últimos noventa dias de exercício da actividade Municipal. Depois Sr. Presidente, acerca do que disse, obviamente que para o concelho rural, isto referindo-me a mim próprio, o que sobra é ZERO ou pouco mais que ZERO. Isso é um factor de grande tristeza para mim. Percebo as razões, tenho procurado não incomodar o Sr. Presidente, acho que o Sr. Presidente tem que ter um período de adequação, de perceber os problemas, estudar os dossiês, de lançar as suas ideias e o Sr. Presidente far-me-á justiça de dizer, que o Presidente da Junta de Oliveirinha, foi o que se calhar menos o incomodou, não sei se foi, se não ... talvez agora seja a altura de começarmos a incomodá-lo mais. Tenho que fazer aqui uma justiça, que é o seguinte: ontem mesmo fizemos a Assembleia de Freguesia de Oliveirinha, desculpem-me lá estar a falar, eu gosto de falar mais genericamente, mas obviamente estou aqui em representação da Freguesia de Oliveirinha, também tenho que falar dela e faço-o com muito orgulho. Do Plano de Actividades para o presente ano, pela primeira vez ao fim de doze anos de ser Presidente da Junta, eu ontem vi-me confrontado com a seguinte situação, cheguei à Assembleia de Freguesia e tive que dizer: meus senhores, este ano temos este Plano; disto nada está feito e tive que dizer isso e assumir algumas coisas, se calhar por culpa nossa, mas com serenidade e com as dificuldades.

Mas há uma coisa que me preocupa Sr. Presidente, V.Ex.a esta a preocupar-se demasiado com a Cidade e esta a esquecer-se do Concelho Rural. E Sr. Presidente, eu estou a ver aqui, muito esbatida, uma imagem que já me passou em tempos idos, com o Sr. Presidente da Câmara anterior, ao anterior, mas que apesar de tudo tinha mais preocupações com o Concelho Rural. Pela primeira vez como eu disse tive que dizer: as obras do plano de actividades deste ano, que tem alguma importância, estão todas por executar. E eu constato isso com muita tristeza. E a leitura que faço Sr. Presidente, até lhe poderia fazer aqui um elogio à capacidade e ao ritmo que imprimiu à Câmara (mas V.Ex.a não precisa dos meus elogios para nada). Parece-me que ao nível das grandes decisões, penso que fez um bom trabalho até agora. Mas depois o que sobra, e a crítica é esta, o mundo rural não existe para V.Ex.a e eu não posso aceitar isso. Mas façamos justiça, o Sr. Vereador Eduardo Feio, deu-nos um atendimento, naquilo que lhe foi pedido, normalíssimo, que achamos bem, esteve bem, respondeu bem, demonstrou preocupação da parte dele. Portanto nessa componente, nomeadamente, no tratamento dos caminhos rurais, aqueles caminhos de terra batida, nessa componente o Vereador Eduardo Feio, portanto a Câmara, cumpriu no ano em curso e até

agora aquilo que eu imaginava ser desejável. Portanto sejamos justos. No resto Sr. Presidente é um desastre. E estamos tristes, não aceitamos e vamos começar a ter que reclamar, para defender a nossa posição junto da população. Como sabe anteontem, houve uma apresentação, uma iniciativa louvável da inauguração do ano escolar. Eu não estive presente, pensei várias vezes se deveria ir ou não e o Sr. Vereador do Pelouro não me levará a mal, acabei por não ir porque aquilo que era previsível fazer-se em termos de equipamentos escolares na minha Freguesia este ano, ficou um pouco mais que zero, Sr. Vereador. Eu que esperava ter este ano, dois jardins escola, que desejamos a muitos anos, o da Costa do Valado revisto, o de Oliveirinha pela primeira vez, que há muitos anos que anda a ser prometido e eu disse, desta vez vamos ter o jardim escola não temos jardim e não temos projecto, não temos concurso, não temos nada. Estamos em dez de Outubro! E logo por essa razão, não fui. Uma professora que V.Ex.as conhecem muito bem, que é uma senhora muito ligada à Cultura, muito activista e tivemos a felicidade de a ter como professora em Oliveirinha, ao não me ver, deixou-me uma mensagem (ainda não consegui falar com ela): Porque é que o Sr. não esteve naquela reunião, eu quero saber? Porque nós temos uma profunda identidade de formas de estar, no dinamismo das coisas e na dinamização das coisas e ela diz que quer saber porque é que eu não estive. Obviamente que eu vou-lhe explicar, porque é que não estive. É preferível não estar, do que ser desagradável numa coisa que era uma festa. A minha ausência foi a minha critica, ao comportamento da Câmara neste sector.

Temos montes de problemas, Sr. Presidente; ampliação do cemitério, habitação social, pavimentações, urbanismo, urbanização do Picoto, uma coisa de grande interesse municipal e V.Ex.a, a bocado falava, com orgulho da nossa Pista de Atletismo, que nos deve orgulhar a todos e muito bem. Falou do Estádio Mário Duarte, está lindíssimo, ótimo Sr. Presidente, fico orgulhoso, gosto que as nossas gentes venham à nossa Cidade. Eu tenho orgulho na minha Cidade, mas por amor de Deus, faça-se um pouco de investimento também nas aldeias de modo a dignificar minimamente as populações dessas aldeias. O Estádio do Beira Mar, Estádio do Mário Duarte, está bonito, tem condições para receber as pessoas condignamente, absolutamente de acordo. O Parque Desportivo de Oliveirinha está uma desgraça! E convido V.Ex.a a visitar o Parque de Oliveirinha, para ver as condições em que está. E olhe que ali também se pratica desporto e com muitas dezenas de jovens, para não dizer uma centena e tal.

Deixe-me falar numa coisa que vi na sua Comunicação e que me chamou à atenção, que não tem grande importância, mas têm a importância que tem. A recepção oficial à Delegação da Cidade irmã de Oita. Sr. Presidente, eu acho que a Câmara (e o Sr. Gaspar Albino, poderá confirmar se quiser), não esteve à altura dos acontecimentos neste evento. Eu senti-me envergonhado, desculpe-me que lhe diga. Porque aquela gente de Oita, quem teve a felicidade de lá ir como eu, bem não teremos nunca nenhuma hipóteses de receber aquela gente como eles nos receberam a nós, obviamente. Mas penso que a Câmara, com alguma humildade, não ficaria mal, poderia ter-se aconselhado, junto de quem lá esteve, o que é que achariam de possível de fazer, dentro das nossas possibilidades e das nossas limitações que obviamente são manifestamente inferiores. E a recepção a meu ver foi um desastre e envergonhou-nos, é aquilo que eu penso.

A questão do Eixo Estruturante, Sr. Presidente. Isto já diz respeito a todos.

Julgo saber, eu não tenho aqui o Plano de Actividades, que a primeira fase do Eixo Estruturante compreenderia um troço que iria desde a Baixa de Vilar, até à Estrada Nacional 230-1, sempre foi escrito assim. Eu fico espantado, que agora só se façam 650 metros! Uma vez mais, Sr. Presidente, a filosofia ... olhe Sr. Presidente, não tenho nenhuma licenciatura, sou só Presidente de Junta, a massa cinzenta por ventura será diferente, será amarela ou preta (aquilo que já há um bocado falávamos), mas também vamos pensando.

porque é que não foi feita a primeira fase conforme vem sendo prevista há vários anos? Baixa de Vilar/230-1. Tinha toda a lógica, até para racionalizar e rentabilizar de imediato a entrada em funcionamento desta via. E depois Sr. Presidente, para abreviar e para terminar. Pedia-lhe, sinceramente, com as qualidades intelectuais que lhe reconheço; por favor olhe para as populações rurais; assim como tem sido até agora, NÃO. Recusamos e temos que demonstrar aqui e onde for preciso a nossa indignação pelo que tem sido feito. Ainda uma outra coisa e deixo aqui a pergunta para V.Ex.a me responder. O celebrado Fórum, que nós todos apoiámos aqui, nas diversas vertentes do processo e do projecto. Eu apoiei a terceira versão do projecto. Digo alto e bom som, já disse aqui que me tinha arrependido. Porquê? Porque entendo que há excessiva ocupação ao solo, ocupação do espaço. O projecto é bonito! Obviamente que sim. Se os senhores membros da Assembleia forem ver os projectos que foram apresentados para aqui; são perfeitas aberrações. Este é incomparavelmente mais bonito. E foi isso que nos convenceu na altura. Desde o projecto de um gabinete encomendado pela Câmara a um gabinete de Lisboa, que foram deitados trinta mil contos para o lixo, por esse estudo. Até á versão SONAE desse projecto, esta é incomparavelmente uma coisa que nos orgulha, sem dúvida nenhuma. Mas isto não implica que a olhar para aquela imensidão de betão, tenha uma sensação que a área ao solo é excessiva, tenho esta sensação e disso já me retratei aqui. Mas a questão é esta Sr. Presidente: é o Fórum uma obra licenciada, ou não? Tenho dito.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. A apreciação da Comunicação do Sr. Presidente, é no meu entender e já foi assim reconhecido, um momento próprio para que os Membros da Assembleia, coloquem todas as questões que tenham haver com aspectos da actividade municipal, que constem ou não da Comunicação escrita do Sr. Presidente. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última reunião da Assembleia Municipal, assistimos nesta sala a um momento particularmente interessante do qual é possível extrair algumas ilações: dois munícipes falaram no período de intervenção do público; o Sr. João Lemos e o Sr. Arq. Pompílio Souto, duas intervenções diferentes uma da outra, na forma, no conteúdo, nos objectivos, nas motivações. A primeira abordou um problema particular, específico, que afecta a bolsa e a qualidade de vida de centenas de munícipes do Concelho. A difícil questão das verbas cobradas pela ligação da rede de saneamento aos domicílios. Assunto que será de novo discutido no decorrer desta Sessão, momento em que não deixarei de intervir, definindo posições e apresentando propostas. Ao nível da primeira intervenção foi assim, o dos problemas mais comuns, mas não menos importantes, a que a Câmara tem que dar resposta. É esse o nível de algumas questões, que passo a colocar: porque razão tendo acontecido cheias na zona da Forca Vouga, logo no início do actual mandato, não se iniciaram então, as acções que impedissem a sua repetição, quando as causas estavam perfeitamente identificadas?

Porque é que tiveram que esperar pelas cheias de Setembro, para aparentemente dar alguns passos, para resolver o problema?

Fale o Sr. Presidente sobre esses passos, que são importantes, porque devido à actual organização da entrada de trânsito na cidade, as inundações naquele local, além dos prejuízos directos, provocam grandes dificuldades, nesse acesso.

Porque razão Sr. Presidente, começaram a ser cobrados os banhos quentes no Parque de Campismo de S. Jacinto? Com que suporte legal foi feita uma concessão de facto, sem que ela tenha vindo à Assembleia ao arrepio do regulamento do próprio Parque?

E porque dirigi uma exposição à Câmara, na qualidade de Membro da Assembleia, penso que é devida uma palavra do Sr. Presidente, acerca deste assunto, para que conste da acta. Até porque saliento a velocidade de resposta do Sr. Presidente da Câmara, talvez à custa da solidariedade para com o vereador responsável.

Porque razão não se vai ao fundo da questão no problema da poluição atribuída à FUNFRAP. Na chamada Presidência Aberta de Cacia às questões suscitadas e que dizem respeito às emissões atmosféricas, responderam os presentes com a solução dos resíduos sólidos. Os relatórios e as amostragens podem dizer que está tudo bem, mas não está. Vejam as consequências no terreno; alguém está a poluir e a provocar prejuízos a terceiros.

Porque razão se voltou ao princípio no processo do terreno junto ao Largo da Fonte, no Paço. Porque é que esta Câmara não resolve, de uma vez por todas, aquele problema dando seguimento às aspirações da população do lugar, que já deram motivo a uma petição e à vinda a esta Assembleia, no mandato anterior?

Porque razão não se resolve um problema de trânsito, que sendo dos mais sentidos no momento, será dos mais fáceis de resolver - o da rotunda da Avenida Central no início da Rua Eng.º Oudinot. Se o Gabinete do Sr. Presidente da Câmara fosse lá perto, de certeza já estaria resolvido. E deixo-lhe duas sugestões. Uma - a redução substancial do perímetro da placa central da rotunda, facilitando a circulação de quem não quer entrar na Rua Oudinot. Outra - a da instalação de um semáforo para peões, na passadeira que existe logo no início da rua Oudinot, sincronizado com o semáforo do cruzamento desta rua com a Av. Dr. Lourenço Peixinho. É que, quando está verde o sinal junto da Lourenço Peixinho, o escoamento da rotunda não acontece inúmeras vezes, porque o trânsito pára para dar a prioridade aos peões na passadeira.

Porque razão não funciona a fiscalização das condições em que são executadas as obras particulares. As condições em que foi aberto o Fórum Aveiro são um escândalo e uma ameaça à segurança de quem o frequentou. Mas o Fórum não é caso único. Multiplicam-se os exemplos de obras mal sinalizadas ou a decorrer em condições que não são minimamente aceitáveis; como acontece com as obras nas Glicínias. Sujidade e circulação rodoviária são os problemas principais. Durante o desaterro os camiões circulam sem cobertura espalhando terra e pó por todo o lado, potenciando também piso escorregadio quando chove. Não há sinalização de entrada e saída de camiões na Rua Direita de Aradas e a frequência de entrada e saída de camiões chega aos 10 por minuto. Muitas entram na obra violando um traço contínuo na Rua Direita de Aradas. É um verdadeiro pandemónio naquele local.

Como é que se faz uma passagem subterrânea, aqui no Centro da Cidade, induzindo quem vem do lado da Câmara não seguir para a Avenida ou para a Rua José Estevão, mas sim virada ao Fórum. Mas além deste aspecto, com escadas sem qualquer corrimão para quem necessita de se apoiar e sem qualquer rampa para deficientes motores. As recomendações da Assembleia Municipal no mandato anterior, sobre o problema das acessibilidades aos deficientes motores, não tiveram qualquer acolhimento aqui.

O nível da Segunda intervenção proferida pelo Arq. Pompílio Souto foi diferente. Foi um grito de alerta de quem apostou numa nova Câmara e que vai recebendo sinais de que, para além do reconhecimento de algum dinamismo, será reduzida a atenção da Câmara, a questões essenciais. Pompílio Souto citou alguns exemplos do que não está bem nomeadamente, segundo entendi, a falta de atenção ao planeamento, nomeadamente ao planeamento estratégico, a inactividade do Gabinete de Cidade e a inexistência de participação, o excesso de iniciativas avulsas, o fraco desempenho na AMRia, etc.

De facto passados estes meses, confirmamos que questões que são estruturantes do futuro do Concelho continuam a ser resolvidos sem a necessária participação. O que está a acontecer nas Glicínias, onde as obras de um hipermercado, já vão avançadas, através de uma

operação de loteamento sem que o Plano de Pormenor esteja aprovado, é um triste exemplo deste tipo de comportamentos.

Quão longe estamos Sr. Presidente, do seu programa eleitoral, onde escreveu que “para ordenar o espaço, preservar o património e organizar a vida é preciso uma voz institucional, que saiba enunciar políticas municipais e saiba envolver os munícipes na respectiva formulação, que saiba mobilizar internamente e defender perante o exterior”.

Voz institucional talvez exista. Mas é mais uma voz de comando, do que uma voz que estimule a participação. Nem sequer a participação desta Assembleia.

É aliás curioso que neste retorno à leitura do seu Programa, se tornou mais evidente que nele não existe qualquer referência que seja ao órgão Assembleia Municipal de Aveiro. Não falta nele a afirmação que a nova Câmara (a expressão é sua), se iria relacionar de forma diferente com as freguesias, mas quanto à relação com esta Assembleia, nada.

Parece desenhar-se a comprovação de que se o Sr. Presidente da Câmara puder contornar esta Assembleia, contorna. E contorne, Sr. Presidente! Contorne quando quiser, quando puder, mas dentro dos limites da lei, dentro dos limites da verdade e do respeito que é devido a este órgão autárquico, nunca fora destes limites. O porquê destas palavras, reside no facto de que o Sr. Presidente da Câmara ter omitido, deliberadamente, informações a esta Assembleia, deixando que a Assembleia Municipal de Aveiro tomasse deliberações sem sentido, ineficazes, criando situações no mínimo absurdas e de consequências jurídicas que não consigo ainda avaliar.

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Membros desta Assembleia.

Como deverão estar lembrados, ou como podem verificar pela leitura da acta n.º 13, no final da Sessão anterior, antes das férias, tratamos da ratificação de duas propostas da Câmara relativas à atribuição de duas concessões no Parque de Campismo de S. Jacinto. Uma referente ao Mini-Mercado e outra ao Restaurante; ambas adjudicadas à firma Guia & Gracia. Pela leitura da acta, percebemos que ali havia gato.

Ora se estão lembrados, o Sr. Presidente da Câmara queria reformular a proposta porque (passo a citar a acta), «pedíamos que a autorização da concessão fosse mais ampla, não especificamente para estas empresas que acabei de citar, porque temos a informação, que uma delas pode vir a desistir e podemos ser obrigados a abrir novo concurso público» e o Sr. Presidente continuou (volto a citar), «pedia desde já à esta Assembleia, para que nos autorizasse a conceder a exploração do Restaurante e do Parque de Campismo, à empresa que viesse a ser escolhida na sequência do concurso público, se eventualmente isso for necessário».

Quer eu, quer o Sr. Custódio Ramos, defendemos a impossibilidade desta posição. Nesta matéria a Assembleia delibera acerca do que é proposto e não sobre outra coisa. Facto que o Sr. Presidente da Câmara reconheceu, tendo afirmado nomeadamente “em relação ao futuro, logo se verá. Temos que vir cá na altura própria ...”

Assim, nesse dia, a Assembleia votou, por unanimidade as duas concessões à firma Guia & Gracia.

Poder-se-ia dizer, parafraseando o “Juiz Decide” - a Assembleia aprovou, está aprovado!

Mas o que é grave Srs. Membros da Assembleia, é que aquilo que aprovamos não o podia ser. O que aprovámos foi apenas para o papel ou para aveirense ver.

Quem está hoje a explorar o Restaurante e o Mini-Mercado do Parque de Campismo são outras entidades e não aquelas decididas por esta Assembleia. No Mini-Mercado até está uma pessoa simpática e conhecida por muitos de nós - trata-se do Sr. Plácido que esteve aqui no Apoio à Assembleia enquanto funcionário da autarquia. Mas o que um facto é que esta Assembleia tomou uma decisão, que não foi alterada e o procedimento da Câmara não respeitou a decisão, porque nos levaram a tomar decisões sem sentido, omitindo dados essenciais.

Estávamos a seis de Julho e o Sr. Presidente dizia (está na acta) que “uma delas (empresas), pode vir a desistir”. Será que veio a desistir como previa o Sr. Presidente? Não, não veio a desistir - já tinha desistido muito tempo antes da nossa Reunião. E a Câmara já tinha decidido a concessão a outras entidades.

Na sua reunião de vinte e cinco de Junho (de que tenho a acta), já a Câmara sabia da desistência da empresa Guia & Gracia e tinha decidido adjudicar a exploração do Restaurante a outra firma, a Euro-Nutri., onze dias antes da nossa reunião da Assembleia Municipal.

E no próprio dia seis de Julho, horas antes da nossa reunião, a Câmara decidiu atribuir ao Sr. Plácido, a concessão do Mini-Mercado. Aqui não há espaço para distrações e falhas de memória, são factos do próprio dia.

Desculpem-me a expressão, mas não encontro outra - fizeram de nós palhaços, fazendo-nos aprovar uma ficção, fazendo-nos aprovar o que já não era.

Chamo a atenção desta Assembleia e da Mesa para um procedimento a todos os títulos inqualificável por parte do Executivo Municipal, que não pode ser deixando passar em branco, nem tolerado.

Não sei quais as consequências legais da sua atitude. Se a Mesa não o fizer participaremos estes factos à Tutela Administrativa, pois duvido da legalidade das concessões feitas pela Câmara e não pela Assembleia. Mas do ponto de vista institucional e político não posso deixar de dizer à Câmara - Deixem-se de truques e habilidadezinhas. Sejam sérios na vossa relação com a Assembleia Municipal. Tenha respeito para serem respeitados.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente desta Assembleia, entendo começar esta minha intervenção por me regozijar, em que V.Ex.a tenha realmente inflectido ou mudado de opinião, quanto ao seu reparo inicial, de quando se começou a tratar deste ponto da ordem de trabalhos, que era no sentido de que esta Assembleia deveria, tão só comentar, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

Ainda bem que o Sr. Presidente da Mesa mudou de opinião, porque também eu entendo e penso que é este o entendimento pacífico, da lei em vigor, que esta intervenção se destina a que o Sr. Presidente da Câmara, periodicamente venha a esta Assembleia, dizer o que fez, para que nós comentemos o que fez. Mas sobretudo esta Assembleia deve também pronunciar-se, sobre o que o Sr. Presidente ou a Câmara, não fizeram e conste do Plano de Actividades, aprovado por esta Assembleia e o executivo cujo cumprimento lhe está vinculado. Portanto, é para mim fora de dúvidas, que esta Assembleia tem o poder de intervenção, para comentar o que foi feito e sobretudo para denunciar o que não foi feito.

Esta comunicação que o Sr. Presidente aqui nos fez, vem na linha das anteriores e a tónica para mim e sublinho o que aqui já foi dito, é que este executivo, está preocupado com a sociedade e para nós preocupantemente esquecido do que se passa e deve passar, deve fazer, fora da Cidade. Não será demagogia que eu seja conduzido a este raciocínio legítimo, de que esta omissão, tem muito e muito haver com os votos. Naturalmente, porque a Cidade dá votos, é preciso pagarem-se ou conquistarem-se. A parte rural do Concelho, não dá votos ou não deu votos em número suficiente, que justifiquem que se façam obras. Portanto, isto é uma denúncia e que eu só espero, que este executivo realmente mude de posição quanto a esta postura.

O Sr. Presidente referiu aqui, obras, que não há dúvida nenhuma têm a sua importância, somos forçados a reconhecer e que até, já foram preocupação como seria próprio, do executivo anterior. Aludo claramente, à mudança de serviços para a ex-Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Nunca os executivos anteriores conseguiram, apesar das múltiplas diligências que fizeram neste sentido, nunca conseguiram fazer ou programar, essa

mudança. Eu diria que não é falta de diálogo, porque o diálogo sempre o houve. O que me preocupa, principalmente como cidadão, é que possa eventualmente haver algum favoritismo político. Entendo que a política não se deve desenvolver, para apoiar, esta ou aquela cor, mas que se deve desenvolver, em nome dos interesses dos cidadãos em geral e não para proteger, fáceis eleitoralismos. É claro que me agrada certamente, que o executivo esteja em consonância com o poder central e que esta mudança tenha sido permitida.

O Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, com a perspicácia e a argúcia merecida que todos lhe reconhecemos, deixou escapar à pouco a seguinte expressão que eu retive; segundo a qual o Sr. Presidente da Câmara era vítima da democracia, estando aqui à algum tempo sem intervir e a ouvir-nos. Eu percebo perfeitamente que esta Assembleia, possa ser incómoda para o Executivo, entendo perfeitamente, pois ninguém gosta de ser controlado ou que se lhe façam reparos, que se lhe façam convites. É próprio, é da Natureza Humana. Mas o Sr. Presidente leva longe demais e com todo o respeito, este seu exagero. Aludo agora ao executivo e porquê? O executivo teve a preocupação, de programar a instalação dos serviços administrativos; vão eles daquele edifício que está defronte de mim, para a Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Teve o cuidado de programar, a instalação da Presidência e da Vereação. Pergunto: teve algum cuidado com esta Assembleia, que é o órgão primeiro do Município? Competir-lhe-ia ou não? Não fez nem na Comunicação escrita, nem na Comunicação oral qualquer referência, que indique onde esta Assembleia vá ser instalada condignamente como merece e com todas as condições. A referência que me lembro e peço desculpa se estou em erro, foi a de que esta Assembleia seria desalojada provisoriamente, para aqui se instalarem os serviços municipais periodicamente e depois voltaria a este local. Preocupa-me esta falta de atenção, do Sr. Presidente com esta Assembleia, que aliás vem na linha da desconsideração, que o executivo vem tendo, há pouco descrita e patenteada pela intervenção do Sr. Salavessa, que eu nessa parte não tenho dificuldade nenhuma em sublinhar.

A Comunicação, também já aqui foi dito e eu sublinho, vai no sentido de dar conta de algumas realizações, que aliás, já vinham feitas do passado. No resto, digamos que é um programa de acção. Qual é o Sub-Plano de Actividades que tem o mérito de ser essa anunciação e não tem o mérito de a ter, de ser a concretização. Como devia ser o sentido da Comunicação, dizer o que está feito e não efectivamente o que vai fazer.

De resto limita-se a estudos. Mas estes estudos Sr. Presidente, Srs. do Executivo, já nós vamos estando mais ou menos fartos. Recordo que há tempos se anunciou aqui - Aveiro do Ciclismo, a Cidade da Bicicleta. Ficamo-nos com as intenções, os estudos, porque as bicicletas não apareceram em lado nenhum. Agora anuncia-nos o Sr. Presidente ainda há pouco, aquilo que foi o símbolo da sua candidatura - o saquinho do Sal; isto é, sobre o Salgado de Aveiro vai fazer-se um estudo. Para desenvolver-se o Salgado de Aveiro, Sr. Presidente do Executivo, Srs. Membros do Executivo, é preciso mais do que o estudo e eu começo a recear, que os Aveirenses vão ter o Salgado, apenas e tão só, do suor derramado por quem faça os estudos, porque Salgado das Salinas receio bem que por esta forma nunca tenham. E é neste resumo o que eu tinha para dizer acerca da Comunicação do Sr. Presidente.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Terminada a viagem desse carrossel que não ficou gravada (troca de palavras entre a bancada do PS e a do PP). À margem e de toda a maneira, vamos ver se eu consigo pôr alguma ordem nos assuntos que quero abordar e que são muitos de facto, mas vou tentar que sejam claros e com poucas palavras para cada um.

Primeira questão. De forma alguma me parece a mais importante daquelas que irei abordar, mas que entendo necessária. Há de facto, e eu lembro que o mandato vai curto,

falou-se aqui, da última vez que aqui estivemos, falou-se aqui deste período de gestação da criança que está aí para nascer. O mandato é curto e tem-se verificado em relação a generalidade dos Presidentes da Câmara, uma tendência para não apreciarem o trabalho dos Deputados Municipais. Eles de facto, contrariam essa voz de comando de que falava o Sr. Salavessa e que é sem dúvida importante. E eu mantenho aqui a posição que sempre tive: quem é Poder Executivo, tem que ter o direito de executar o programa eleitoral, que para gosto da Assembleia ou para desgosto, foi votado, venceu, tem que ser executado. Portanto, nós aqui Deputados Municipais, temos que ter paciência, temos que engolir isso, não há outro remédio.

Verdade seja dita, que até a mim às vezes me desgosta, mas até eu às vezes tenho que me lembrar que de facto, o município é acima de tudo composto por um órgão executivo, que tem que executar aquilo para que foi eleito, tinha um programa eleitoral. E a parte, às vezes mais aviltante para nós deputados municipais é que, está mesmo a cumprir o que disse. Está mesmo com o Plano Estratégico que definia no programa. Talvez seja aborrecido para algumas pessoas, mas é que está mesmo. E agora o seguinte: mas isto não invalida que o Executivo Municipal perceba, que esta autarquia que é o município é composta também pela Assembleia Municipal, que tem os seus poderes, estritamente definidos e exerce uma fiscalização, (não deve ser policia e já lá vamos) tem os seus poderes definidos e deve ser respeitada. E eu vou dizer o seguinte: eu não concordo e estou à vontade para o dizer, porque penaliza-me fortemente, porque mal tenho tempo às vezes para comer, ser convidada para o que quer que seja, penaliza-me que nós não sejamos, se não às vezes para uns almoços e para uns jantares e à última hora. Isto não deve ser feito. A Câmara continuará a fazer aquilo que muito bem entenda, mas eu não concordo, por exemplo, que os senhores Deputados Municipais, sejam arredados da possibilidade por exemplo, de ouvirem o Ministro e o Secretário de Estado. Bem sei que não estávamos habituados a isto nos mandatos anteriores, na Câmara anterior não havia disto, mas nós estamos aqui para exercer, para sermos informados também, porque senão como é que nós podemos fazer aqui intervenções em substância. E se vêm cá Membros do Governo e por acaso até é da mesma cor da própria Câmara, mas até importa pouco, se vêm cá e se vêm à própria Câmara em cerimónias oficiais, porque razão, nós nunca somos convidados para nada. Somos nós pura e simplesmente inexistentes para esses e outros efeitos. Somos convidados com certeza, (ou alguém se esquece de mim) para exposições, apresentações de livros, é bonito sem dúvida absolutamente nenhuma, agradeço na parte que me toca, mas no exercício das funções para as quais fui eleita, fico menos informada do que se me obrigassem por exemplo, a assistir a aborrecidíssimos discursos, sobre matérias árduas e pesadas dum programa que afinal está a ser executado e é um plano. Essa é pelo menos a minha opinião. Portanto, esta crítica tenho que a deixar, farão dela aquilo que entenderem mas devo dizer que pessoalmente me sinto, não digo insultada, mas humilhada no papel para que fui eleita. É desrespeito em meu entender, agora farão desta minha opinião aquilo que melhor quiserem. Mas o pior é que esse desrespeito repercute-se na eventual fraca qualidade da informação que nós podemos obter de forma até cordial e simpática e por outro lado, somos arredados por exemplo de determinados tipos de acontecimentos até nestas questões das geminações e tudo isso, para irmos apenas à parte mais informal. O que traz desvantagens para a própria Câmara, na medida em que depois nos situa em pequenos convívios, de pequenos núcleos de pessoas e não podemos nós próprios circular mais e defender melhor e divulgar melhor o nosso Concelho e já agora o tal Plano que está a ser executado. Esta é a primeira questão, agora as outras pequenas questões, em menos palavras.

Relativamente, mais directamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Moliceiros, Côjo, Pontes do Côjo, tudo isto está relacionado. Eu gostaria de chamar à atenção para duas questões: primeira, relativamente à questão, da aquisição dos Moliceiros, que acho

uma ideia exemplar e óptima, eu estive, embora sem ser convidada, na travessia da Ria - na corrida dos Moliceiros e no concurso das proas - tive o cuidado de falar com os proprietários e com construtores dos Moliceiros e certamente verão tudo isto com muito bons olhos. Devo dizer que a Câmara de Ovar, diziam eles, é a que mais os apoia. A Câmara da Murtosa apoia indirectamente, comprando (aquilo tem um nome próprio, desculpem-me que não saiba), a apanha do Moliço. É muito bom que a Câmara Municipal de Aveiro, realmente faça alguma coisa a sério, neste sentido, porque é bom a vários níveis (escuso de dizer quais) sabem disso. Mas é preciso ter algum cuidado, gostaria de chamar à atenção, que é o de não fazer concorrência directa a algumas iniciativas privadas que possam pretender insistir nesta área e permitia-me dizer isto para que pensem, se é que não foi pensado, porque é um facto, a Câmara pensa muito, já vi que sim, o que pode acontecer a este nível. Porque os Moliceiros poderão ser uma parte da actividade, que possa ser lucrativa de uma qualquer empresa privada a este nível. E a Câmara ao retirar-lhe esta parte, pode de todo, fazer com que se continue na situação em que temos estado até hoje e não tenhamos em Aveiro dinamismo, digamos assim, também nesse domínio privado, relativamente a transportes fluviais um pouco turísticos. E isto prende-se com um outro problema que são as Pontes do Côjo que são muito baixinhas. Eu fui chamada à atenção para isto por uma pessoa que percebe disso e permitia-me dar nota desse assunto, porque eu não sei o que é que querem fazer circular para o Lago, se é que isso tem alguma possibilidade. Aquelas pontes são muito baixas e eu pergunto, se depois de acabada a obra teremos quem possa elevar as pontes, se é que isso é necessário. Tecnicamente penso que sim, disseram-me que sim.

Quanto ao trânsito uma pequena palavra. Sem dúvida nenhuma que a questão das bicicletas é extremamente pertinente, sobretudo porque ela vem trazer, vem entroncar numa outra, é com a questão do verdadeiro caos de estacionamento que nós temos e que não é culpa desta Câmara; é o que é, é o que está, é o desenvolvimento. Quando anteriormente se não pensou a tempo em obrigar à construção de mais garagens, sobretudo no centro da cidade. É a evolução dos tempos.

Relativamente à FUNFRAP, eu somava-lhe a incineradora do Hospital, mas permitia-me lembrar ao Sr. Salavessa, que quando eu aqui trouxe o problema da FUNFRAP (eu não tenho nada contra a FUNFRAP), mas acho que Aveiro deve ter extremo cuidado, porque a FUNFRAP tem tido uma política séria, mas como qualquer empresa que visa o lucro, precisa de ser vigiada. É preciso somar também a questão da incineradora do Hospital. E a Câmara Municipal, ao nível da Protecção Civil deve ter cuidado com a qualidade do ar de Aveiro, sem duvida nenhuma. Lembro que, quando aqui fiz uma intervenção não houve um único Deputado Municipal que subscresse o que eu aqui tinha dito. Felizmente consegui estar aqui neste mandato para poder ouvir isto e ver que alguém se colocou finalmente do lado do Partido Socialista e da denúncia que aqui tinha feito.

Finalmente, duas últimas questões. A primeira, a das freguesias rurais. Eu, com toda a franqueza ... Cacia não é rural? ... nem Eirol? ... Taboeira não fica numa zona rural? Eu começo a não entender estas coisas. Se lerem a Comunicação do Sr. Presidente, ou eu não estou boa da cabeça; se nós estamos a fazer, se é verdade que está a ser feito, (e eu lá vou sabendo algumas coisas também devo dizer pelos jornais) o que se passa em relação à Pista do Rio Novo do Príncipe, isto não é para as freguesias rurais? O Eixo Estruturante não é para as freguesias rurais? E muita outra coisa, o Sr. Presidente está aí para dizer o que entender, mas não é preciso, isso está cá escrito. Por amor de Deus! Agora, eu percebo qual é a ideia. Falta muita coisa ainda, só que eu volto a repetir; em minha opinião, eu julgo que qualquer Presidente de Junta sabe e pensa que o interior da Cidade está duma tal maneira que há prioridades que devem ser estabelecidas e não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, sobretudo no tal período de gestação de apenas nove meses.

Última questão, as queixas à tutela e o Parque de S. Jacinto. O Parque de S. Jacinto passou há relativamente pouco tempo (toda a gente sabe) para a jurisdição directa da Câmara. Foi da Base de Pára-queda, era lá do Ministério da Defesa ou algo parecido com isso, entretanto passou para a Junta de Freguesia de S. Jacinto e da Junta de Freguesia de S. Jacinto passou finalmente para a Câmara Municipal que tem inteira jurisdição sobre ele. Eu não sei o que se passa, tenho ouvido queixas de facto de alguns munícipes, designadamente em relação a questões de banhos e a outras coisas que até parecem um pouco surrealistas. Não sei quem é que é responsável por semelhante tipo de atitudes. Sei que aquilo está de facto mau e penso que a Câmara deverá de facto responder ao que por ali se passa.

Agora, quanto a queixas à tutela, eu volto ao ... quem com ferros mata, com ferros morre e até me ri-o. A questão é esta, nós somos aqui Deputados Municipais, fiscalizadores da actividade da Câmara Municipal, não somos polícias; por amor de Deus. Se há ou houve qualquer incorrecção relativamente a isso, vamos pensar que a Câmara Municipal fez isso deliberadamente, tentando fazer de nós palhaços! Lá que ainda não se tenha lembrado que nós devemos estar presentes em determinado tipo de acontecimentos, isso eu admito, agora a esse ponto, por amor de Deus, temos tido aqui, inúmeras manifestações no sentido rigorosamente do contrário e evidentemente se há alguma irregularidade do género, ou do tipo daquela que foi aqui denunciada pelo Sr. Salavessa, (não ponho em dúvida) é sem dúvida nenhuma de o denunciar aqui, de se ir verificar o que é que se passa, porque uma coisa é a fiscalização, outra coisa é uma quase actividade de polícia. Eu bem sei que é uma atitude perfeitamente legítima, no sentido estrito, formal do termo, que é uma atitude perfeitamente legal o recorrer à denúncia à Tutela Administrativa. Agora eu pergunto isto: nós sabemos que o formalismo legal às vezes é tétrico. E se não há corrupção, se não há nada de verdadeiramente grave, quando nós sabemos que o país inteiro está cheio disso, porque razão é que as questões não se colocam abertamente, francamente, isto é, não se faz uma fiscalização e se faz pura e simplesmente uma perseguição. Eu começo a perguntar a mim mesmo qual é a ideia. Bem, se o Sr. Salavessa tinha dito aqui na última reunião, que só estava a mandar os primeiros dois tiros. Ele tinha dito vêm aí mais, já está. Agora se calhar quer, por um erro formal de um qualquer vereador, sabe Deus quem seja, ainda estou para ser esclarecida, venha a atingir o Presidente da Câmara, porque como sabe formalmente ele diz: eu não sei a consequências e está farto de saber. É que haver coisas da gravidade com que ele pôs aqui, com que ele explanou, caía o Presidente da Câmara. Olha que engraçado. Se calhar queria cá o PP outra vez!!”

Presidente da Mesa:

“Bem, eu devo dizer que estou à espera que o Presidente da Câmara ou a Câmara esclareçam esse problema e depois logo se vê se há atitudes da Mesa ou se não há atitudes da Mesa.

Devo dizer-lhe já agora, que esse estilo de denúncia, eu que sou frontal - e desculpe-me o Sr. António Salavessa - é um estilo que me chateia. Porque é um estilo de democracia literal e de pseudo frontalidade e lealdade, que na prática não corresponde a si.

Eu antes de ir à cara a alguém, normalmente digo, põe-te à tabela que eu vou-te bater. Mas não digo: olha bati-te, mas foi por bem. Esse é o problema, é complicado.

Eu compreendo que é política e essa coisa de nós sermos palhaços, V.Ex.a haverá circunstâncias em que seja, eu nunca sou, nunca fui e não nunca serei; com câmara PS, PPD, PC, PP, onde quer que seja, só se estiver a ser palhaço sem dar por isso. Mas então peço que os amigos me avisem: não estás, mas tens aí um rabo de palhaço.

Eu gosto da linguagem política (não estou a fazer qualquer crítica), esta Mesa e não sou só eu; se houver alguma irregularidade que pareça - primeiro, dolosa; segundo, não sendo dolosa, que seja uma negligência política grave actuará, naturalmente. Mas enfim, faço a

justiça de partir do princípio, que aqui ninguém anda a fazer ninguém de palhaço e também lhe faço a justiça de aceitar que tenha sido uma figura literária com contundência política, que às vezes se usa e que é bom.”

Vogal Joaquim Abreu:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu escutei com atenção a Comunicação feita pelo Sr. Presidente da Câmara. Falou de muita coisa, porém, relativamente à Freguesia de Eixo ... nada ou quase nada, foi dito. Apercebo-me que eternamente, a Cidade vai absorvendo os impostos das freguesias, nomeadamente da Freguesia de Eixo. Estou cada vez mais preocupado.

Gostaria que o Sr. Presidente, na próxima Comunicação falasse: das pavimentações aceites por um empreiteiro, em Maio de 1997 e que ainda hoje não foram executadas - ZERO; da 2ª fase do edifício da futura Junta de Freguesia de Eixo - ZERO; da 4ª fase e última do Centro Cultural de Eixo, que anda a ser feito há nove anos - ZERO; as várias pavimentações incluídas no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro, para o corrente ano e sobre isto ... ZERO; abertura do acesso ao Centro Infantil de Eixo - ZERO; sinalização horizontal e vertical na EN 230, que tarda a ser colocada ... dando aso a que a GNR multe o cidadão a torto e a direito e que não tem culpa da situação - ZERO; a semaforização prometida para Eixo, onde passam diariamente mais de 20.000 viaturas, em média e tornam a vida um tormento aos residentes locais - ZERO; a pavimentação dos passeios dentro de Eixo e Azurva - ZERO; o prosseguimento dos arranjos exteriores do Bairro dos Montes de Azurva - ZERO; a construção de um Jardim de Infância em Azurva - ZERO; o reforço da iluminação pública em Eixo e Horta - ZERO; a construção de um muro de suporte na Rua de Taboeira, em Azurva - ZERO; a drenagem de águas fluviais na Rua da Cacieira em Azurva, que quando chove, provoca inundações em casos particulares - ZERO; a liquidação da dívida relativa a 1997, no montante de 572.400\$00, com pequenos empreiteiros de Eixo, à espera de receberem o seu dinheiro - ZERO; a alternativa à EN 230 - Eixo/Azurva, onde transitam mais de 20.000 viaturas diariamente e onde as pessoas têm medo de sair à rua - ZERO. Por conseguinte, eu gostaria e apelo ao Sr. Presidente, eu já não digo isto tudo, que isto é muita coisa, mas na próxima Comunicação eu gostaria de o ouvir falar em algumas destas coisas. Porque efectivamente a minha Freguesia está a ficar um pouco esquecida. Tenho dito.”

Presidente da Mesa:

“A Mesa depois de deliberar, tenciona que a Assembleia Municipal reuna fora, nomeadamente nas freguesias rurais - freguesias suburbanas prefiro. É complicado porque nem todas as agendas se prestam para isso ou talvez se prestem. E tem que se ver quais são as freguesias que têm sítio adequado e a parte logística, tem de se ver como isso funciona. Mas é uma maneira de prestigiar as freguesias, dizer que as freguesias são todas iguais nas suas diferenças.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Eu não serei longo porque muitas das questões e de assuntos a focar, já foram feitos por outros colegas. Por outro lado há outros assuntos, que serão focados noutros pontos específicos da ordem de trabalhos, de modo que vou mesmo centrar apenas, em algumas perguntas, que podem ser importantes até para o desenvolvimento de outros pontos da ordem de trabalhos.

Portanto, independentemente da apreciação de certas obras, que estão em perspectiva, mesmo de certos equipamentos que estão em perspectiva, eu estou preocupado com outros aspectos de natureza financeira. Porque não são especificados e é por isso que eu faço a

pergunta. Quando se diz por exemplo, que a Câmara irá ocupar o edifício da antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos, diz-se em contrapartida, que a Câmara construirá um novo Centro de Formação Profissional. Bom, eu gostaria de ter uma ideia de facto, qual é o preço que está previsto, qual é a quantia que está prevista? Efectivamente essa quantia quando for definida, se de facto tem suporte financeiro?

Também e a ideia que tanto me agrada, eu que estive sempre muito ligado à Ria de Aveiro, ver vinte e cinco Moliceiros a navegar acho que é ótimo. Mas também pergunto, quanto custa? E se existem fundos para esse fim?

Há aqui uma coisa que me faz alguma confusão e que gostaria de perceber. É no que diz respeito à Pista de Atletismo, qual foi a contribuição deste Executivo concretamente, e qual foi dos anteriores? Também gostaria de saber até que ponto a Universidade contribuiu ou não para este fim?

No que diz respeito ao Campeonato da Europa de Futebol, do ano 2004, eu apreciei muito a rapidez com que foi elaborada uma proposta concreta de Aveiro, para receber aqui de facto uma parte desse Campeonato se de facto vier para Portugal. Gostaria de saber, quem é que organizou esse processo, para tão rapidamente ter sido possível. Por outro lado, eu gostaria imenso de ter cá aquele estádio que se prevê, é ótimo ir receber dinheiro do exterior da autarquia para o construir, mas continuo preocupado; e o resto? Há mesmo fundos para isto? É que quando de facto o nosso plafond de financiamento, já está numa situação de farsquia tão alta, eu pergunto se não poderá haver alguma tentativa de alguma solução financeira, porque eu acho que não é de perder esta oportunidade. Mas como? É isso que eu pergunto.

Também quando se fala da conclusão das piscinas do Sporting Clube de Aveiro, diz-se aqui que a Câmara contribui, com uma importante verba, qual? Com certeza que não é segredo.

Finalmente e no que diz respeito a uma maneira de estar e de apresentação, muitas vezes destes relatórios, eu devo dizer que muitas vezes, este Executivo refere coisas que correm mal e imputa essas responsabilidades ao anterior Executivo. Não há dúvida nenhuma, que até por uma maneira profissional de escrever trabalhos e artigos científicos, eu estou habituado a que se devem citar as referências dos autores que nós utilizamos para construir os nossos trabalhos. E como tal, eu acho que seria importante, quando aparecem estas descrições e as muitas inaugurações, que também se fizesse justiça, neste caso, ao que vem do passado. Já também que fazemos justiça, quando algo mau também vem do passado. Portanto, se profissionalmente eu estou habituado a referir, quem são os autores que ajudaram a construir um trabalho que eu publico, humanamente também defendo, que um pouco de humildade não fica mal a ninguém e que a arrogância é sempre criticada. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Bem a minha intervenção está um bocadinho fora de contexto, porque já foram abordados dois problemas que eu queria colocar aqui; um pelo Sr. Armando Vieira, com o problema do relacionamento com o Plano de Actividades e com a sua execução. E nesse aspecto vou fazer aqui um reforço, dessa minha preocupação, que acho que na Comunicação do Sr. Presidente (é uma sugestão), devia sempre fazer o reporte ao que está previsto e ao que está feito. A outra situação é a alegada informação que nos vai passando ao longo das diferentes Assembleias, sobre a difícil situação económico financeira da Câmara. O Sr. Prof. Britaldo já falou aqui do problema da falta de mensuração dos investimentos que se propõe fazer, nomeadamente, o Centro de Formação, as obras dos Paços do Concelho e aqui juntava mais alguma coisa - qual é a participação financeira nas obras do edifício dos Paços do Concelho, (monta a 214 mil?!) é o Governo que paga tudo, ótimo. Se não, qual é a participação da Câmara?

Relativamente aos Moliceiros, fazia aqui uma pequena sugestão: em que medida é que não seria interessante, articular isso com uma política de turismo. Realmente pouco se tem feito em Aveiro, a nível do desenvolvimento do turismo. Começa-se a fazer alguma coisa, mas penso que os Moliceiros podem ser bastante articulados com o turismo.

A outra questão eram as Piscinas do Sporting Clube de Aveiro que se foram aqui abordadas e o Pavilhão Multi-usos. Até que ponto, ou seja, qual é a participação da Câmara nesse investimento e a sua quantificação, porque nós sem termos estes elementos ficamos um pouco fora. É darem-nos uma ideia sobre isso. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, no entretanto e antes de a fazer, gostaria de tecer alguns comentários ao que aqui foi dito. Em primeiro lugar, para dizer quão diferentes são estes relatórios de actividade, dos relatórios de actividade que nós vínhamos a assistir no mandato anterior. Em que nós vínhamos discutir para aqui, como relatório de actividades, se tinha sido cortada a relva na Pista de S. Jacinto, se tinham sido postos dois vasos de flores na Freguesia de Oliveirinha e que durante esse tempo tinham aterrado ZERO aviões, na Pista de S. Jacinto.

De facto, muito diferente é a actuação desta Câmara, da Câmara anterior. Por mais semelhanças que o Sr. Armando Vieira lhe queira encontrar. De facto, a única semelhança, que eu posso encontrar, entre essas duas Câmaras será obviamente na longevidade dessas Câmaras. Sr. Armando Vieira, meu querido amigo, sempre tem aqui defendido, honra lhe seja feita, os Concelhos Rurais. De qualquer forma penso que existe alguma injustiça, naquilo que disse. De facto, algumas das coisas que aqui foram trazidas pelo Sr. Presidente da Câmara, são ainda projectos, é natural que o sejam. Mas repare que, os dois grandes projectos que ele aqui traz são dois grandes projectos, que serão o do Estádio Municipal e o da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, são fora da zona urbana da cidade. E até aqui ouvi o Sr. Armando Vieira, em intervenções anteriores, não vou falar obviamente, pareceria mal, tudo o que tem sido feito também nas freguesias rurais, nomeadamente no que está a ser feito em algumas freguesias a nível de pavimentações, de saneamento. Porque não falar no Parque de Merendas de Eirol, são coisas pequenas, mas são coisas importantes também para os concelhos rurais, mas o Sr. Armando Vieira, foi o próprio a dizer que tantas vezes pediu aqui a pavimentação da estrada 235 e que ela só foi feita depois deste Executivo ter tomado posse. Ao menos que fique essa pequena obra, que foi feita na sua freguesia e que tão necessária era. Quanto ao Sr. Salavessa, é óbvio que para algumas pessoas é uma novidade, para mim não é novidade a sua intervenção. O Sr. Salavessa como de costume trouxe a cassete, despejou a cassete. E essa cassete, é de alguma forma, o exemplo vivo do “modus operandi”, que a União Soviética viveu e que deu naquilo que deu. De facto, é capaz de ter apresentado aqui um caso, que são aqueles casos que podem acontecer (se calhar até tem razão). A quem imputar as culpas?

Eu penso que o Sr. Presidente da Câmara, aí, tenho de lhe fazer uma crítica muito frontal e muito clara, já não é a primeira vez que lha faço, porque eu sou como o meu amigo Candal, primeiro digo que vou bater e depois bato. Penso que muitos destes problemas surgem porque, há uma herança pesada na Câmara. É muito fácil de explicar, que quiserem até digo os nomes. Há uma série de gente (no meu entender), que ocupa lugares destaque ainda na Câmara Municipal, que transitou da Câmara Municipal anterior, que não tem categoria nem capacidade para desempenhar os cargos. De facto nem sempre os gabinetes funcionam, nem sempre os apoios directos funcionam e certamente podem acontecer casos destes, mas alguém que acuse aqui esta Câmara ou o Sr. Presidente da Câmara, de alguma vez num destes casos ou numa destas omissões, ter agido de má fé.

Gostei também bastante de outras intervenções, entre as quais a da Dr.^a Virgínia Veiga, mas não concordo com o teor do seu pedido ao Sr. Presidente da Câmara, “que convide sempre os membros desta Assembleia Municipal, cada vez que se desloque cá um membro do governo”. Tenha dó Sr.^a. Deputada Virgínia Veiga, que quem trabalha, obviamente se quiser cumprir isso, vai ter algumas dificuldades, pese embora nós gostemos de os ver cá, porque normalmente eles vêm acompanhados de uma boa saca de oferendas para a nossa cidade e bem que a nossa cidade precisa.

Quanto aquilo que disse, ao rol de necessidades, que são necessidades que aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Eixo enumerou. É óbvio que tem toda a razão e que há muita coisa para fazer; tanta coisa que o PP deixou por fazer, e sei que o Sr. não é responsável por isso, porque na altura o Sr. era do PSD. Tenho efectivamente alguma pena, que isso se faça e irei também eu próprio, insistir junto do Sr. Presidente da Câmara, para que a Freguesia de Eixo não tenha, não receba da Câmara, aquilo que quando era do PSD recebeu da Câmara do PP.

Soube que há muito pouco tempo esteve cá uma técnica internacional, para estudar a viabilidade da Pista de Remo no Rio Novo do Príncipe, que é (infelizmente para a oposição) uma das promessas eleitorais do Sr. Presidente. Eu gostaria de saber, como é que está isso? Já que é um assunto de tanto interesse para a Cidade e penso que para uma freguesia que também ainda se pode apelidar de rural.”

Vogal Gaspar Albino:

“Obrigado Sr. Presidente. Às vezes não sei se deva dizer o que vou dizer, mas vou dizer mesmo.

Meus senhores! Tenho imensa honra de ser neto de um Mercantel e sobrinho neto de um Marnoto. Meu pai foi Pescador. E vou agora tratar duas coisas, que dizem respeito a profissões de meus antepassados, que muito me honram.

Moliceiros - já aqui ouvimos falar nos Moliceiros, algumas vezes hoje à noite. Mas eu permitir-me-ia lembrar, que a Ria de Aveiro tem Moliceiros, Mercantéis, Bateiras, Caçadeiras, todos eles usados como barcos de trabalho na nossa Ria, no amanho da Ria.

Quando o Sr. Presidente da Câmara, por alguns acoimado de um certo oportunismo, por outros louvado, eu prescindindo quer de uma quer de outra posição e vou adoptar a minha. Anunciou o seu propósito de construir vinte e cinco Moliceiros, a expensas da Câmara, possivelmente com o horizonte temporal no mínimo de dez anos. Terá pensado, que esses barcos basicamente foram concebidos e são barcos de trabalho e que o seu uso actual, para fins de turismo ou para desporto até como deixou aventar, já terá levantado problemas de natureza legal pela parte da Capitania do Porto de Aveiro, porque eles não foram concebidos para ser outra coisa, que não fossem barcos de trabalho, com tripulações específicas. Julgo que era um problema, que deveria merecer a sua atenção Sr. Presidente. Que deveria acautelar-se. Porque eu entendo; que os tempos em que estes barcos foram concebidos como barcos de trabalho, já lá vai. Mas que outros fins deverão ser-lhes destinados, para que nós guardemos na memória colectiva, os ex-libris que eles são, isso é um facto. Portanto a cautela fica alertada. E, já agora, se essa cautela for avante e se esses barcos puderem ser destinados a outro fim, que não seja o de barco de trabalho... eu lembro-me que talvez o esforço financeiro da Câmara na construção destes barcos, pudesse e devesse ser aligeirada com a mobilização de iniciativa privada para fins turísticos e que o esforço da Câmara não fosse só assumido por Aveiro, mas por todos os Municípios que bordejam a Ria de Aveiro. E posso citar que alguns Municípios já estão a dar o exemplo; é o caso concreto de Ílhavo, da Murtosa ... e tudo isto, sem nunca pôr de parte, para mim significativamente importante, que eu gostaria de voltar a ver a Ria de Aveiro, povoada, com as velas dos meus Moliceiros, com as velas dos meus Mercantéis, das minhas

Caçadeiras que também tinham vela e com as Bateiras pequeninas, que serviam para navegar pelos esteiros pequeninos da minha Ria. Isto quanto aos Moliceiros.

Já agora vou buscar o outro ramo da família - O Sal.

Foi-me dito na semana passada, Sr. Presidente, que a Câmara já estaria a exportar Sal da Marinha da Troncalhada. Ora bem, eu pus isso em dúvida, mas de qualquer dos modos não deixa de ser engraçada essa hipótese. E quando digo engraçado, não é porque as coisas sejam engraçadas, mas é uma ideia que os economistas gostam de adjectivar dessa maneira. É uma ideia engraçada.

É que isto prende-se, com determinado interesse que eu sei já existir por parte da “Guérande”, que terá esgotado a sua capacidade produtiva para aguentar o mercado que tem e estará interessada em importar Sal, do Salgado de Aveiro. Já se fala em pagar o Sal de Aveiro a 150 contos o vagão (um vagão são 10 toneladas), o que faria com que o preço até agora praticado, que era de oitenta contos, quase passasse para o dobro. De qualquer dos modos estes zuns, zuns, já terão provocado, no preço mesmo do mercado interno, que estes 80 contos, já estejam os comerciantes portugueses a pagar ao Salgado Aveirense, qualquer coisa como 100 contos. Não é muito, mas são vinte e cinco por cento de oitenta contos, mais.

Ora, isto só me leva a acicatar a Câmara, no sentido de que se empenhe profundamente, no tal estudo de viabilidade económico-financeira, porque julgo que a inacção dos proprietários e dos marnotos, no recuperar do Salgado Aveirense, pode de algum modo ser colmatada com uma nova leitura de todo em todo semelhante à leitura que se faz na “Guérande”. Não me quero alongar mais, gostaria de saber se é verdade ou não que a Câmara já tenha conseguido através de alguém vender o Sal da Troncalhada a 150 contos o vagão? Quando há fumo, em matéria económica, há fogo; isso é verdade. E isso não são más notícias para quem gostaria também, em matéria de Sal, voltar a ver o nosso horizonte recortado pelos triângulos dos montes alvos de Sal.”

Vogal João Maia:

“Muito obrigado Sr. Presidente. A vaidade de ter contribuído em alguns dos projectos que na Comunicação do Sr. Presidente eu ouvi referenciar, obrigar-me-ia com certeza a calar, neste momento. No entanto, a alegria, o orgulho, com que o Sr. falou dessas obras agora acabadas, abriu uma porta, para fazer duas considerações e antes disso, fazer uma chamada de atenção sobre a Pista de Atletismo.

Muitos Autarcas passaram por esta Pista de Atletismo; Reitores da Universidade pelo menos dois; Presidentes da Associação de Atletismo, pelo menos três. Eu tive conhecimento desta obra e contactei o Sr. Prof. Arístides Hall, que agora lembro. No início talvez, já com projecto feito, e foi precisamente para desenterrar o projecto feito que estava na Universidade há um ano, que eu fui enviado em mil novecentos e noventa pelo Sr. Dr. Girão Pereira, a conversar com o Prof. Arístides. Portanto esta obra é velhinha, esta obra envolveu muita gente, ainda bem que a Pista está aí, saibam-na utilizar. Ela corresponde à vontade de muitos homens e já que lembrei o Prof. Arístides Hall, lembro também o Capitão Duarte, já falecido. Portanto, houve a vontade de muita gente e se ela não apareceu mais cedo se calhar foi porque alguns interesses particulares impediram que a obra se realiza-se e estou concretamente a lembrar o problema de expropriação de um terreno que estava precisamente no meio da zona de implantação da Pista.

Relativamente às duas questões que queria pôr ao Sr. Presidente, uma será sobre o Mário Duarte. De facto o Mário Duarte está mais bonito. Mas Sr. Presidente, está bonito por fora, por dentro muita beleza já lá foi posta; balneários, sede, a rega automática, um furo que alimenta de água a rega do relvado (não é água da companhia), iluminação, o campo de treinos, o fecho das bancadas, enfim, muitas e mais obras havia a referir, mas de facto

aquilo tem sido um trabalho de muita gente. Até por piada vou contar a esta Assembleia uma cena que aconteceu comigo. A relva há bastantes anos que era necessário ser mudada. Um dia eu pedi junto da Associação de Futebol de Aveiro, que me juntasse na Associação técnicos de relva para ver que volta é que havíamos de dar àquela relva. A ideia teve a aceitação da Associação, marcou o dia, vieram técnicos de Lisboa sobre relva. Entretanto do lado da Câmara, eu pedi a um técnico para ir à Associação ouvir o que lá se iria falar. A Sessão demorou o dia inteiro. O nosso técnico foi às quatro menos dez e às quatro horas estava na rua. No dia seguinte disse-me que, de tudo o que ouviu lá, não aprendeu nada! E a relva continuou até aos dias de hoje. Sobre o Mário Duarte, ele está de facto mais bonito, mas eu quero fazer uma chamada de atenção relativamente às cadeiras que se colocaram na bancada central, elas não trouxeram a comodidade, que de facto, a Câmara pensou vir a dar. Há uma certa dificuldade agora em andar naquelas bancadas.

Outra questão que eu queria pôr ao Sr. Presidente, é o problema do Pavilhão Multi-usos.

A colocação do Pavilhão na zona Multi-usos, a mim não me parece que seja a mais apropriada. O Pavilhão Multi-usos, colocado ali em Vilar, vai ficar junto do Pavilhão do Galitos. E eu falo nisto, porque já fui responsável por retirar (eu Câmara), o Pavilhão lá de cima da zona de Santiago, onde ele ficaria junto do Pavilhão actual da Universidade e onde se falava na altura que o Beira Mar também iria pôr um Pavilhão debaixo da bancada central. Portanto aquilo eram Pavilhões a mais. E a Câmara da altura, pensou e bem, no meu entender, trazê-lo para a zona Força Vouga. Portanto, a razão que eu agora invoco para não colocar o Pavilhão Multi-usos ali em Vilar será a mesma. Eu não sei se o Sr. Presidente se está a esquecer da zona desportiva. Zona desportiva colocada portanto, junto ao IP 5, portanto no nó onde o IC 2 vai sair para Sul, portanto, numa zona de acesso fácil das pirâmides a esse nó do IC 2/IP 5, faz aquilo em 3, 4 minutos, é de acesso fácil e, portanto, abríamos a zona desportiva, zona essa que já está no projecto, mas que a falta de dinheiro, se calhar, é impeditiva de fazer com que ela ande para a frente.

A colocação do Pavilhão Multi-usos aí, eu acho que seria a melhor maneira porque eu pergunto ao Sr. Presidente, onde é que vai pôr o Estádio Municipal? Não é também na Zona Industrial?

Julgo que pensará com certeza, a não ser que tenha outra ideia, que essa é a zona realmente desportiva por excelência para a zona de Aveiro e portanto, eu pergunto-lhe se o Pavilhão Multi-usos de facto não poderia ir para a zona desportiva?

Para finalizar, eu congratulo-me pelo facto do processo de apresentação da candidatura ter sido tão rápido e agora ponho a questão: será que os técnicos já tinham o processo pronto? Ou então os técnicos aceleraram, o que me dá para me congratular por isso. De qualquer maneira, eu não sei em que maneira é que o caderno de encargos foi feito, mas atenção, eu queria chamar à atenção de uma coisa; muitas vezes há falhanços em termos de equipamento desportivo (não me interessa porquê), agora, gostava de chamar à atenção que as regras impostas, as normas de exigência do equipamento desportivo a nível da UEFA, não são as mesmas das exigências a nível da Federação Portuguesa de Futebol, portanto, das provas internas. Portanto, alertava para esse pormenor. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, uma intervenção muito curta. Primeiro uma nota digna de registo, penso que a intervenção do meu querido amigo Dr. Jorge Nascimento, não pode deixar de ser frisada nesta Assembleia, por quanto trouxe aqui à coacção a resolução de dois problemas crónicos nesta Cidade, neste Concelho, qual sejam, a transferência da Câmara e dos serviços para a Jerónimo Pereira Campos e a aquisição do Teatro Aveirense. Face à resolução destes problemas por este Executivo Municipal, pasme-se! o Dr. Jorge Nascimento não se congratulou, não felicitou o Executivo por essas notórias e meritórias

realizações, mas cito: preocupou-se e manifestou a sua preocupação quanto ao favoritismo de que Aveiro está a ser alvo. Eu louvo, Dr. Nascimento, a sua coerência. V.Ex.a, para que conste na acta, é das pessoas mais coerentes nesta Assembleia, isto porquê? Porque quando Aveiro era prejudicado sistematicamente e era-o da facto, V.Ex.a sempre protestou, hoje que Aveiro é (nas suas próprias palavras) “beneficiado sistematicamente” V.Ex.a, continua a protestar. Louvo-lhe a coerência.

Ponto número dois. Perguntou o Prof. Britaldo Rodrigues, quem organizou o processo de candidatura ao Euro 2004. A minha intervenção, tem cabimento apenas num sentido; a modéstia impedirá o Sr. Presidente da Câmara, de responder com inteira verdade ao que se passou com o processo de candidatura ao Euro 2004. Sou testemunha privilegiada do que se passou nesse processo e posso-lhe garantir que, se Portugal vier a ser contemplado com a realização do Europeu 2004, se Aveiro vier a ser conseqüentemente beneficiado, isso se deverá exclusivamente à intervenção e ao mérito e à capacidade e à iniciativa do actual Presidente da Câmara; exclusivamente. Eu posso garantir, porque assisti, que foram as diligências pessoais do Presidente da Câmara, junto da candidatura, que garantiram este projecto. É evidente, que foi alicerçado, entre outras coisas, no Plano Estratégico que obviamente contemplava a questão da realização de um Estádio. Mas agora eu posso garantir uma coisa, não fora este Executivo, haveria já os projectos, haveria já os planos, mas eu posso garantir e aliás não seria surpresa para ninguém, que Aveiro não seria contemplado porque faltaria a capacidade de iniciativa e de mobilização que manifestamente este Executivo agora imprimiu. Não é surpresa para ninguém e, portanto, creio isso, que é uma verdade apodíctica.

Finalmente, porque não só destas questões vive a Assembleia, uma questão que gostaria de colocar ao Sr. Presidente, porque vários munícipes me transmitiram essa preocupação, relativamente à passagem subterrânea que liga as pontes ao Fórum. A questão que queria questionar é a da necessidade e do prazo que prevê para a realização dessa pequena obra, de dotação de um corrimão naquelas escadas, por quanto qualquer cidadão, com algumas dificuldades de locomoção, já não estou a falar do próprio Presidente da Assembleia que tem algumas dificuldades em deslocar-se.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Bem... o Dr. Brandão, com o brilho que eu lhe reconheço, veio aqui tentar colocar a ideia que eu seria contra o progresso de Aveiro. Sobre este raciocínio eu atrevia-me a dizer que é propositadamente falacioso e era esse aspecto que eu queria preservar. É evidente que eu estou satisfeito que aconteçam coisas em Aveiro e sublinho isto e foi este o sentido da minha intervenção. O que não me satisfaz, é o desfavor com que o Poder Central trata os municípios Socialistas, dos de outras tonalidades, foi esse o sentido da intervenção. Portanto, desagrada-me a falta de tratamento que o poder central dá aos diferentes executivos e nomeadamente na situação concreta, da transferência dos serviços para a Fábrica Jerónimo Pereira Campos, o tratamento desfavorecente que deu ao Executivo anterior, que trabalhou insanamente para que isso acontecesse e não aconteceu porque não tinha os favores do Poder Central. É isso que me desagrada. E desagrada-me, porque se o Poder Central, tem atendido da mesma forma, o executivo anterior, provavelmente Aveiro estaria beneficiado, é esse o sentido do meu protesto. Agora, agrada-me que as coisas aconteçam em Aveiro e aplaudo evidentemente, senão pareceria um contra-senso. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu começaria por fazer dois ou três comentários gerais, para depois me dedicar então à Comunicação do Sr. Presidente da Câmara.

Permitam-me que lhes diga o seguinte: há pessoas nesta Assembleia, que ficam muito incomodadas, quando outras pessoas se juntam para os criticar. Curiosamente não ficam nada incomodados, quando se juntam eles a outros, para tomar outras medidas. De tal maneira, que talvez fosse de boa prática política, nós aceitarmos que as diversas formações que aqui se encontram na Assembleia, possam, ou por combinação ou por estratégia, aliar-se a um ou a outro lado quando entenderem, ou por tática também Sr. Dr.

O Sr. Dr. hoje está muito culto. Está culto, certamente, porque a Câmara teima em nos mandar os convites para a apresentação dos livros. Mas deixe-me dizer-lhe Sr. Presidente da Câmara, uma coisa; ainda bem que o Sr. Presidente não manda tantos convites para nós irmos às apresentações e às visitas dos Srs. Ministros. Não por causa das pessoas que trabalham, de facto eu gostei muito da crítica, implícita, na intervenção do Deputado Raúl Martins, quanto à qualidade e quantidade do trabalho dos Srs. Ministros. Não por causa disso, mas apenas que alguns deles, de facto, vêm a Aveiro fazer tão baixa política, que isso certamente diminuiria a nossa Cultura. De maneira que eu acho muito bem, que o Sr. Presidente se mantenha nesse tom, de só nos convidar para as coisas realmente importantes. Porque virem cá alguns dos Srs. Ministros, anunciar coisas que já conhecemos, anunciar coisa que já foram anunciadas cinquenta vezes. Visitá-las pela trigésima sétima vez, muito obrigado Sr. Presidente, não nos convide para isso.

Agora, eu gostei também de saber uma coisa, Sr. Presidente. O Sr. Presidente deu-me uma satisfação muito grande. Disse na sua Comunicação, que vai ser possível fazer 650 metros do Eixo Estruturante. Sr. Presidente, eu estou verdadeiramente espantado por um motivo muito simples: ainda ontem no jornal, eu vi um feroz regionalista, dizer que era impossível fazer 650 metros de estrada, ao pé de casa dele, sem regionalização. Sr. Presidente, muito obrigado por este contributo para a minha causa.

Sr. Presidente, eu já anteriormente o interpelei e o Sr. Presidente entende que não é necessário, sobre a forma como o Sr. Presidente apresenta as Comunicações à Assembleia. E interpelei-o por um motivo muito simples; eu não quero ser polícia de ninguém, de facto, mas quero exercer o mandato para que fui eleito, isso quero. E a forma como o Sr. Presidente apresenta as suas Comunicações a esta Assembleia, não me permite exercer esse mandato com toda a qualidade que eu gostaria de o exercer. Por um motivo muito simples; o Sr. Presidente, diz no primeiro parágrafo da Comunicação que fez, com data de trinta do nove: “no cumprimento da lei, venho submeter a esta Assembleia a informação escrita sobre a actividade de mais relevante, desenvolvida pelo Executivo Municipal”, é isto que diz no primeiro parágrafo, é isso a que o Sr. Presidente é obrigado. E depois o que se segue, permita-me que lhe diga, dava um óptimo “press realese”. Aliás o Sr. Presidente tem muita experiência disso, dado que até nem percebo porque é que alguns dos membros da minha bancada estão preocupados em perguntar-lhe valores, em querer quantificação dos projectos de que o Sr. Presidente fala, quando a verdade é que eles podiam perfeitamente ler nos jornais. Lá que eu não leia, porque estou em Bruxelas muito tempo e os jornais regionais não estão na Internet (ou eu ainda não descobri o seu endereço), ainda percebo, agora que os meus colegas de bancada que passam aqui a vida permanentemente, eles devem ler jornais, certamente, portanto estão já informados, claro que não é preciso o Sr. Presidente meter aqui os valores, nem pense nisso. Mas, se me permite eu sugeria-lhe a seguinte metodologia, que é muito simples, é assim: quatro partes na sua informação; a primeira, com as decisões do Executivo. A segunda, com os projectos concluídos, tendo a humildade de reconhecer qual é a contribuição do actual Executivo para essa conclusão, que é muito fácil de dizer - que se terminou não sei o quê A terceira, o ponto da situação

ou a comparação, entre o realizado e aquilo que o Plano de Actividades prevê. E a quarta, então, os outros eventos, nos quais podemos meter os eventos sociais, como a visita do Sr. Ministro João Cravinho, que veio cá agora mas volta cá daqui a dois dias por causa do Porto, etc. Mas sempre, por favor, Sr. Presidente com a informação séria e suficientemente detalhada (por séria não estou a dizer menos honesta, atenção), para que nós possamos julgar a verdadeira actuação deste Executivo. Porque é isso que estamos a fazer Sr. Presidente, não estamos aqui a fazer outra coisa.

Eu já agora, queria fazer um pedido ao Sr. Presidente. O meu estimado amigo Raúl Martins, fez uma acusação muito grave a alguns funcionários da Câmara. O Sr. Deputado Raúl Martins, ofereceu-se para indicar os nomes. Eu agradecia que o Sr. Presidente, tomasse isso em consideração e informasse a Assembleia, uma vez que o assunto aqui foi ventilado, da verdade ou inverdade das acusações aqui proferidas e das acções que tenciona levar a cabo para resolver a situação. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins:

“Eu estou um bocado como o General Garcia dos Santos. Como o processo está na maior parte em segredo de justiça, eu evito dizer agora os nomes. Se for obrigado a dizer os nomes, obviamente que os direi. Mas não vou ao Parlamento, isso não vou.”

Vogal Álvaro Patrício do Bem:

“Muito obrigado Sr. Presidente.

Primeiro para dizer ao Sr. Presidente, que já estive duas vezes tentado a usar o ponto de ordem, pelo seguinte: alguns dos ilustres colegas desta Assembleia, usam porque ou foram ofendidos, ou a título de réplica, algumas das intervenções. Acontece que as intervenções e neste ponto da ordem de trabalhos, é perguntas à Câmara e ao seu Executivo e o mais interessante é que alguns dos ilustres membros desta Assembleia já falaram duas vezes (e não interessa saber se é deste partido ou de outro), em sequência das intervenções de outros elementos desta Assembleia. E porque para mim interessa-me, antes de mais, a produtividade desta Assembleia e como ainda não estamos no primeiro ponto da ordem de trabalhos, gostaria de futuro, é essa a minha intenção e penso que a de muita gente, só que não o diz talvez pelo medo de participar, talvez pela exclusividade de alguns membros em se exibirem perante uma bancada que está aqui atrás, e é altura de começarem a aperceberem-se de que é necessário ser mais produtivo em relação à Assembleia. E digo isto não com indignação, mas com algum pesar e isto serve para todos, é evidente.

Mas só queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. O Mundial de Kayak Pólo foi interessante, foi uma boa iniciativa, a Câmara da facto deu uma grande volta naquelas Piscinas Municipais e eu às vezes começo a perguntar: as Piscinas são Municipais? Eu no passado, fartei-me de ver um letreiro afixado (não me interessa de que Clube é). As Piscinas são Municipais. E gostava que houvesse de uma vez por todas fixado naquelas instalações o nome das Piscinas Municipais. Acho que chegou a altura de se deixarem de alguma demagogia e perceberem, que não é acarinhando ou dizendo que são deste ou daquele clube, que o desporto é beneficiado ou não no nosso Concelho. Portanto, Sr. Presidente, gostava que o seu a seu dono e talvez a população de Aveiro merecesse lá ver escrito que, são Piscinas Municipais.”

Presidente da Mesa:

“Bem, essa coisa do tempo e das repetições é muito complicado. Ou se faz um Regimento muito rigoroso e legalista ou tem de ser um bocadinho à “rédea solta” consoante o percurso. Vou é propôr que quando um Deputado estiver a usar da palavra pela quinta vez, comece a “patear” ou a bater. Há manifestações democráticas e isso faz parte. Não tem

sido usado aqui, mas lá fora tenho visto em Parlamentos com tanto ou mais gabarito que este, nomeadamente Europeus.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente muito obrigado.

Ora bem, fazendo um derradeiro esforço e juro que é o último, para falar de alguns assuntos, que não posso deixar de focar. Primeiro o Europeu 2004. Obviamente que a capacidade de iniciativa da actual Câmara tem que se louvar, obviamente. Que a capacidade de trabalho da actual Câmara, também tem que se louvar. Agora, o que começa a faltar é que se não louve aquilo que se tem que se louvar. Eu, como particular adepto do futebol, costumo acompanhar um programa às segundas feiras, que se chama “Jogo Falado” e ouvi em dois programas consecutivos, no primeiro, o ilustre Sr. Carlos Cruz, locutor de serviço há uns anos atrás, altamente promovido no decorrer dos anos, a fazer o elogio supremo do projecto, do projecto notem bem, que permitiu que este Executivo (e são palavras dele, e está gravado, se a Assembleia quiser recorrer às gravações da RTP, que até é uma empresa estatal, penso que não terá dificuldades), com o projecto que vem detrás, obviamente com a sua capacidade de dinamismo, não interessa quantificar, foi o suficiente que permitiu a este Executivo apresentar a candidatura ao Europeu 2004, como apresentou. Na semana seguinte, por curiosidade e juro que não vou aqui entrar em problemáticas de regionalização, estava o Sr. Presidente da Câmara de Viseu a defender-se e a dizer de sua justiça, dizendo que Viseu tinha sido preterido em relação a Aveiro, por motivos políticos. Eu ouvi o Sr. Dr. Pedro Baptista, ilustre candidato derrotado, Socialista, à Câmara de Gondomar, afirmar alto e bom som, que Aveiro não tinha sido favorecida politicamente, que Aveiro tinha um projecto elaborado há três anos, que permitiu que o Executivo (e focou o seu nome Sr. Dr. Alberto Souto), pudesse num espaço relâmpago, apresentar uma candidatura altamente credível e que permitiu, que Aveiro possa vir a ter, caso Portugal ganhe o concurso ou a corrida, um estádio novo, NOVO, não a recuperação do Estádio Mário Duarte, como por azar finalmente aconteceu a Coimbra, com a recuperação do Calhabé. Não. É um Estádio novo. E palavras do Dr. Pedro Baptista, secundadas pelo Dr. Fernando Seara, isto está gravado, não estou a inventar, justiça seja feita, louve-se quem tem que se louvar. Capacidade e dinamismo por um lado, capacidade de projectar no futuro por outro. Graças a Deus que houve no anterior Executivo essa capacidade, graças a Deus, que há no anterior Executivo a capacidade e dinamismo, para correr para Lisboa e pressionar os Secretários de Estado ou os Ministros, para que estas coisas avancem.

Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, obviamente uma promessa eleitoral. Eu pergunto, ao Sr. Presidente da Mesa, para que coloque a questão ao Sr. Presidente da Câmara, se a renomeada técnica da modalidade, se renunciou sequer, quanto ao teor de salinidade das águas do Rio Novo do Príncipe? Sabendo nós, como julgo sabermos, que é desaconselhada a prática do remo em pistas com água salgada ou pelo menos com um teor de salinidade acima dos 20%, nomeadamente por causa dos equipamentos que são caros. Porque ao que julgo saber, o teor de salinidade da Pista do Rio Novo do Príncipe, é superior a isso.

E há um ponto agendado, nesta ordem de trabalhos, por nós bancada do PP, por sinal o último - Reabilitação, Desassoreamento e Dragagem da Pateira de Requeixo, em que eu espero voltar a este assunto do remo, mas que abordarei muito sinteticamente agora, para dizer, que na Pateira de Requeixo as águas são doces, e para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se por acaso num descargo de consciência, teve ou não o interesse, que penso ser do município, em fazer deslocar essa renomeada, para não chamar reputada técnica à Pateira de Requeixo, para analisar as condições, que penso aí também estão reunidas, para a prática dessa modalidade.

Em terceiro lugar, foi aqui levantada uma dúvida acerca do porquê de construir 650 metros de Eixo Estruturante. Eu confesso, que é com todo o gosto que esclareço esta Assembleia. Eu não tenho dúvida nenhuma, são 650 metros, porque são nem mais nem menos os que são necessários para as pessoas do Centro se deslocarem a uma pseudo Periferia, para irem até ao Parque de Feiras, meus Senhores. São 650 metros, que podem permitir às equipas de alta competição, que vão utilizar o Pavilhão Multi-usos, saírem da A1 em Albergaria, descer aquele bocadinho da IP 5 e atracar no Pavilhão Multi-usos, não é preciso mais. A gente de Oliveirinha se quiser vir, venha por S. Bernardo só demora um bocadinho mais. Também pode ir por Eixo, apanha a EN 230. 650 metros meus Senhores, escusam de protestar, é tudo o que é necessário neste momento. Por amor de Deus, também justiça seja feita.

Em quarto lugar, oito questões muito rápidas: Primeiro - aquisição dos 25 Moliceiros; quanto custa cada Moliceiro, qual o valor global do projecto, foi ou não foi uma promessa de circunstância no Dia de Aveiro na Expo 98? Segundo lugar - estreitamento dos laços de Aveiro com Oita. Parabéns Sr. Presidente da Câmara, parabéns ao dinamismo deste Executivo, mais uma vez eu não vi escrito em lado nenhum e gostava de ter visto, estreitamento dos laços de Aveiro com Oita, laços esses fundados há quinze anos. Terceiro lugar - Pista de Atletismo, carência antiga e velha ambição, mais uma vez congratulações pela capacidade de dinamismo do Executivo Municipal, nomeadamente no que toca à utilização da tesoura para cortar as fitas ou da caneta para passar o último cheque. Em quarto lugar - obras no Pavilhão dos Galitos. Sim senhor, Pavilhão Multi-usos na Baixa de Vilar, ali ao lado esquerdo dos 650 metros do Eixo Estruturante, trezentos metros atrás aí está Pavilhão dos Galitos, um Pavilhão onde até vai jogar Aveiro Basket, Pavilhão estilo NBA, acho eu. Quanto vão custar as obras Sr. Presidente? É necessário quantificar, e depois lhe direi porquê, é esta quantificação obrigatória e é urgente.

Em sexto lugar - Fórum Aveiro, novamente por uma questão de justiça. O timing da inauguração até pode ter sido o errado, a obra está à vista, gostava que nesta Assembleia, mais uma vez, a justiça que devia ser feita o fosse devidamente.

Em sétimo lugar - quanto custou a reunião do Grupo Parlamentar Socialista, do Parlamento Europeu, em Aveiro?

Em oitavo lugar - e este também é um tema que também vem de trás meus senhores, que ainda não vi a florado nesta Assembleia, a não ser por mim, passo a modéstia. Europa dos Pequenos. É um projecto que vem de trás, não venham dizer que não é... sinalizado, garantido, sinalizado por si Sr. Presidente, protocolado pelo anterior Executivo, Sr. Presidente. Portanto, caso não esteja eu enganado, juridicamente, só agora depois do Sr. Presidente a sinalizar, é que os donos do terreno podem dar o sinal em dobro e desistir do negócio. Mas não é por aí que eu quero ir. Gostava de perguntar, porque a dúvida me inquieta o espírito, como é que está este projecto? Vai-nos aparecer daqui a uns meses, carência antiga, projecto que Aveiro há muito necessitava. Gostamos de saber, gostávamos de saber, como é que isto vai, até porque, Sr. Presidente, e esta questão é muito séria, tem corrido na cidade o zum, zum, de que face às recentes exigências negociais da Câmara de Aveiro, a Fundação Bissaya Barreto estaria a repensar a sua posição em relação à “Europa dos Pequenos em Aveiro”. Para acabar, assistimos nesta Assembleia ao mais acintoso descarte de responsabilidades políticas, vindas de um elemento da bancada do PS. Estou certo Sr. Presidente da Mesa, que transmitirá ao Sr. Presidente da Câmara, a minha certeza ou a minha segurança, de que o Sr. Presidente da Câmara não precisa de descer tão baixo. Sr. Presidente da Câmara, não necessita, a propósito de uma intervenção do Sr. Deputado do Partido Comunista, de dizer que a culpa é dos técnicos. E mais, não necessita porque esta Assembleia, é uma Assembleia de boa fé, não necessita de atirar para cima dos técnicos responsabilidades, que no final ou no início são sempre do Presidente da Câmara, como

serão sempre do Primeiro Ministro, seja ele qual for, como no caso da Junta Autónoma de Estradas.

E mais, é vergonhoso que estes mesmos descartes acintosos aqui sejam atirados para cima da mesa, para defender um Presidente da Câmara ou um Executivo, que não necessita deste tipo de defesa. Mais, que coloca face à complexidade da ordem de trabalhos que se avizinha, que colocará talvez, este Executivo numa posição fragilizada, através de intervenções infelizes e provocatórias de raiz, mas a bancada do Partido Popular exige, para que conste em acta e para que seja feito, exige que, o Sr. Deputado em causa esclareça esta Assembleia hoje. E se o não fizer, será seu o ónus de levantar falsas suspeitas sobre nomes imaginários. Exige que esse Sr. Deputado que aqui falou de nomes, hoje os ponha em cima da mesa, para que esses mesmos técnicos possam amanhã ou segunda-feira, tomar o destino que entendem por bem tomar. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Muito obrigado Sr. Presidente e caros colegas. Em primeiro lugar, um voto de menção à caríssima Deputada e minha colega de bancada Dr.ª Virgínia Veiga, porque desde que falou na sua intervenção, dos convites, recebi aqui um convite, não sei se foi por causa da intervenção dela, para “O Ninho” do Grupo Efémoro, não sei. Mas de qualquer forma agradeço.

Segundo para felicitar, porque acompanhei de perto o Mundial de Kayak Pólo, de organização camarária e de facto, constatei que foi um grande sucesso. E não só a organização do mundial em si, mas também toda a actividade que conseguiram organizar na Cidade, com os espectáculos nocturnos, que animaram sem dúvida o povo mais jovem da Cidade de Aveiro.

Um outro ponto também, para exprimir a minha opinião, porque acho de facto a ideia dos Moliceiros magnífica e acho que é magnífico que as Associações deste Concelho, possam ter um Moliceiro e a Cidade pode lucrar com isso e em especial a Câmara.

Também para fazer um pequeno aditamento à intervenção da Dr.ª. Virgínia, eu devo dizer que as pontes que passam do Fórum pela Ria, também me suscitaram alguma preocupação, porque as pontes parecem mais baixas do que a Ponte Praça. Mas eu de facto, passei pela ponte e fiquei em cima da ponte a observar isso mesmo, porque tinha medo que as lanchas mais altas não passassem para o Lago, que há-de futuramente chamar-se Dr. Alberto Souto, com certeza, e as pontes são da mesma altura. Se verificarem bem, dá-me a ideia que as pontes são da mesma altura da Ponte Praça, pelo que não poderão ser mais altas.

Em último lugar, quanto ao problema das Freguesias Rurais. Eu confesso, que esse problema das Freguesias Rurais e da Freguesias Urbanas, como é, onde a Câmara aposta ou não aposta, que isso só pode surgir por uma ordem de razão; primeiro, ou porque a obra anda de facto a crescer, tanto é que os Srs. Deputados fazem favor de a realçar, porque estão preocupados com isso, pelo menos a obra na Cidade está a crescer, tanto é que os Srs. Deputados dizem que nas Freguesias Rurais não está a crescer. Ou se calhar porque são os próprios Srs. Deputados da oposição, que não se debruçam convenientemente, sobre os verdadeiros problemas das Freguesias Rurais e que portanto não os observam, e consequentemente o nosso Concelho.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Não há dúvida que em Aveiro estamos numa de realizações desportivas; começamos com o Kayak Pólo, vamos a caminho do Campeonato do Mundo de Basquetebol e espero que consigamos o Campeonato Europeu de Futebol em 2004.

Em relação ao Campeonato Europeu de Futebol em 2004, gostaria em primeiro de felicitar a Câmara Municipal de Aveiro, por ser considerada para já, no plano de candidatura, como

uma cidade sede. Felicito a Câmara Municipal de Aveiro, englobando não só esta mas também a anterior. E aqui, o facto de estar nesta Assembleia já há algum tempo, permite-me ir buscar ao passado, o Plano da Cidade Desportiva, que os senhores do PS muito criticaram na altura e que agora foi preciosíssimo, para ter um terreno disponível, com um Estádio disponível para poder ser implantado, com um Plano de Pormenor disponível para ser avaliado e com toda uma série de envolventes logísticas, que permitiu que o Presidente da Câmara de Aveiro tivesse feito um brilharete. Isto já para não referir o facto, de nós aqui na Assembleia Municipal, várias vezes termos lembrado a Câmara que era preciso ter o processo atempadamente feito. De maneira que, a Câmara Municipal de Aveiro está de Parabéns, não só esta, mas também o Eng. Belmiro Couto que na altura própria apresentou há cidade o Plano. O Plano Cidade Desportiva é valiosíssimo e é pena que não se fale nele. Devíamos falar mais vezes no Plano da Cidade Desportiva, que fica entre Azurva e Taboeira, porque pelos vistos vai ser importante. Por isso não percebo como é que agora se fala num Pavilhão Multi-usos para realizações desportivas e já estamos a escolher outro local diferente daquele que vai ser o da Cidade Desportiva. De maneira que se calhar há aí qualquer contradição, ou seja, para o que interessa serve, para o que não interessa não serve.

Em relação ao Campeonato Europeu de Futebol, há uma estimativa dos encargos, mas a Assembleia não teve conhecimento até ao momento, de quais são as receitas que a Câmara pensa obter para fazer parte a estes encargos, uma vez que só há participação penso eu, de um quarto do montante envolvido. Eu não sei se este assunto sequer é importante para a Câmara ou não, porque nem sequer um parágrafo merece. Este assunto é trazido pelo Sr. Presidente da Câmara, no final de um parágrafo em que começa por falar do Basquetebol. Mas o assunto foi importantíssimo, para a comunicação social a nível nacional. Tanto que o Presidente da Câmara de Viseu esteve a responder, com o dossier completo, inclusive com esta pergunta que lhe estou a fazer, que foi dada por um militante do PS. Como é que um militante do PS que nem sequer é de Aveiro (a única coisa que eu sei é que ele é do Porto, Futebol Clube do Porto), como é que um militante do Porto tem acesso à documentação que nós, membros da Assembleia Municipal de Aveiro, ainda não tivemos? Nem sequer depois da Comunicação do Sr. Presidente da Câmara. E ainda por cima, com tantos méritos que esse Plano tem. Ainda por cima, isso foi mostrado na própria televisão (tenho pena de não ter gravado na altura), ou seja, foram mostradas para as câmaras da televisão quais eram as estimativas dos custos, mas nós não os sabemos e eu gostaria de saber.

Bom, de maneira que reconheço muito mérito, na preparação do Plano à Câmara anterior e reconheço, não sei se é mérito político se foram favores políticos, pela maneira como a proposta foi defendida nesse programa de televisão (pareceu-me que era isso). E eu lastimo que Aveiro, ou que seja insinuado sequer, como foi insinuado nesse programa, que Aveiro tenha acesso a poder ter um Estádio construído, apenas porque é do PS. Espero que não seja essa a razão.

Segundo assunto, o Campeonato de Basquetebol em Júniores. Sr. Presidente, não é a primeira vez que eu me refiro a isto aqui nesta Assembleia. Ainda há pouco tempo foi construído um Pavilhão e já estamos a pensar em remodelá-lo. Isto significa que as coisas não são pensadas, da maneira correcta. Não sei bem se é assim, ou se toda a gente do Galitos tem estado errada (porque foi o Galitos que construiu o pavilhão). O Galitos diz que o Pavilhão deve ser assim ou toda a gente apoia para que seja assim. Agora vem dizer-se não, precisamos de uma bancada muito maior. As coisas não podem ser dessa maneira. A Cidade de Aveiro, não merece isto que se está a fazer continuamente.

Em relação a outra iniciativa, Campeonato do Mundo de Kayak Pólo. Acho que foi uma boa realização da Câmara Municipal de Aveiro, uma pergunta inocente é: quanto custou?

Outra pergunta, que talvez seja difícil de quantificar é: quanto é que custou aos Aveirenses, que durante toda uma estação de Verão ficaram privados de usar o complexo de piscinas? Ou seja, temos que ao pensar nesta realização, pensar também que custou a todos os Aveirenses. Porque os Aveirenses criaram o hábito de usar e muito bem aquela Piscina. Aquela Piscina ainda precisa de ser muito mais rentabilizada do que está a ser, ou do que tem sido.

Houve obras de requalificação da Piscina. Eu queria saber para quê? Quais são as mais valias que a Piscina agora tem? E quais são as mais valias que ficam para o futuro? Ou será que vai ficar tudo na mesma, como estavam aqui há um tempo atrás.

Eu não me vou alongar muito mais, só queria referir o outro documento que acompanha a Comunicação do Presidente da Câmara, que é o relatório da actividade desenvolvida pelos Serviços Municipalizados de Aveiro. Este relatório foi modificado; diz o Sr. Presidente na introdução, “com o objectivo de melhorar a informação prestada, quanto a actividade desenvolvida, ...” blá, blá, ou seja, o que é que acontece, qual é a melhoria da informação prestada?! É a subjectividade, tal como já está no relatório do Presidente da Câmara. É não dizer nada. Quando se apresentam gráficos e tabelas, que o objectivo é tornar subjectivo e dizer: isto subiu, isto desceu, está aqui mais uns números assim, números assado. E a subjectividade chega ao ponto, que gostaria de referir como um exemplo: na página doze, quando se fala nos transportes urbanos, diz-se assim: “os passageiros transportados nos meses de Julho e Agosto de 98, em comparação com o igual período do ano anterior, ou seja, Julho e Agosto tiveram uma diminuição”, ou seja, Julho e Agosto de um ano, é menor que Julho e Agosto de outro ano, perceberam? Ótimo! Então o Dr. Raul Martins, vai-me explicar: é que a explicação para esta diminuição é porque é da época baixa, percebeu! Como é época baixa, muitas carreiras no período de Verão diminuem. De maneira que Julho e Agosto de um ano, em relação ao Julho e Agosto de outro ano é época baixa, é esta a justificação. Se houvesse o quadrozinho, que nós estávamos habituados a ver, eu percebia porque é que era, ou seja, a explicação não era a que vinha aqui e eu próprio arranjava a minha explicação. Assim, sou forçado a perguntar ao Sr. Presidente da Câmara: então diga-me lá porque é que diminuiu? Porque por esta explicação não é de certeza, como deve compreender.

De maneira que estas informações, que vêm nos relatórios, por subjectivas que são, tornam-se incorrectas e isso é maneira que eu acho que não deve ser a de tratar esta Assembleia. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Pedia autorização ao Srs. Presidente, porque que esqueci de um pequena questão, que é a seguinte: diz-se na página quatro da Comunicação do Sr. Presidente da Câmara que “três novas rotundas, estão a nascer na zona industrial de Taboeira” e até se salienta uma que fica no cruzamento da Fábrica Campos, que é um ponto negro do trânsito, concordo.

Gostava de saber quanto é que a Câmara vai gastar nessas rotundas, ou se elas não estão incluídas no protocolo com a SIMRIA e a ERSUC, para a construção do aterro sanitário para resíduos sólidos e urbanos em Taboeira? E se estão, é ou não é falacioso incluir numa Comunicação, obra feita, que nem foi feita sequer com o dinamismo deste Executivo. Foi tudo acordado e assinado, inclusivamente timings, pelo Executivo anterior. É ou não é falacioso meus Senhores?

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente. Rapidamente para comentar aqui duas coisas, com calma, com serenidade, porque há pouco, suponho que alguém se referiria à minha pessoa, mas por ignorância e por talvez uma certa ausência de memória, a pessoa que pretendeu provavelmente atacar-

me ou pretendeu dizer que eu não me dedicava como devia de ser à questão autárquica, deveria lembrar-se por exemplo do resultado das eleições de Dezembro. Se calhar o povo, não é cego e sabe o que faz, suponho eu, a menos que esta pessoa seja mais iluminada que os cerca de cinco mil habitantes daquela terra.

Depois, dizer-lhe, Sr. Presidente, que parece ter acenado ao que o seu camarada de partido estava a dizer. Dizer Sr. Presidente, estou à espera de resposta há longos meses de dezenas de ofícios que mandei para a Câmara e cujos ofícios até hoje não obtiveram qualquer resposta, com a colocação de questões muito concretas, nos mais variados sectores da actividade autárquica.

Depois ainda, comentar aqui uma coisa que eu acho que tem uma certa gravidade, que o nosso querido amigo Dr. Raul Martins, aqui referiu que é a questão das chefias da Câmara. “há chefias na Câmara que não têm categoria, ou altos cargos, que não têm categoria e condicionam a acção do Executivo”, foi assim que V.Ex.a disse.

Bem... eu julgo saber, porque contacto com as pessoas, haver um certo mau estar no pessoal da Câmara. Não me refiro às chefias, ou às subchefias, ou ao pessoal menor da Câmara, mas parece haver um certo mau estar. E o certo mau estar, é que ao que parece, não sei se bem, se não, este Executivo privilegia na tal perspectiva de que a massa cinzenta só atinge uns certos eleitos; nesta altura as pessoas licenciadas. As pessoas licenciadas têm massa cinzenta, os outros são todos uns burros. E isso preocupa-me, Sr. Presidente. Porque há pessoas que têm dado muito de si a esta Câmara e que demonstram todos os dias, que em muitos aspectos da vida e da profissão, não ficam a dever nada às pessoas licenciadas, contra as quais nada tenho, obviamente. E depois pôr-lhe uma outra questão: nota-se que está em curso uma certa discriminação de algumas pessoas, de alguns funcionários da Câmara. E eu pergunto Sr. Presidente: tem haver com a tal licenciatura, a existência ou não? Ou mais grave, porque as pessoas são então incompetentes? Ou mais grave que isso, porque não têm cartão do Partido? Isso preocupa-me bastante, considerando à luz da maciça admissão de pessoal com cartão do Partido, que os senhores Deputados Municipais não se têm apercebido, mas se se derem ao trabalho de ver, há uma maciça admissão de pessoal contratado a prazo ou não, que deve preocupar a todos nós e que obviamente estão a sê-lo, porque têm o tal cartão do Partido. Tenho dito.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente. Eu acho um espanto que tenha aqui trazido uma informação ou uma demonstração, (penso que trouxe a demonstração) de que a Assembleia aprovou uma ficção e que haja um Deputado ou uma Deputada, que em vez de se preocupar com a informação que eu trouxe, se preocupe com o acto de eu a trazer. E classifique de atitude policial, o facto de se ler com atenção as actas da Câmara, se cruzar a informação que nelas reside com as deliberações da Assembleia e de trazer aqui, aquilo que é de facto um absurdo.

Tal como entendo, que não pode ser considerado neste caso, pesada herança. Não pode ser considerada porque tal como disse na minha intervenção, houve uma reunião da Câmara no dia seis de Julho, em que estiveram todos os Vereadores, mais o Sr. Presidente da Câmara, em que foi deliberado: atribuir uma das concessões ao Sr. Plácido que era do conhecimento da alguns desses Vereadores, não digo do Sr. Presidente, mas de alguns dos Vereadores era do seu conhecimento, que da deliberação da Câmara, está: “face à distância da firma adjudicatária da exploração do Mini-Mercado, Guia & Gracia, Lda. ... decidiram” e por aí fora. Não há pesada herança num caso destes. Num caso destes há sim um ataque de amnésia generalizado, que leva a que poucas horas depois da reunião da Câmara, seja deixado à Assembleia Municipal votar, uma coisa que já não era. Esta é que é a situação. Portanto, aqui não há nenhuma herança, pode haver herança noutros casos. Neste caso não há pesada herança.

Já que frequentemente é aqui evocada a cassete que eu não uso, aliás esse acto está a tornar-se um acto repetitivo e eu queria dizer aqui de forma muito clara, que há uma apreciação (já aqui foi dito), sobre o que se passou na União Soviética. Passou-se o que se passou, porque havia um Partido no Poder, que não criticava, que dizia ámen, ao poder instituído, que defendia o indefensável e que dizia que estava bem aquilo que estava mal.

Senhores do Partido Socialista, vejam lá, não se tornem no PCUS de Aveiro e tenham atitudes críticas em relação ao Poder, quando tiverem que a ter.

Por último, quanto à forma como trago as coisas aqui. Eu trago-as da forma que entendo mais convenientes. E se na reunião anterior, reconheci que em relação a problemas que aqui trouxe, poderia ter falado com as pessoas em causa, antes de as trazer aqui à Assembleia, reconheci-o aqui publicamente. Já naquilo que aqui trouxe hoje, Sr. Presidente, não vejo qualquer necessidade de informação prévia à Câmara ou seja a quem quer que seja. Este é um fórum político, onde se esgrimem argumentos, onde também conta o efeito surpresa. Portanto, não me faça dizer antes, seja a quem for, o que é que eu vou trazer à Assembleia.

Quanto à expressão circense ou à questão dos palhaços. Eu pedi desculpa na própria intervenção, antes de a dizer, que não encontrava melhor. Mas de facto, a indignação era sincera e é sincera, porque esta amnésia que aconteceu, eu acho muito difícil de explicar. Tenho dito.”

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente, eu julgo que é pertinente aquilo que a gente diz muitas vezes, a gente julga que é sempre pertinente, mas de facto eu gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, sobre o relatório de actividades dos Serviços Municipalizados e julgo que foi a única pergunta que foi feita por esta Assembleia. A questão é a seguinte: eu julgo que quando se fala das análises de águas, acho que não vale a pena enumerar a quantidade de análises que são feitas nas águas de consumo, já que isso depende e é imposto por lei. O que eu acho mais importante é que nós soubéssemos quais as anomalias, que de vez em quando vão surgindo nas águas. Pois, acho que havia interesse em saber se as águas do Carvoeiro, são realmente da qualidade que nós prevíamos. E concretamente, no caso das águas provenientes do Vale das Maías, se há anomalias que façam com que se deva intervir de uma maneira diferente. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Bem, vou tentar responder a todas as perguntas. Começando pela última, que é relativamente simples e com a qual eu estou inteiramente de acordo, acho de facto que o relatório pode ser melhorado para que mais do que a quantidade de análises feitas, venha os resultados das anomalias. Essa indicação será dada aos serviços municipalizados, para que de facto sejam frisadas, sublinhadas, as anomalias e não tanto a quantidade de análises efectuadas; parece-me uma observação pertinente.

O Sr. Manuel Coimbra, perguntou-me várias coisas. Antes de mais queria-lhe dar uma boa notícia, é que além do Campeonato do Mundo de Kayak Pólo, além do Campeonato do Mundo de Basquetebol, que será para o ano, além do Campeonato da Europa 2004 (se vier), soube hoje que acabamos de garantir o Campeonato Mundial de Andebol Universitário, portanto estou muito satisfeito, vamos com uma grande média, um Campeonato do Mundo por ano.

Em relação ao Campeonato da Europa de 2004. Eu devo dizer que não ouvi as declarações do Sr. Presidente da Câmara de Viseu, disseram-me que foram algo desagradáveis, não atacaram propriamente Aveiro; atacaram sobretudo a Comissão Executiva, fazendo algumas insinuações sobre o facto, como eu também hoje ouvi do Sr. Prof. Manuel Coimbra,

algumas insinuações, dúvidas, sobre se Aveiro não teria tido informações privilegiadas no acesso ao dossier, se não teria beneficiado de favores políticos, ou se não foi escolhido por ser do PS. Com toda a franqueza, isto não tem a menor consistência, mas assim em termos absolutos nada disto existiu ou teve alguma influência no processo. A verdade é que Viseu, recebeu como nós recebemos, um fax no dia vinte e quatro de Julho se não estou em erro, para em cinco dias, com fim de semana pelo meio, termos todo o dossier preparado em que se fazia uma série de questões, eu próprio quando recebi o fax pensei: bom, isto é para por a candidatura de Aveiro pela borda fora, porque ninguém consegue ter este dossier em condições nestes dias. Essa foi a minha primeira reacção. Mas depois pensei, se nos querem por fora, hão-de pôr fora; mas primeiro vamos dar luta e vamos até ao fim. E de facto, fizemos a tal quarentena com os técnicos da Câmara, não houve nenhuma empresa externa, fui eu de facto com os técnicos da casa. A candidatura foi apresentada e eu devo dizer que apresentei a candidatura com algum receio e comentei até com os nossos colegas: nós temos poucas hipóteses! Depois começaram a dizer que as nossas candidaturas é das melhores, eu comecei a imaginar o que seriam as outras?! Porque eu estava consciente, que a nossa tinha muitas fragilidades, designadamente, quando se pede um orçamento com fontes de receitas discriminadas, para construir um estádio de sete milhões de contos, em cinco dias, é evidente que houve um bocadinho de imaginação para encontrar essas fontes de receita, com alguma credibilidade. Não conhecendo as variáveis do projecto, nem a variável da contribuição do Estado, estávamos a falar de uma pura estimativa e, portanto, tudo isto era muito instável. A verdade é que conseguimos responder ao que eles exigiam, localização do Estádio, cronograma do desenvolvimento dos projectos, data de conclusão dos trabalhos e fontes de financiamento. E depois anexamos, é verdade, eu nunca o neguei, disse-o sempre que me perguntaram, anexamos a planta de localização e dissemos que estava aprovada pelo PDM e estava aprovada pelo Plano Estratégico. E naturalmente, isto conferiu alguma credibilidade à nossa candidatura. E pude mesmo dizer a nossa opção de construir um estádio novo ali, não resultou de uma pressão das circunstâncias, não estivemos agora à pressa a descobrir um lugar, resultou de uma opção amadurecida de planeamento, aprovada consensualmente na Assembleia Municipal e, portanto, é uma opção que já existe há muitos anos. Agora a oportunidade de realizar o Campeonato da Europa, vai-nos obrigar a antecipar a concretização dessa decisão de planeamento que estava tomada. Bom, esta é a história da candidatura. Depois disso fui chamado a Lisboa para defender a candidatura, perante as reuniões da Comissão Executiva e devo até dizer que o meu principal inimigo, digamos assim, na candidatura não era Viseu. Eu no meu íntimo sempre estive convencido que iria um Estádio para Viseu. Depois em conversas lá apercebi-me, que a candidatura de Viseu era um fax a perguntar quanto dinheiro é que o Estado dava e pouco mais do que isso. E portanto, eles foram confrontados com a candidatura de Viseu, que além do mais não revelava vontade, capacidade, empenho no projecto. Mas tínhamos outros “inimigos”, tínhamos outros concorrentes ferozes na Região Centro, que era a Figueira da Foz, que era Coimbra e que era Leiria. A minha guerra foi com esses, em termos de argumentação. Bom, acabamos por ser seleccionados e temos agora um grande desafio pela frente, que é o de que até 2004, conseguirmos construir um Estádio que já não é de sete milhões, quando eu cheguei a Lisboa já só ia em seis milhões e, portanto, o meu plano de financiamento que já era arrojado, passou a ser mais contido porque já só havia necessidade de encontrar seis milhões. E esses seis milhões, eu queria dizer que não passei esse plano de financiamento, nem os outros elementos a ninguém e portanto, se isso apareceu na televisão, nas mãos de alguém do PS, nesse programa que eu não vi, só pode ter sido por alguém da própria Comissão Executiva que quis dar elementos para um programa de televisão, respondendo ao Fernando Ruas, que sabiam que ia atacar a

Comissão Executiva. Alguém passou essa informação para defender a Comissão Executiva, perante os ataques de Viseu e só pode ser essa a explicação.

Bom quanto às receitas; a engenharia financeira tem que ser bastante burilada, à medida que se forem conhecendo os pormenores em concreto do projecto. Mas as contas fizeram-se assim: o Estado comparticipa em 25 % e portanto, na altura isto queria dizer 1 milhão e 750 mil contos, agora será 1 milhão e 500 mil contos; a Câmara Municipal de Aveiro, afecta no seu orçamento 200 mil contos por ano, em seis anos, ou seja, cada ano reserva duzentos mil, num total de 1 milhão e 200 mil contos. Duzentos mil para a Câmara de Aveiro é um valor importante, mas não é impossível, para uma coisa destas não é impossível. Nós gastamos muito mais que isso com a limpeza do lixo, etc., etc. Depois a venda de parte dos terrenos do Estádio Mário Duarte e digo bem, de parte dos terrenos do Estádio Mário Duarte, renderia, segundo os cálculos dos nossos engenheiros, qualquer coisa como, 1 milhão, 1 milhão e 500 mil contos. Depois ainda mais um milhão de crédito bancário; as taxas de juro são atractivas, portanto mais um milhão de crédito bancário. E quase que está fechado o leque, devem faltar aí 500 mil contos. Bom e portanto, consegui convencê-los sem ter que recorrer a nada de extraordinário, que de facto em Aveiro, há capacidade de gerar financiamento para construir um Estádio novo de seis milhões de contos, sem grandes avarias e tudo com receitas que são muito credíveis. Depois disso acompanhámos tudo isto de datas concretas, para o início da compra dos terrenos. Nós não temos, Sr. Prof. Manuel Coimbra, lá nada à espera, infelizmente fez-se um desenho num mapa, mas não mais do que isso. Temos que ir comprar os terrenos todos, não há nenhuma infra-estruturas feitas, temos que ir fazer as infra-estruturas. Portanto, apresentamos datas para os terrenos, datas para a abertura dos concursos, datas para a elaboração dos projectos, etc., etc.,. De facto o projecto ia compostinho. E lá fomos seleccionados. Espero que agora, em Aveiro, tenhamos todos a capacidade de lutar por ele e de tomar as decisões, algumas decisões importantes, que temos de tomar neste contexto.

Ainda em jeito de esclarecimento, gostaria de vos falar de um elemento importante, que eu fiz valer, na defesa da candidatura, ou seja, fiz observar isto: a NUT do Baixo Vouga, portanto, candidatura de Aveiro, em exclusivo, tem 360 mil habitantes e uma densidade de 199 habitantes por quilómetro quadrado. A NUT do Baixo Mondego, que incluía as candidaturas de Coimbra e da Figueira, tinha uma população inferior, de 320 mil habitantes e uma densidade de quilómetros quadrado de 155 habitantes. A NUT do Pinhal Litoral, que abrangia a candidatura de Leiria, ainda tinha menos, 220 mil pessoas. Portanto e depois disse bem: os Estádios têm de estar onde estão as populações, não se pode ir criar um elefante branco, na Figueira, por exemplo, que estaria onze meses, durante o ano, sem gente nos estádios; com muita gente durante os meses de Agosto e Julho, mas durante os quais, não há futebol. E portanto, esgrimi vários argumentos do ponto de vista da população e da necessidade dos estádios estarem, onde devem estar as populações.

E mais outros que me abstenho agora de reproduzir, designadamente o argumento político, porque a certa altura perturbava alguns espíritos; então temos tantas Câmaras PS, isto não pode ser mau? Não será melhor escolher Viseu e Leiria, para compor um bocado o ramalhete? E então eu disse assim: desculpem lá, mas daqui a um ano há eleições; daqui a quatro anos há eleições outra vez, e nessa altura as Câmaras podem ser todas PSD ou PP e depois ficamos aí com um problema muito sério.

Acho que defendi bem a candidatura e estou muito satisfeito com o trabalho que foi feito. Embora fosse para lá convicto, que a nossa proposta tinha muitas fragilidades. Pelos vistos os outros ainda tiveram mais. E depois ainda há aquelas que eram indiscutíveis, como: Porto, Lisboa, Sporting, Boavista, etc.

Bom, depois em relação ao Multi-usos e sua localização. O protocolo está assinado neste momento, foi assinado a semana passada em Lisboa e, portanto, já não foge de Aveiro. É

claro que depois toda a gente compreende isso, o Sr. Presidente da Câmara de Viseu, tem um interesse óbvio em continuar com esta guerrinha, por razões que têm haver com a sua própria política local e nacional se calhar. Mas não tem haver com a dinâmica própria da candidatura.

Em relação à localização do Multi-usos, desde que foi conhecido o projecto do Parque Desportivo, nunca foi vista com muita simpatia a localização do Multi-usos nesse Parque. Porque temia-se um pouco que acontecesse o que aconteceu no Jamor, quer dizer, é uma coisa que ficava muito longe da cidade e que para ser um Multi-usos, que são os tipos de desportos que devem estar suficientemente próximos da cidade, mas não no centro, e neste sentido o Parque Desportivo seria longe, assim a opção de localizar o Pavilhão na Baixa de Vilar pareceu boa a toda a gente. Justamente porque está nesse ponto, em que sem estar no centro da cidade, está muito bem servido de acessos. E eu chamo à atenção que o Pavilhão Multi-usos, vai ficar paredes meias, com S.ta Joana e paredes meias com Vilar e S. Bernardo. Tem o acesso da 109, tem o acesso do Eixo Estruturante e portanto do IC 1 e do IP 5 e daqui do Centro da Cidade. Portanto fica muito bem localizado, penso eu e pensam os técnicos de planeamento, está toda a gente mais ou menos de acordo quanto a isto.

Depois o Sr. Armando Vieira, suscitou algumas questões desagradáveis relativas a eventuais, alegadas, hipotéticas, discriminações, entre pessoas licenciadas e os outros, que seriam os burros, ou porque não têm o cartão do partido, ou porque teria havido uma entrada maciça de pessoas funcionárias do Partido Socialista. Nada disto tem qualquer sustentação, não é. Eu compreendo, Sr. Armando Vieira, que haja alguma reacção de algumas pessoas da casa. É que durante anos, assistiram a um sistema e que se compreende até certo ponto, porque é necessário remunerar melhor as pessoas que trabalham bem. E portanto, em de vez de colocarmos as pessoas com características para o lugar, foram-se colocando as pessoas em funções que não têm nada haver com o que as pessoas estão efectivamente a fazer, mas só porque é preciso retribuir melhor as pessoas. E neste caso essa política deu como resultado, que nós não temos um economista na secção de contabilidade e finanças, um contabilista na secção de contabilidade e finanças, não temos um jurista no quadro como tal, e por aí fora, quer dizer, conhece tão bem como eu as disfunções que temos. E a verdade é que nós temos que recrutar quadros qualificados. A licenciatura vale o que vale, também estou de acordo consigo. Conheço muitos licenciados, que serão sempre maus profissionais a vida inteira e conheço bons profissionais, que não são licenciados e que serão sempre bons profissionais e melhores que aqueles que conseguem por razões que tem haver com a vida de cada um, tirar a licenciatura. E portanto, eu não tenho preconceitos nenhuns desse tipo; sinto é de facto que a Câmara de Aveiro, está a precisar de gente qualificada nos lugares certos e estamos a ter a preocupação de conseguir por um lado admitir essas pessoas e por outro lado, tutelar as expectativas dos funcionários da casa.

Obras no Pavilhão de Basquetebol do Galitos. Pois eu lamento muito, mas toda a gente sabe; o Sr. Manuel Coimbra, se tem acompanhado e se costuma ir ao Pavilhão do Galitos, se acompanhou o episódio do Pavilhão do Galitos e as obras que lá se fizeram, nota e sabe que desde o primeiro dia, o desconsolo que os adeptos e praticantes do Galitos sentiram, quando começaram a utilizar o Pavilhão. Porque os balneários são minúsculos, etc., há lá pequenas coisas; as linhas não podem ter os metros oficiais, porque falta um metro ou dois ali no Pavilhão e felizmente para mim que até sou do Galitos, quem tomou a decisão de escolher o Pavilhão do Galitos (eu não interferi) foram os técnicos da Federação Internacional que aí estiveram, olharam para todos os Pavilhões que tínhamos disponíveis e optaram pelo Pavilhão do Galitos, com obras de adaptação, que permitam aumentar a capacidade e os balneários. Portanto, são obras para as quais já tenho números neste momento e, portanto, não há nenhuma política deliberada de esconder os números, quando

eles já existem. O que eu não posso é estar a atirar números para o ar, sem ter os números concretos. Mas não quero por outro lado, privar-vos da notícia de que os projectos estão em curso e há uma fase em que os números aparecem. A área envolvente do Pavilhão do Galitos, foram aprovadas em Câmara a semana passada, vão custar cerca de setenta mil contos (aquilo é uma área muito grande) e sabemos que as obras no Pavilhão do Galitos, que implicam mais dois módulos para o lado esquerdo e portanto balneários novos, vão custar cerca de setenta mil contos também. São obras que têm de estar prontas em Julho e portanto, é com esse mapa que devemos passar a contar.

O Campeonato do Mundo de Kayak Pólo. É claro que durante esse período o Beira Mar ficou privado de algumas receitas que fazia, só que provavelmente ia ter que fechar, ia ter que pedir dinheiro para fazer as obras e portanto, nós fizemos-lhe as obras de graça, digamos assim. Portanto, aí o Beira Mar só teve a ganhar e prejuízo que tiveram foi nenhum, pelo contrário, ficaram com as obras feitas de graça. O Campeonato do Mundo deve ter custado e ainda faltam encerrar algumas contas, cerca de quarenta mil contos e estamos à espera que a Federação Portuguesa de Canoagem, que tem um problema lá para resolver, nos faça chegar cerca de 50% desta importância, de acordo com aquilo que ficou estabelecido. As piscinas eu tenho intenção de negociar o protocolo com o Beira-Mar, porque investiu-se ali muito dinheiro, e a mais-valia que fica é que agora elas tem as medidas regulamentares para provas internacionais que possam ser homologadas e estão preparadas já apara ser aquecidas. Para o próximo ano vamos ver se teremos financiamento para cobrir a piscina e ficar em Aveiro com uma piscina de 50 metros aquecida. Mas também aqui há um apoio do Estado, que julgamos irá atingir 50%. Portanto, foi uma excelente operação para Aveiro, além de toda a promoção que se fez.

Depois a observação do Pedro Machado, sobre as Pontes serem baixas. Devo dizer que desde o início a minha preocupação com os técnicos da Multi, foi que as Pontes fossem navegáveis. E eles disseram-me assim e eu tive que concordar: as pontes terão a mesma altura que tem a Ponte Praça. Porque no dia em que o Sr. Presidente puser abaixo a Ponte Praça, então sim vale a pena pensar em Pontes maiores, antes disso não vale a pena. Portanto é essa altura que tem e é navegável.

Depois temos aqui uma intervenção que eu penso que é do Diogo Soares Machado e ao contrário de toda a gente, queria felicitar a sua garganta por vir em mau estado hoje. Quanto à “Europa do Pequeninos”, é evidente que vem de trás, nunca disse outra coisa, mas também o seu a seu dono. Eu disse isto na primeira reunião que aqui estive e torno a frisá-lo. Já fui eu que tornei o documento que foi assinado entre o Prof. Celso e a Fundação Bissaya Barreto, um documento vinculativo para a Fundação. Porque antes disso, o Executivo anterior saiu da Câmara, a Fundação no dia seguinte podia dizer: rasgue o documento e não estava comprometida com nada, por uma razão muito simples, como sabe, é que aquele documento só entrava em vigor depois de ser aprovado pela Assembleia Municipal, cujo acto que eu promovi logo em Fevereiro ou Março, para não deixar fugir isso. Bom, além disso foi necessário esperar pelo visto do Tribunal de Contas para adquirir as Marinhas, já veio o visto. Já recebi hoje mesmo, uma carta da Comissão Fundação Bissaya Barreto, para que passemos à fase seguinte, que é a da constituição da Comissão bilateral, composta por seis membros, que vai agora desenvolver todo o projecto, em termos de arquitectura, financiamentos, etc. Portanto, as coisas estão bem encaminhadas e esses rumores sistemáticos que têm aparecido e eu também confirmo isso, porque os jornalistas telefonam-me até de Coimbra, para saber o que é que se passa. Posso dizer que não passam de rumores e que se relacionam também com alguma luta política que está a existir em Coimbra, contra o Manuel Machado, pelo facto de ter deixado fugir isto para Aveiro. Mas tanto quanto eu sei, tanto quanto posso acreditar na boa fé das pessoas, tanto quanto dizem os documentos oficiais, o projecto está em Aveiro e vai avançar.

A reunião dos Deputados Europeus em Aveiro, vai parecer surpreendente, mas deu lucro, qualquer coisa como dois mil contos. Por uma razão muito simples, de facto foram despesas vultuosas que estiveram envolvidas, mas eles para fazerem cá o encontro quiseram condições especiais e quiseram nomeadamente aquelas bancadas que foram instaladas e portanto, tiveram que as pagar. Pagaram-nas e deixam-nas ficar cá, portanto há uma doação ao Centro de Congressos, à Câmara. E como essas bancadas como tinham custado qualquer coisa como seis mil e tal contos, no fim ainda temos um lucrozinho de dois mil contos. Mas acho que também aí, foi uma excelente oportunidade para promovermos Aveiro e recebi de facto cumprimentos de toda a gente, sobretudo, sob a forma muito hospitaleira como os recebemos.

Em relação à inauguração do Fórum, eu não sei se o Diogo Machado esteve na inauguração do Fórum, mas eu fiz questão publicamente de lembrar isso, nas rápidas palavras que proferi. Lembrar o papel da anterior Câmara e do anterior Executivo, nesse projecto. E portanto tenho tido sempre o cuidado, porque eu não faço habilidades dessas, não gosto de méritos que não são meus. Frisei bem, que aquele projecto, nasceu no anterior Executivo, a Assembleia Municipal teve um grande papel na aprovação daquele projecto e também alguma opinião pública, em que eu na altura me incluía. Portanto acho que foi um projecto que a Cidade acompanhou bem a vários níveis e não deixei de realçar o papel do anterior Executivo. Actuou-se muito bem aí, não posso aceitar essa critica.

Em relação à Pista de Atletismo, de facto é um grande empreendimento que já vinha de trás também. Eu também nunca disse que tínhamos sido nós a fazê-lo, o que lhe garanto é que o violento cheque que estava para pagar ainda, para as obras acabarem, esse foi pago por esta Câmara e foi possível com esse cheque acabar as obras. Porque senão ainda lá estaria a Pista mais uns tempos. Houve também aí, falta de liquidez admito, outras prioridades, mas também já foi esta Câmara que com os pagamentos permitiu a conclusão da Pista. Falta agora a segunda fase, que ainda vai demorar algum tempo.

Aveiro Oita. Não me apercebi com franqueza, que tivéssemos tido uma recepção vergonhosa a Oita. Pelo contrário, eles foram daqui muito satisfeitos, já recebi um convite para visitarmos Oita, o que não aconteceria certamente se tivessem ido daqui com uma recepção vergonhosa. Relativamente ao programa, eu se calhar também não gostei muito, poderia ter sido uma coisinha melhor, não sei exactamente ao que é que se está a referir, talvez possamos conversar depois sobre isso, porque temos toda a intenção claro, e interesse, em que não tornem a suceder pequenas coisas que tenham acontecido.

Vinte cinco Moliceiros, quanto custa? Não custa nada.

Vamos lá ver, vinte e cinco Moliceiros para a Câmara de Aveiro, para o que isto significa do nosso património cultural, da imagem da Ria, em termos turísticos, em termos da transmissão da memória de manejar um barco e o construir.

Vinte e cinco Moliceiros, custam 37 mil contos, repartidos por três anos. Que diabo, isto para a Câmara de Aveiro, só quer dizer, ou há vontade e amor em preservá-los e isto é um custo nulo, ou então isto é uma fortuna de facto, se considerarmos que não devemos preservar os Moliceiros. Portanto, eu esse custo, penso que a Câmara o deve suportar e que será um lucro no futuro, em termos culturais e turísticos.

Pista de Remo. Eu confesso que não acompanhei a Arq. Búlgara, em todas as etapas em que ela esteve, mas tive duas ou três conversas com ela e de facto durante essas conversas que tive não conversei sobre a salinidade das águas. Mas uma coisa é certa, o que está previsto no projecto, de acordo já com as instruções dela, é que haverá dois diques; um a montante e outro a jusante e portanto, o problema da salinidade desaparece.

Temos cinco propostas que neste momento estão a ser analisadas, para o estudo hidráulico e infra-estruturas. Esperamos para a semana ter uma decisão final sobre elas. E portanto, as coisas continuam bem encaminhadas.

Em relação aos 650 metros do Eixo Estruturante. Porque é que são 650 metros? O Diogo tem toda a razão. De facto, os primeiros 650 metros são aqueles ao longo dos quais vão ficar por um lado, o Pavilhão Multi-usos e por outro o Parque de Feiras. Cujo concurso de concessão e construção nós já abrimos, não consta aqui da Comunicação porque já foi depois. Portanto, o Parque de Feiras e Exposições ficará do lado direito, o Multi-usos do lado esquerdo.

Agora, eu não vejo qual é o problema, com o devido respeito. Eu veria problema é se fosse ao contrário, isto é, se nós começássemos os 650 metros do Eixo Estruturante do lado de lá, no meio das terras aradas, sem que houvesse entrada nem saída, isso é que eu não percebo qual seria a utilidade. É natural que comece por aqui. Acho que está a avançar ao ritmo do financiamento que temos disponível e irá avançar provavelmente mais um troço, ainda este ano, em termos de projecto, se os nossos serviços ainda tiverem a capacidade para o fazerem. E vai ser muito útil para resolver o problema de acessos a Sta. Joana, que como sabem é péssimo.

O Sr. Prof. Henrique Diz, disse-me que gostava de ver as minhas Comunicações divididas em decisões do Executivo, projectos concluídos, ponto da situação do realizado e do programado, visitas sociais.

Muito bem, é uma sugestão que eu vou ponderar, mas se calhar depois não vai ficar satisfeito. Isto é sempre um risco ou ir por uma organização de um relatório ou por outra. Os relatórios do Executivo anterior eram conhecidos, eram altamente criticados, nós optamos por uma solução um bocadinho diferente que é deixar à vossa disposição, aqui nos serviços da Assembleia a outra parte, onde se dá conta dos gramas de relva plantada, etc., etc., de uma forma mais exaustiva. Se calhar depois aqui também não ia gostar da própria formulação que sugere, porque se eu só lhe enunciasse os projectos concluídos, o Sr. Prof. a seguir ia-me perguntar e justamente: então e aqueles que estão em obras? Não podemos saber nada desses? As grelhas podem ser infundáveis.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu gosto de dialogar com o Sr. Presidente, porque de facto, o Senhor argumenta muito bem e nós podemos prosseguir esta conversa noutra local depois, que é muito interessante. Mas eu dou-lhe um exemplo simples. A Câmara anunciou a intenção de adquirir 25 Moliceiros. Quanto é que custam os 25 Moliceiros; devia estar aqui. Porque assim quando chegar cá vou dizer, isto tudo soma tanto, faz favor diz-me onde é que vai buscar o dinheiro. E o Sr. Presidente não põe aqui porque não quer que eu lhe faça essa pergunta. Eu não tenho que ler os jornais, o Sr. Presidente é que me tem de dar essa informação.”

Presidente da Câmara:

“Admito que falte alguma informação, mas no caso dos Moliceiros não me parece um bom caso. Eu anunciei publicamente na Expo (é evidente que o Sr. Professor diz que não lê os jornais e não tem que os ler para este efeito) e devo dizer que pensei que as pessoas tivessem um pouco a noção, aqui de Aveiro, quanto é que custa um barco Moliceiro. Não me parecia que fosse muito importante, mas tudo bem admito que deva quantificar isto mais em próximas edições, sempre que isso for considerado conveniente. Bom, penso que sobre isto está tudo mais ou menos respondido.”

Vogal Henrique Diz:

“O Sr. Presidente da Câmara, sabe jogar com as palavras, ainda bem. É certamente para benefícios de todos nós que nos deliciamos a ouvi-lo. Mas por favor, Sr. Presidente da

Câmara, quando eu lhe der um exemplo não o utilize para fugir às questões, para desvalorizar a questão fundamental que eu lhe pus, primeiro ponto.

Segundo ponto, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu não tenho que saber pelos jornais. Eu não disse que não lia jornais. Eu leio jornais todos os dias como o Sr. Presidente lê certamente, tenho-o como um homem culto. Encontro sempre tempo para os ler. E o que eu lhe estou a dizer, Sr. Presidente, é que lamento muito, isso já lhe foi dito aqui na Assembleia, a informação que o Sr. Presidente tem que prestar aos membros da Assembleia, é na Assembleia, não é nos jornais. Eu posso saber o que é que o Sr. Presidente disse, mas o Sr. Presidente tem que prestar essa informação aqui, é isso que eu lhe estou a dizer.”

Presidente da Câmara:

“ Eu estou de acordo com isso e acho que a informação deve vir quantificada, quando ela é de facto relevante. Não me custa nada dar a mãos à palmatória por isso.

Agora em relação à intervenção do Filipe Brandão. Bem, já falei do Euro 2004. Teatro Aveirense, está para o Tribunal de Contas e portanto, tenho a expectativa de fazer a escritura logo que chegue o visto, depois de algumas peripécias que atrasaram todo este processo, mas que vá lá, vá lá, consegui-se que agora estejamos na posse de 97% do capital e na altura em que isto foi aprovado estávamos só com oitenta e, portanto, valeu a pena esperar.

A passagem subterrânea; o corrimão. Devo dizer que a claque da Académica, deixou-nos ali uma pintura para comemorar os dois/zero, no Estádio Mário Duarte, inauguraram de facto o túnel da pior forma.

Há pequenos ajustamentos que nós temos que fazer no túnel, designadamente esse. Um corrimão para as pessoas que têm dificuldades em subir e descer, vai ser colocado, já está encomendado. O gradeamento na área envolvente para que as pessoas não continuem a atravessar, como ainda hoje constatei. O reforço das luzes, que devem lá ter posto luzes de vinte volts. As luzes na passagem inferior, são de facto muito fracas. A passagem para os deficientes, reparem melhor, porque ela está acautelada; as cancelas que serão instaladas vão deixar uma porta, com uma indicação para deficientes e esses poderão fazer o atravessamento como sempre fizeram, por cima (não vão pelo túnel) como sempre fizeram. Bom, e pequenas outras coisas que nos apercebemos e que têm vindo a ser corrigidas. Em todo o caso, penso que o balanço é positivo, o túnel está a ser bem utilizado.

Em relação ao túnel, eu queria dizer o seguinte: o túnel não vai dar ao Fórum. Só quem não conhece o processo é que pode dizer uma coisa dessas. Estão mal informados. Por acaso eu ouvi isso e não gostei nada de ouvir, porque é profundamente injusto e eu digo isto porque acompanhei o processo desde o início. O túnel estava previsto, a sair mais ou menos em frente à Misericórdia, agora onde se fazem os funerais e a sair lá dentro do recinto do Fórum. E eu evitei isso. Não tenho dúvidas, o projecto foi alterado, evitamos isso puxámo-lo para cá e tentamos alinhá-lo, mais ou menos como está, para que fosse sair ao circuito que as pessoas estavam habituadas a fazer. Acontece que por razões técnicas, a saída não podia ir em frente, porque ia sair à Ria, portanto houve que puxá-la um bocadinho para o lado (estamos a dois metros das pontes), foi uma solução excelente dentro dos condicionalismos do terreno.

Depois, Sr. João Maia, sobre a Pista de Atletismo já falamos, o Mário Duarte também, sobre as cadeiras tenho que ir verificar, porque de facto ainda não fui à bancada velha com as cadeiras novas. Tenho que ir ver o que se passa.

O resto foi tudo já esclarecido, o Multi-usos, Zona Desportiva, o Estádio Municipal, candidatura para o Euro.

Bom, Sr. Gaspar Albino, exportar Sal da Marinha da Troncalhada, não tenho essa informação. Pode ser que esteja a acontecer, mas não me chegou ainda. Seria uma boa

noticia. A noticia que tenho é a que já disse há pouco, é que vamos de facto levar a Marinha da Troncalhada até ao fim, recuperá-la, limpar os muros, recuperá-los, reconstruir o palheiro à moda tradicional e de facto, criar condições para que aquilo seja efectivamente uma salina interpretativa, para que as pessoas e os turistas possam ser orientados e percebam o que estão a ver.

Em relação às obras nos Paços do Concelho, já temos os números para dar: vai custar 214 mil contos, o Estado participa com 50% e o concurso está lançado.

Novo Centro de Formação Profissional, ai está um número que eu ainda não tenho para dar. Porquê? Porque já sei e neste momento estão a decorrer diligências, para adquirir os terrenos necessários à implantação do novo Centro de Formação Profissional. E estou à espera, não me convém dizer neste momento, porque estamos na fase de adquirir terrenos e isso pode alterar os dados, não convém por razões negociais. Se eu disser aqui, quais são os terrenos que estamos à procura para o Centro de Formação Profissional, dificulta a operação. Mas isso deve-se concretizar muito rapidamente e depois estou à espera de um outro elemento necessário para saber quanto é que vai custar, que é o projecto. Porque o Centro de Formação já tem uma espécie de projecto modelo, que já instalou em Leiria e em Castelo Branco e que faz com que isto possa ser feito muito rapidamente. E portanto, em função do projecto que eles nos enviarem e em função do custo do terreno, nessa altura eu saberei quanto é que nos vai custar. Garanto é uma coisa, é que é um excelente negócio, porque a antiga Fábrica Campos não tem preço. Isto se nos custar, 400/500 mil contos, é uma excelente operação para a Câmara.

Sr. Salavessa, o episódio que me apresentou ai e que eu confesso me surpreendeu, e quero ler atentamente as actas e rever tudo o que se passou. Eu pela leitura que fiz aqui à pressa, eu só admito uma possibilidade. É que na altura em que nós enviamos a documentação para a Assembleia, a acta da Câmara que estava disponível, de facto, era a acta que atribuía a concessão à tal Guia & Gracia. Entretanto, (sem querer estar a rejeitar responsabilidades) entre a data que é enviada a documentação para a Assembleia e a data da realização da Assembleia, há uma nova deliberação de Câmara (ou duas), em que nós somos confrontados com a desistência do outro e adjudicamos. Portanto, aí de facto não nos apercebemos e vimos defender à Assembleia Municipal, (se calhar aquela que demorou quinze dias) em que uma deliberação sobre uma concessão do Bar em S. Jacinto, foi um pormenor entre muitos outros, que passou despercebido, é a única explicação que eu vejo. Agora por favor, peço-lhe, que me faça a justiça e faça a justiça a todo o Executivo, de não pensar que vimos tratar esta Assembleia de palhaço ou outra coisa pior, porque se calhar uma conversa destas teria esclarecido o assunto e eu faço questão de se verificar o que se passou. A única explicação que eu vejo é essa, e é a única que me parece razoável, com franqueza, ou então uma troca de datas. Não percebo como é que nós depois de termos adjudicado a uma, iríamos aparecer aqui na Sessão seguinte a fazer outra coisa, não faz o menor sentido. Tem toda a razão em ter chamado à atenção, não o acompanho na valoração que fez disso, porque só pode tratar-se de um lapso.

Em relação à intervenção do Sr. Abreu. Eu tenho muita pena, ganhou-me aí seis a zero, mas eu perco comigo próprio dez a zero todas as noites, quando começo a pensar o que eu quero fazer e que ainda não está feito, eu ... zero! Isto para lhe dizer o quê; nós de facto temos algumas dificuldades em acompanhar as nossas ambições e o Sr. Abreu tem queixas justas em relação ao ritmo a que esta Câmara tem sabido corresponder as suas solicitações. De facto, nós temos correspondido devagar. Mas queria dizer-lhe que não deve interpretar isso e estivemos no outro dia a conversar e essa lista que enunciou nós estivemos a vê-la ponto por ponto e tudo isso será resolvido. Não deve interpretar isso, como uma qualquer desconsideração, em relação às Juntas de Freguesia e isto é válido para todas. Acontece é que de facto, não conseguimos chegar a todas as frentes ainda, mas vamos conseguir e

quero dar essa garantia aqui, que depois destes primeiros meses em que foi preciso conhecer muitos dos problemas da casa, resolver muitos dossiers importantes que estavam aqui pendentes. Não é só no centro da cidade, são coisas que têm haver também com as Freguesias, com o Eixo Estruturante, com os Pavilhões, Pistas, etc.,. Vai haver certamente oportunidade e interesse e prioridades para outras áreas, que tem que reconhecer, têm sido prejudicadas neste sentido de que, há coisas que gostaria de estarem feitas, mas que ainda não estão. Mas, eu fiz questão de incluir neste relatório, uma série de obras que apesar de tudo, estamos a fazer nas freguesias rurais e que revelam, que nós não estamos a olhar só para um dos lados.

Ainda aqui tenho mais observações; isto hoje foi um extenso rol. Tenho aqui observações do Sr. Armando Vieira, que começou por me dizer que «eram apenas intenções». Não são apenas intenções, tenho aqui muitos factos. Depois diz-me que o Feio cumpriu porque foi às freguesias... ainda bem que o reconhece, porque de facto na Câmara, para funcionarmos bem, nós temos que repartir funções. Não podemos ir os cinco ou os nove, todos a Oliveirinha, resolver as coisas. O Vereador Feio, no caso concreto das obras e das estradas e das vias, e tudo isso; é um homem que tem feito um esforço notável, tem procurado estar no terreno a ouvir as pessoas e a fazer obra e isso é uma forma de a Câmara cumprir. Porque nós trabalhamos com um grande sentido de solidariedade e portanto, felicito-me, por ter reconhecido isso e agrada-me muito, porque isso é prova de que estamos a trabalhar bem. Bem sei que temos muito mais para fazer.

O Fórum não está todo licenciado? É verdade. Eu disse isso no dia da inauguração e disse aos senhores da Multi, que aquilo não podia ser visto como uma abertura oficial do Fórum, porque não tinha as licenças. Disse-lhes: a cerimónia não se vai estragar, vamos considerar isto para todos os efeitos, como uma cerimónia de visita dos convidados àquilo que está feito neste momento, mas não pode ser a abertura oficial do Fórum; e não foi.

As lojas que já têm licença estão a funcionar, as outras irão abrindo, à medida ou não da licença. Portanto, é verdade que ainda não está tudo licenciado, aliás como é visível, há ainda pequenos trabalhos a serem feitos.

Quanto às cheias, outra questão importante. Como sabe, nós de facto não ficámos parados. Nós em meados do ano abrimos concurso público, para a obra na vala hidráulica da Forca Vouga. Acontece que fomos surpreendidos com algo que nunca tinha acontecido em Aveiro, que foi no primeiro dia de chuva a Forca Vouga inundou daquela maneira. No ano passado estava a chover há três semanas e coincidiu com as marés vivas. Este ano coincidiu com as marés vivas e no primeiro dia de chuva, inundou tudo outra vez. Imediatamente se tomaram providências; o Sr. Domingos Cerqueira, o Vereador Eduardo Feio e a Protecção Civil acompanharam o caso com toda a diligência; andou lá um mergulhador por baixo, a ver se aquilo estaria obstruído, não está. Concluiu-se que é mesmo a secção de vazão, que não dá vazão. Hoje, dia nove, abriram-se as propostas das empresas para fazer parte dessa obra. Entretanto, como de facto a situação é insustentável e vem o Inverno, a outra obra de grande envergadura implicava cento e trinta mil contos. Tendo falado com a CP e tendo estado a falar com algumas empresas aí no mercado, estamos a tentar encontrar uma solução muito rápida de um mês; que é uma broca gigante que abra ali dois furos por baixo do caminho de ferro, com uma secção de metro e meio, dois metros e meio, que vem triplicar a capacidade de vazão que lá está e que estamos convencidos (dizem os técnicos), que resolve os problemas todos para os próximos anos, sem prejuízo da tal situação definitiva, que custa cento e muitos mil contos que se possa vir a fazer. Vamos tentar ainda que todas estas obras e mais outras, possam a vir a ser pagas pela CP, no quadro da remodelação da linha do norte; Quintãs/Ovar.

Os banhos quentes. Os banhos quentes, caíram na Câmara como um duche frio, devo dizer. Porque todos nós ficamos surpreendidos com o que se passou. De facto tínhamos em tempos,

tomado uma deliberação que previa a instalação de um sistema de contadores de água, mas ninguém se apercebeu na Câmara, que isso implicaria a cobrança de banhos quentes. No nosso espírito estava a ideia de que o preço do banho quente seria incorporado na taxa de campista, é normal, como acontece em todo o lado. E portanto ficamos muito surpreendidos quando as notícias apareceram. E quero dizer que não desautorizei, o Sr. Vereador Cruz Tavares, porque nessa mesma manhã (que por acaso até tínhamos reunião de Câmara), conversamos sobre isto e o Sr. Eng.º Cruz Tavares, saiu mandatado de toda a Câmara, para ir a S. Jacinto nesse dia resolver o problema. Portanto, foi em perfeita consonância com ele. A rotunda da Avenida Central. Com certeza que há um problema na rotunda da Avenida Central, temos tudo já muito adiantado para inverter o trânsito, não só ali naquela rotunda, mas também na Avenida, de modo a permitir a quem vem de Esgueira, possa ter acesso directo àquela rotunda. Aquela rotunda não dá vazão, não sei se terá que ser diminuída, mas vamos tentar inverter o trânsito. Isso está previsto para Novembro/Dezembro, talvez. Em relação às Glicínias e perante as reclamações públicas que entretanto foram apresentadas, foram todas analisadas, respondidas, a uma foi dado provimento e, portanto, está a ser analisada para poder avançar para o paço seguinte. As rotundas que estão a ser feitas na Zona Industrial, entram de facto no quadro das condicionantes ou projecto do aterro, são obras fundamentais. O papel da Câmara foi ser muito exigente e fazer-lhes ver que o aterro não abre, que o aterro não abria enquanto essas rotundas e o saneamento não estivessem instalados. E temos o grato prazer de ver que isso está a suceder, estão quase prontas e portanto, o aterro está a quase a poder abrir. Pronto, acho que respondi a todas as questões.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Bem, relativamente ao financiamento do novo Estádio, faltam aqui uns trocos que vão de oitocentos mil, a um milhão e duzentos mil contos, em função das informações que o Sr. Presidente deu, mas se houver alguma correcção que me diga.

Disse que o Estado entraria com um milhão e meio de contos, a Câmara com um milhão e duzentos mil, a venda de terrenos de um a um e meio e o crédito bancário de um milhão. Isto soma qualquer coisa como 4,7 a 5,2 milhões de contos. Portanto, faltam aqui oitocentos mil, a um milhão e duzentos mil.

A outra questão a que eu não tive resposta, foi ao custo previsto para o Pavilhão Multi-usos e a data previsível para a sua conclusão? Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Olhe, Sr. Presidente, permita-me que cite hoje aqui uma outra vez um companheiro nosso, companheiro de Assembleia Municipal, o Sr. Manuel Madaíl, uma vez mais. O Sr. Manuel Madaíl tinha o hábito, mesmo no tempo das Câmaras do PP, nas muitas conversas que eu tinha com ele de dizer: irmos à Assembleia para quê? Para ouvir falar da Cidade?

A situação é a mesma. Eu uso hoje aqui as palavras do Sr. Manuel Madaíl: “ir à Assembleia para quê? Para ouvir falar da Cidade. Não, não vale a pena.

E Sr. Presidente, eu fico encantado com a possibilidade de nós termos todas essas infra-estruturas, mas sabe, eu temo que a exemplo do que está a acontecer este ano, venham a ser as Freguesias fora da Cidade, a ser penalizadas com o atraso e o relegar para as calendas dos investimentos que lhe são necessários, para financiar com esses dinheiros, que seriam por justiça e justamente aplicados nessas Freguesias, para essas obras. Temo que aconteça isso. Espero que o Sr. Presidente, nos garanta que assim não vai ser.

Depois Sr. Presidente, quanto aos elogios, permita-me que diga o seguinte: não tome a nuvem por Juno. A Câmara não cumpriu. Eu disse apenas, que o Sr. Vereador Eduardo

Feio, numa componente da sua actividade de muito pouca expressão financeira, que é o arranjo dos caminhos rurais, cumpriu. Isso em termos globais é pouco mais que zero, Sr. Presidente, é importante para as populações, sem dúvida que é. Mas é pouco mais que zero. E lamento, porque continuo a dizer, que o Plano de Actividades deste ano, hoje que são dez de Outubro, está por começar. Esta é que é a verdade.

Acerca do aterro sanitário, aproveito também por dizer que fomos enganados. Não por V.Ex.a; a Câmara anterior na altura em que apresentou aqui a questão, na altura das contrapartidas, chamadas contrapartidas, hoje condicionantes, nós Junta de Freguesia de Oliveirinha e eu, vivi aqui entusiasmadamente essa situação. Primeiro porque sou sensível às questões da higiene e do ambiente, seguidamente porque essas contrapartidas ou condicionantes iriam permitir a construção de uma rede de esgotos nas freguesias da zona, entre elas, uma conduta principal na Freguesia de Oliveirinha; ficamos a zero. Lamento, mais uma vez fui enganado. E aqui eu volto a dizer, o Sr. Manuel Madaíl tem razão; “vir à Assembleia Municipal para quê? É melhor não pôr cá os pés.

Depois Sr. Presidente, agora que até nem estão cá jornalistas, há uma constatação. O Fórum, é uma obra clandestina. E V.Ex.a disse que não foi inaugurada, mas de facto foi inaugurada. Pelo menos todas as campanhas de publicidade, de marketing, de divulgação da obra, assim o citavam.

E ainda Sr. Presidente, vai mandar construir vinte e cinco Moliceiros. Provavelmente será importante! Mas eu pergunto: esta é com certeza e acredito na capacidade de V.Ex.a, uma medida de grande e decisiva prioridade para o desenvolvimento do Concelho de Aveiro. Mas já agora, deixe-me perguntar-lhe: se vai construir vinte e cinco Moliceiros e como eu sou Aveirense, também gosto da minha Ria, mas também gosto do campo. O campo também faz parte do Concelho, pergunto-lhe assim, (porque tenho preocupações muito mais reais) quantas casas vai mandar construir para as famílias, comprovadamente carênciadas de uma habitação por mais humilde que ela seja? Tenho dito.”

Presidente da Mesa:

“Os Moliceiros, são mesmo importantes. E esse tipo de conversa ouvi eu para atacar o Centro Cultural de Belém; com a minha rejeição. Nem só de pão vive o homem.

É preciso é ter bom senso e equilíbrio e não esquecer umas coisas em favor das outras, distorcidamente, é evidente. Aliás não disse nada de diferente, disto.”

Vogal Armando Vieira:

“Eu acredito que as pessoas estão sempre bem intencionadas. Já fiz aqui um elogio ao trabalho do Sr. Presidente e à sua capacidade. Mas obviamente não posso deixar de ser crítico naquilo que tenho que ser. E eu digo-lhe: temo e parece-me que está a acontecer, não no que se refere àquelas obras que são marcantes para a nossa Cidade, que estão aí na berra, não estou a referir-me a essas. Mas temo que continue a acontecer, que as prioridades do Executivo Municipal, estejam “inquinadas”. Quero que o Sr. Presidente, faça o favor de me comprovar que assim não é.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Bom, é só dizer que de facto, que da minha intervenção, o fundamental, para a qual eu solicitava uma resposta, eu creio que não foi dada. Falei de vários aspectos, de várias iniciativas, que implicam dispêndios de verbas vultuosas, mas sobretudo eu queria saber se de facto, é exequível ou não para a Câmara, conseguir esses financiamentos? Porque, como eu dizia, existindo um limite de capacidade de endividamento comprovadamente já quase no seu limite; quando se diz um novo Estádio de futebol, que todos queremos, mas diz-se será um empréstimo bancário. Já na última Sessão falamos de uma operação de leasing, que

também implica de facto dinheiros, que temos que ter disponíveis, se não se vender com a rapidez que se espera os terrenos. De modo que quando eu falo e referi o Centro de Formação Profissional e eu percebo, que por uma questão negocial, não deve ser dito o que é que se está a prever. Mas haverá outra vez aqui necessidade de financiamento. Falámos do novo Estádio de Futebol. Falei também das Piscinas do Sporting Clube de Aveiro, que dizia que a verba era vultuosa, mas não soube qual era. Também falei dos Moliceiros e de facto, depois na resposta, ao separarem-se estes vários assuntos e incluir os Moliceiros como uma pequena verba e que eu reconheço (e a primeira pessoa que disse que estando ligada à Ria como eu estou, gostaria de ver isso), o meu problema não é em si as aquisições, nem as obras, nem nada do que se projecta. É saber, se existe de facto, estudado e comprovadamente, capacidade financeira para tudo isto. E eu acho que isto é fundamental, eu estar a perguntar isto neste momento, porque pontos seguintes na ordem de trabalho falam de derramas, de contribuições autárquicas e de outras coisas de este género e portanto, é bom que se esteja informado, sobre como face a esta multidão de actividades que é preciso desenvolver e que até não questionamos, saber é se há capacidade real de as executar, senão estamos a fazer uma fuga para a frente, que é uma fuga para a fantasia. E eu gostaria de estar certo que não era. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu não vou voltar ao assunto que o meu colega Britaldo referiu, penso que está perfeitamente esclarecida a nossa posição.

Eu lamento, mas volto a ter que chamar à atenção do Sr. Presidente da Câmara, para o que ele próprio escreveu no primeiro parágrafo do relatório, que diz: “a actividade desenvolvida pelo Executivo Municipal”. Ora bem, o Sr. Presidente da Câmara, se quer dar-nos conta da actividade desenvolvida pelo Executivo Municipal, tem que fazer aquilo que eu lhe disse há pouco; a sugestão à qual não respondeu, que é: identificar qual é a contribuição da Câmara, do Executivo Municipal, para os resultados que aqui menciona?

Por exemplo, Sr. Presidente, o Senhor de facto é muito político, quando escreve aqui que foi oficialmente inaugurada a Pista de Atletismo. “Era uma carência antiga e uma velha ambição de todos”, é muito político. De facto é, está no seu direito, todos nós gostamos muito. Mas não diz aqui o que é que a Câmara fez, para ter isto. E é isto que é preciso saber. Porque isso é que me permite determinar se a Câmara está ou não a trabalhar. Porque senão, o Sr. Dr. também podia ter escrito, que a empresa não sei quantos, terminou neste momento a construção das suas instalações. Sr. Dr. a Câmara não tinha contribuído nada para isso, a não ser dar as licenças respectivas. Portanto é nesse sentido, que eu chamo à atenção da qualidade da informação que o Sr. Presidente da Câmara, presta à Assembleia.

Já agora permita-me uma outra coisa, Sr. Presidente, já que o mencionou. Quando o Sr. Presidente, falou em resposta a algumas intervenções sobre o Europeu 2004, o Sr. Presidente mencionou várias vezes, que o trabalho tinha sido feito num regime intensivo digamos assim e com a colaboração de técnicos da Câmara. Eu não posso deixar, particularmente depois daquilo que hoje aqui foi dito sobre técnicos da Câmara, de fazer notar, que foram técnicos da Câmara em conjunto com o Sr. Presidente, que elaboraram a candidatura e que permitiram esse sucesso também.

E se me permite só agora uma pequena achega, Sr. Presidente, eu agradeço-lhe imenso a informação que coligiu sobre as NUTs, porque isso vem mais uma vez dar-me razão. Eu não consigo perceber, como é que algumas pessoas entendem, que a haver uma coisa que não vai haver felizmente, que é a Região da Beira Litoral, a capital seja Coimbra. Muito obrigado.”

Vogal António Coimbra:

“Só três questões muito telegráficas. Europeu 2004, o Sr. Presidente mencionou, um milhão de crédito bancário, mas aquilo que eu vi, na televisão, são dois milhões de crédito bancário. É o tal milhão que falta ao Dr. Rogério Madaíl? São dois milhões de crédito bancário e foi o único número, que eu retive daquilo que foi mostrado na televisão.”

Presidente da Câmara:

“Eu posso explicar muito rapidamente. O que nós recebemos, foi a necessidade de encontrar um orçamento para um Estádio com sete milhões de contos e quando passado umas semanas eu fui a Lisboa, e os técnicos da UEFA, já tinham informado que afinal eram só seis milhões de contos. E portanto, eu de facto no crédito bancário na altura tinha posto dois milhões e agora já só falei num milhão, é essa a explicação.”

Vogal António Coimbra:

“Obrigado pelo esclarecimento. Mas a questão que eu deixava e é mais um desafio, ou seja, quer dizer que vamos ter que ter uma grande capacidade para realmente arranjarmos receitas, uma vez que a capacidade de endividamento da Câmara, como sabe, não é famosa. O que quer dizer que vai haver um esforço suplementar e eu acho muito bem que haja.

Localização do Multi-usos no Parque Desportivo. O argumento que o Sr. Presidente apresenta, é dizer que é longe. Eu pergunto, é longe de quê? É longe, porque foi deixado cair o Metro de superfície. Porque com o Metro de Superfície e com a estação que estava planeada para aquela zona, ficava perto. Ainda mais, não é longe se pensarmos na densidade populacional daquela área. Não me vai dizer que Azurva, tem baixa densidade populacional. Não vai dizer que Esgueira, tem baixa densidade populacional. Logo, não é nada longe, é perto. Agora, é contra é aquilo que são os objectivos que estão a ser novamente redefinidos, principalmente no que diz respeito ao Metro de Superfície.

Um terceiro ponto, muito rápido também. Eixo Estruturante.

Estão a concurso. Uma pergunta muito simples é: já foram adquiridos os terrenos para a implementação do Eixo Estruturante e para os equipamentos? É que foi feito ainda agora essa crítica, em relação aos terrenos do Parque Desportivo. E em relação a estes projectos que estão em concurso, o que é que se passa com os terrenos? Muito obrigado.”

Vogal Virgínia Veiga:

“Eu peço desculpa de facto, dado o adiantado da hora, mas são questões algumas de pormenor. Relativamente aos Moliceiros, não foi respondido, uma questão que eu própria nem coloquei. Que era, a de eventualmente serem convidados alguns concelhos vizinhos para suportarem a despesas de alguns deles. Concelhos vizinhos ou vizinhos da situação digamos assim, como sejam Murtosa, Estarreja, Ovar ou Ílhavo.

Mas houve outra coisa relativamente a isso e essa questão foi colocada por mim, que foi a questão dos transportes fluviais privados, que não foi abordada.

Relativamente ao trânsito foi colocada pelo Sr. Dr. Jorge Nascimento e subscrita por mim também, é a questão das pistas cicláveis, não referida minimamente.

Relativamente à poluição do ar, a questão foi colocada pelo Sr. Salavessa e também não foi referida.

E já agora eu gostaria de insistir, em saber qual é a posição da Câmara Municipal, sobre a questão que penso não menosprezável, já agora que toda a gente se atreveu a fazer comentários, eu fazia mais um, é que a propósito de Aveiro Digital também já as empresas, antes mesmo de qualquer aprovação aqui, se dão ao luxo de convidar toda a gente, menos os deputados municipais, para uma coisa que nós ainda nem sequer aprovámos. Portanto, é perigosa a política da Câmara, relativamente aos deputados municipais. Eu gostaria de

saber o que é que o nosso Presidente pensa sobre isso e gostaria por acção, julgo, que omissão não tivesse sido resposta.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente da Câmara, já por várias vezes questões que aqui suscitei foram respondidas com argumentação convincente, que me levou a ficar esclarecido ou que alterou a minha posição, portanto, reconheça-me esse facto. Agora, averigúe mesmo, porque aquilo que hoje disse aqui não me convence. Não me convence e repito sempre a questão essencial. O Sr. Presidente sabia de algo. Não é por acaso que nos tenta fazer a alteração. Da própria acta da Assembleia Municipal, vê-se que o Sr. Presidente quer uma autorização mais ampla, mais vasta. Estamos a falar do mesmo dia, em que houve a deliberação da Câmara relativamente ao Sr. Plácido. Averigúe, mas eu não estou convencido. E será muito difícil que me convença, que não houve aqui uma habilidadezinha.”

Vogal Álvaro do Bem:

“Sr. Presidente é tão somente para lhe pedir novamente a resposta. Se é ou não é, as Piscinas são Municipais, se são Municipais se vai tirar o letreiro, que para mim começa a ser já quase que ofensivo, o facto de estar lá um letreiro amarelo, não me interessa qual é o clube. Mas o que me importa, é que elas são Piscinas Municipais e devem e merecem o esforço que esta Câmara tem feito e que fez ultimamente, para que as Piscinas Municipais estejam clarividentes para todo o cidadão do Concelho.”

Presidente da Câmara:

“Muito rapidamente em relação à intervenção do Sr. Armando Vieira. Queria deixar-lhe uma boa nova, uma esperança, já disse isso. Nós não esquecemos o saneamento de Oliveirinha, no quadro do aterro, pelo contrário estamos a negociá-lo. Isso está na agenda. Como lhe disse, eu quero e vou perseguir este objectivo até ao fim do mandato e chegar ao fim do mandato com noventa por cento, de taxa de saneamento no Concelho de Aveiro. E portanto, a seguir, é de facto Oliveirinha/Eixo as grandes prioridades. E estou a ver se encontro os meios para antecipar esses trabalhos.

A habitação social. De facto temos carências de habitação social, não tenho agora presente os números, mas temos uma lista de espera de 400/500 pessoas e, portanto, por aí já pode aferir o número de fogos que temos que construir. É importante e estamos com um atraso nesta área.

Entretanto temos empresas que têm aparecido interessadas a construir habitação a custos controlados, o que talvez seja um sucedâneo interessante e temos vindo a incentivar isso.

Sobre os vinte e cinco Barcos Moliceiros, fez uma observação que agora me escapou ...

Eu ia-lhe dar um exemplo, que se calhar passou despercebido, mas tem muito haver com a atenção que nós damos à freguesia rural. A Câmara deliberou adquirir uma quinta, recentemente, em Taboeira, onde pensa instalar várias coisas e designadamente um Centro Pedagógico para as Escolas, para que estas possam visitar uma quinta em funcionamento; com as vaquinhas, com a vinha, com a adega, com os cavalos, com a agricultura a ser feita, com tudo. E penso que é muito interessante, porque vai ser uma forma de com todas as escolas do concelho e do País (aquilo tem condições óptimas). mostrarmos uma quinta em funcionamento e associarmos os alunos à realização das tarefas diárias da quinta. É um equipamento importante, que vai ter muita importância em Aveiro nos próximos anos e que está situado numa freguesia rural.”

Vogal Armando Vieira:

“Aveiro Concelho, ainda não precisa desse tipo de coisas, porque se não sabe, deve saber, que nós estamos na vanguarda, em região de minifúndio na exploração da terra. E quando quiser, eu tenho muito gosto em ser seu guia. Por exemplo, em Oliveirinha há explorações modelares de uso da máquina, no ambiente próprio do minifúndio e com todas as dificuldades.

Eu falei nisso por contra ponto há necessidade gritante de habitação social e estou-me a lembrar de um caso de uma velhinha com o seu neto, que tem quinze anos e que está a tentar aguentar-se a sobreviver como ser humano e que vivem num tugúrio miserável. Eu lanço-lhe já aqui um apelo, que em tempos com o professor Celso resolvíamos o problema da família assim: compra-se um daqueles contentores habitacionais e já está resolvido. Depois falamos.”

Presidente da Câmara:

“Em relação ao Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, nós os projectos que nos estamos a envolver estamos convencidos que temos capacidade para os levar a cabo. Os meios de financiamento são escassos, mas naturalmente estamos a recorrer a todos os instrumentos financeiros disponíveis e designadamente de todas as verbas que existem no quadro dos financiamentos comunitários, existentes e tratados através da CCRC, etc.

Portanto, por exemplo as obras dos Paços do Concelho, fomos buscar 50% ao Estado, assinamos também um contrato programa de 100 mil contos, que são pequenas migalhas, mas que nos vão permitir, pagar uma parte do Lago, pagar uma parte do Eixo Estruturante, pagar uma parte da recuperação dos Museus Municipais, etc. Sempre que há um Campeonato do Mundo, naturalmente vamos exigir, que o Estado participe, nas obras de adaptação necessárias e, portanto, estamos a ter a capacidade de ir fazendo alguma coisa sem ter que gastar tudo aquilo que teria que ser gasto em situações normais.

Em finanças e na vida há sempre uma dose de risco, não lhe escondo, há sempre uma dose de risco, mas por enquanto estamos com a sensação que estamos a fazer bons projectos e que estonas a encontrar meios de financiamento muito importantes, para esses projectos.

O Campeonato da Europa, é outro caso. As contas não estavam a dar certo, já percebi porquê, é que mil e quinhentos se for o Estado, mais mil duzentos e cinquenta se for a Câmara, mais mil e quinhentos se forem os terrenos, mais quinhentos se for uma SAD e mil duzentos e cinquenta de crédito bancário, aí já dá os seis milhões de contos. Há de facto um ajustamento que tem de ser feito, na sequência da redução.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“E para o plafond que temos, mais um milhão de contos dá?”

Presidente da Câmara:

“Dá porque o plafond não é estático. O plafond é calculado, como sabe, em função de vários critérios e um deles é o nível de investimento efectuado no ano anterior. Portanto, se nós aumentarmos o investimento, a nossa capacidade de endividamento aumenta. Além de outros critérios. Neste momento se calhar talvez seja difícil, mas daqui a um ano ou dois, não é. Nós não vamos ter que pedir este milhão emprestado já. Vamos ter que pedi-lo no decurso destes sete anos.

O Centro de Formação Profissional, eu penso que encontrei já uma solução para o fazermos sem dinheiro, mas essa fica para mais tarde porque ainda é só uma ideia.

Bom, de facto a preocupação é legítima e acho que devemos estar atentos.

O Multi-usos. Lamento muito, mas eu ainda não tenho preço, é outra das tais de que ainda não há preço. Porquê? Porque depende do projecto. Eu acho que o Multi-usos em Aveiro,

como toda a gente vem com os olhos cheios da Expo, não pode ser como o da Expo, mas tem que ser uma oportunidade de arquitectura para Aveiro, ou seja, deve ser um elemento bonito, arquitectonicamente marcante e que passe a constituir uma marca na Cidade. E portanto, além disso tem que ter capacidade para cinco mil pessoas em condições normais, extensível a dez mil, consoante o tipo de espectáculos. Estamos a falar de um equipamento que vai custar, não menos de um milhão de contos.”

Vogal Rogério Madaíl:

“É que a Associação Industrial precisa de um Parque de Exposições e pode ser financiado através do PEDIP, o que quer dizer que pode ir buscar o financiamento de uma parte disso. Mas é preciso é que isso seja tratado com antecedência.”

Presidente da Câmara:

“Não tenha dúvidas. Tenho uma reunião marcada com a Associação Industrial, segunda feira, para falarmos sobre isso.

Metro de Superfície. Nós não abandonamos a ideia do Metro de Superfície, conversamos com a Câmara de Águeda e as duas Câmaras estão de acordo que não sendo um projecto de prioridade um, no sentido que não é para começarmos este ano. É um projecto, que devemos candidatar ao próximo Quadro Comunitário de Apoio. E ambas as Câmaras estão de acordo também, que prioridade um, neste momento, é o Eixo Estruturante. E como interessa às duas Câmaras, até vamos tentar que seja a Junta Autónoma a pagá-lo. Portanto, o cenário é este.

A Dr. Virgínia deu uma excelente ideia. Eu quando me lembrei destes vinte e cinco Moliceiros e lembrei-me de outra coisa que ainda não desencadeie, que é, no seio da AMRia, fazer mesmo um desafio às Câmaras. Se cada uma comprar dois, nós conseguimos mais quarenta. E talvez possamos de facto fazer isso.

A questão das concessões a privados. Isso é mais complicado e não vamos apreciá-la hoje, porque já tivemos uma conversa, também no seio da AMRia sobre isto e há questões que têm que ser vistas com algum cuidado. É preciso carta de marinha, para conduzir um Moliceiro, ver determinados requisitos de segurança.

Todos os Moliceiros que neste momento exploram esses pequenos passeios, estão ilegais, porque não têm condições de segurança; não têm coletes de salvação, etc.

Depois a JAPA, tem uma opinião muito própria sobre isto; tem que ser pensado. Mas ainda não há ideias claras sobre isso, designadamente se mudar a competência sobre a Ria, tudo isso torna a ficar em crise.

Só uma última questão sobre o Aveiro Digital. Vamos falar a seguir quando entrarmos na ordem de trabalhos.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Esta bancada sente necessidade ainda de fazer aqui algumas declarações finais e aduzir algumas teses, para que fiquem exposições clarificadas.

O Sr. Presidente nesta curta Comunicação, não há dúvida nenhuma que dá aqui um rol de investimentos, de elevado vulto, ou seja, montante avultadíssimos. E isto deixa-nos com a necessidade de que o Sr. Presidente tenha de aceitar, daqui para o futuro, que não há mais alibi para uma situação financeira deficiente, essa situação acabou Sr. Presidente. Porque não há motivo com tamanho investimento, que venha aqui aduzir argumentos de que não tem dinheiro. Esta é a linguagem nua e crua; não é compreensível que a Câmara venha dizer, não tem mais dinheiro, que herdou uma pesada herança e que tem portanto uma situação financeira deficitária herdada do passado.

Sr. Presidente, outra nota: não há dúvida nenhuma que isto é uma curta Comunicação, sintética, que deve traduzir a actividade do Executivo durante um determinado período. Limita-se no concreto a três meses. Portanto, o Sr. Presidente vem-nos habituando, é certo, a uma ideia de querer fazer política séria e nós estamos de acordo com isso, que se faça política séria. Mas nós temos de lhe fazer o reparo, que não é sério preencher este documento com um conjunto de actividades importantes e que até colidem com algum reparo que aqui foi feito, parte dele por mim, de não fazer obra fora do Concelho, fora da zona da Cidade, portanto nas áreas rurais e o Sr. Presidente pôr neste documento, um conjunto de obras que afinal não são da Câmara, são a contrapartida do aterro sanitário. Essa obra a nosso ver não devia estar aqui como sendo obra da Câmara, sem uma nota explicativa que não é feita pela Câmara. Dizer: na área do Município fez-se esta obra, concretamente isto, obras de saneamento prosseguem em Sta. Joana, na Zona Industrial de Taboeira fizeram-se as rotundas. Não se fez obra nenhuma desta, esta obra vai ser feita, mas não pelo Município.

Era bem que em nome da seriedade política viesse uma nota explicativa a dizer que isto é contrapartida de Aveiro receber o lixo; está claro que essa responsabilidade de receber o lixo não é do Sr. Presidente, nem deste Executivo, é do Executivo anterior. Mas também a realização da obra vem na sequência disso e portanto, não é trabalho feito.

Um outro ponto que nos deixa alguma perplexidade e que gostaríamos de ver claro é este outro: o Sr. Presidente anunciou aqui, que vai mudar os serviços para o Centro de Congressos e não sabe quantificar, já disse isso, penso que esta asserção é correcta. Mas já fez um protocolo, que até segundo o qual, até vai fazer um edifício para o Centro de Emprego, que custará muito dinheiro. Então como é que é possível assinar um protocolo assim em termos tão vagos. Um protocolo desta natureza devia conter elementos mais precisos. Portanto, é para nós difícil de entender, como é que o Sr. Presidente e a Câmara, assinam um protocolo sem saber qual a medida, pelo menos indiciaria, da sua responsabilidade. Portanto gostaríamos de saber a resposta. Sublinho, que fique bem assente que para nós, nunca mais poderá vir a esta Assembleia dizer que teve pesada herança, porque com este investimento, jamais pode assacar-nos essa responsabilidade de que não tem dinheiro por nossa culpa, nossa... da nossa linha de acção, quer dizer do anterior Executivo.”

Presidente da Câmara:

“Eu queixei-me da pesada herança e de facto foi uma herança pesada, porque os cofres estavam vazios. Eu justamente por querer fazer estes projectos todos, é que eu estou a propor à Assembleia, que mantenha a derrama, que aumente a contribuição autárquica, etc., etc.. E estou a recorrer também a todos os financiamentos comunitários, que existem e que o Estado disponibiliza. Não há milagres, as obras fazem-se com dinheiro, temos é que estar atentos a todos os meios disponíveis.

Depois sobre o protocolo. De facto não está quantificado, como eu disse não pode estar quantificado, antes de haver projecto. Mas eu não disse que assinei nenhum protocolo. Eu disse: tenho um acordo político, firmado, que me permite agora e as negociações estão a decorrer, justamente para protocolar isso. Isto é, saber exactamente, onde é que vai ser o terreno para o novo Centro, que características é que ele vai ter, quando é que eu tenho de lhe dar a chave na mão, etc. Estamos a avançar nessa via havendo já o acordo de princípio para que isso aconteça.”

Dado o avançado da hora o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando, nos termos Regimentais, a próxima reunião da presente Sessão para o dia 12 do mês em curso, pelas 18:00 horas.

Eram 2.30 horas do dia 10 de Outubro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.